

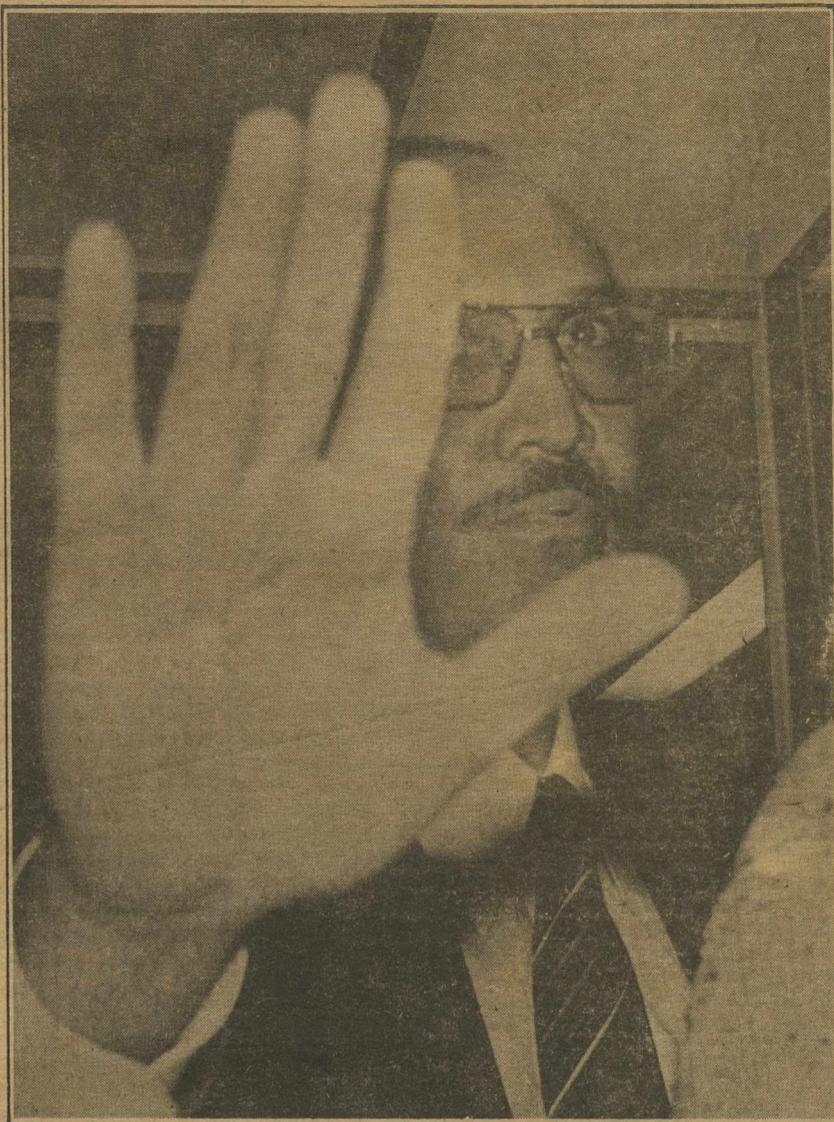
ANOS

Quinta

IRÃ X IRAQUE
Informe-se sobre os dois lados da guerra P. 17 a 19

TERROR

Ele é um homem sério na aparência. Mas foi preso quando vigiava uma livraria disfarçado com peruca e bigodes postiços. É um coronel do Exército: Waldemar Gomes Filho, um militar "acima de qualquer suspeita". P.3

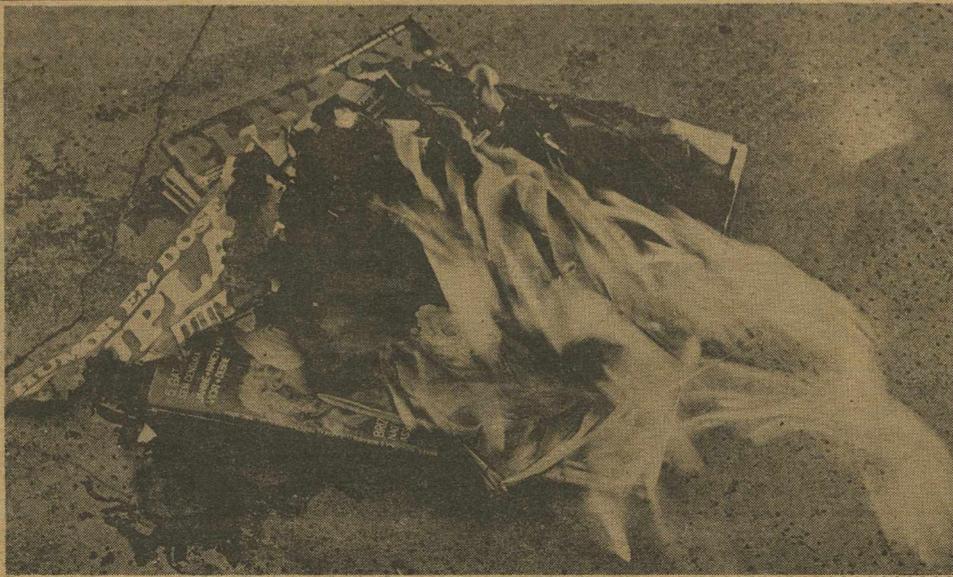


EIS AQUI O CORONEL DA PERUCA

Edição Semanal 274 - 29/9 a 06/10/80 Cr\$ 60,00 - Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco. 14ª aérea. Cr\$ 75,00

A direita incendiária ataca as bancas e quer varrer a pornografia

P. 24



Ennio Brauns Filho

Especial: veja quem vai ganhar e quem vai perder com o Proálcool

P. 12 a 14

CONSELHO DE DIREÇÃO

Agostinho Gizé, Alcy Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Jr., Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Maklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

CONSELHO EDITORIAL DE MOVIMENTO

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976).

DIRETORIA DE EDIÇÃO S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores-adjuntos).

Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó-Minas, 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel. 245-2861, Federação. Distribuição: Abril SA - Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575, tel. 65-5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorués, Rua Gastão, da Cunha, 49, tel. 531-8900, São Paulo. Material Internacional Via Varig.

SERVÍCIOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Mais uma sobre a Polônia — Mais uma posição editorial relevante sobre o significado da greve polonesa: a do Partido do Trabalho da Albânia, que se qualifica como o único país socialista do mundo e é considerado por correntes políticas brasileiras como "o farol" do socialismo. Trecho do jornal oficial do Partido, *Zeri I Popullit*, de 7 de setembro último: "Estas greves foram dirigidas contra um regime contra-revolucionário mas inspiradas e manipuladas pela burguesia capitalista ocidental, pela Igreja católica e pela reação internacional. Os organizadores e os instigadores dessas greves procuravam desatrelar o país dos tentáculos do social-imperialismo soviético e submetê-lo à dominação do capitalismo ocidental".

Pela suspensão das prerrogativas — O caso do integrante do Comitê Central do Partido Comunista que era tão corrupto que tinha até um iate com baia para seu cavalo continua comovendo a Polônia e é considerado o símbolo da corrupção que grassava nos quadros do Partido (era tão

íntimo do ex-primeiro ministro Gierek que este, ao que parece, o chamava de meu filho). Agora, existe um pedido oficial de suspensão das imunidades parlamentares do espertalhão Maciej Szczepanski para que ele possa ser processado e punido.

A fome aumenta — O brasileiro pobre está comendo muitos menos, disse o presidente do Instituto Nacional da Alimentação, INAN, Bertholdo Kruse. Isto é consequência do fato de que o brasileiro pobre consome grande parte de sua renda com alimento (cerca de 50% no Nordeste) e de que os salários cresceram muito menos que o preço dos alimentos nos últimos três anos (veja o quadro abaixo). O economista João Sabóia, na Folha de S. Paulo do último dia 21, acrescentou outros dados igualmente dramáticos sobre o problema:

- entre julho de 79 e julho de 80 o custo da alimentação elevou-se de 98,6% em São Paulo enquanto o salário mínimo só subiu 83%;
- os servidores públicos do Estado nos últimos 18 meses só tiveram 56% de aumento enquanto a inflação subiu 168% nesse período.

OS SALÁRIOS SOBEM MUITO MENOS QUE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS		
CIDADE	De março de 1977 a março de 1980	
	ELEVAÇÃO NOS SALÁRIOS	ELEVAÇÃO NO PREÇO DOS ALIMENTOS
São Paulo	195,3%	227,4%
Recife	203,0%	428,7%
B. Horizonte	177,7%	283,8%

Fonte: Bertholdo Kruse, do INAM, citado por O Estado de S. Paulo, 19.09.80

Raimundo Rodrigues Pereira

O BRASIL E A CRISE NO GOLPE PÉRSICO

Sonhos de "potência emergente"

Os estrategistas do regime militar sonham alto. Há poucos dias, o ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, anunciou que o Brasil vai abrir mão da soberania sobre o mar até 200 milhas da costa, tese que proclamara com alarido no governo do general Médici. E uma das razões alegadas para reduzir a soberania no mar a 12 milhas da costa é o fato de que o Brasil pretende tornar-se também uma potência marítima; se as 200 milhas fossem adotadas por muitos países, nossos futuros vasos militares, especialmente, enfrentariam problemas no seu tráfego por estreitos, golfos e pequenos mares.

Mas o sonho da potência emergente não prevê apenas uma vasta frota militar brasileira varrendo os sete mares, como fazem hoje os países imperiais. No futuro, as "multinacionais" brasileiras também estariam espalhadas pelos continentes do mundo, exportando o know-how tupiniquim, empregando massas subdesenvolvidas e carreando lucros em profusão para o Brasil. Não foram o general Geisel e seu escudeiro Ueki que, em 1972, lançaram a Petrobrás no mercado exterior, a fim de competir com as "7 irmãs" do petróleo para depois tornar-se como elas?

O brazilianist Lewis Tamba, da Universidade do Arizona, sugeriu há alguns meses que chegou a haver um delírio maior. Em 1975, disse ele, em função dos sucessivos fracassos dos EUA, no sudeste asiático e na África, especialmente, alguns dirigentes e industriais brasileiros teriam iniciado articulações com o Irã, Japão e Alemanha no sentido de preparar uma força que, a médio prazo, substituisse os americanos no seu papel de sustentar os interesses mundiais do Ocidente. O Brasil seria o fornecedor de alimentos do grupo, a princípio. Com o tempo, no entanto, graças às transferências de tecnologia da Alemanha e Japão, iria criando condições para assumir o papel dos EUA, como líder mundial...

A política brasileira no Golfo Pérsico é uma amostra desses sonhos e de seus resultados práticos. Em 1974, Reis Velloso e Ueki estiveram na Arábia Saudita para vender grandes "projetos estratégicos" e multiplicar os fornecimentos de petróleo ao Brasil por parte daquele reino. No entanto, em virtude de o petróleo saudita ser controlado por companhias interessadas em garantir, em primeiro lugar, o abastecimento das nações industrializadas do Ocidente, em especial os EUA, o plano gorou. Em 1976, o então ministro Simonsen procurou um novo grande acordo na região, desta vez com o Irã. O xá estava então em seu esplendor e, em troca de exportações especiais o Brasil passaria a receber 200 mil ao invés de 20 mil barris por dia de petróleo iraniano. O plano também deu em nada porque, como se viu, o xá não se aguentou por muito tempo.

Após esses fracassos, as esperanças do governo militar se concentraram no Iraque. Mais do que os outros, este país parece talhado para o papel de grande parceiro do "Brasil grande". É um país atrasado em função das sucessivas pilhagens coloniais. Até a Primeira Grande Guerra fez parte do império otomano, sob controle dos turcos. Foi praticamente Churchill que, em 1921, escalou o rei

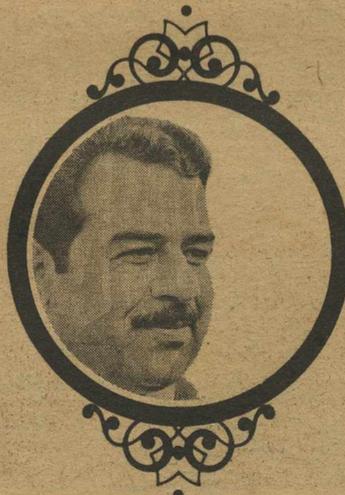
Faisal para governar o país que passa então a chamar-se Iraque.

Hoje, graças aos petrodólares, o Iraque realiza um enorme esforço de modernização. Como a influência americana sempre foi pequena e a presença soviética só é grande no fornecimento de armas, o campo para muitos negócios está razoavelmente aberto. E o Brasil tem, de fato, conseguido excelentes resultados no Iraque, do ponto de vista de suas ambições. De 1974 até agora, enquanto o fornecimento de petróleo ao Brasil pelo Irã caía para 20 mil barris por dia, o do Iraque se elevava para 440 mil. E as exportações brasileiras para Bagdá iam de frangos a tanques, de projeto e mão-de-obra para uma estrada de ferro de 500 km de mais de 1 bilhão de dólares até o planejamento de uma cidade militar subterrânea para o comando iraquiano.

O Iraque pretende hoje, nitidamente, tornar-se a potência média dominante na região do Golfo Pérsico. E o Brasil quer, claramente, estar ao lado do Iraque e de seus petrodólares. O problema no entanto é que um futuro brilhante depende de que não ocorram desastres que alterem tudo no presente. O Brasil tem de superar a crise de sua economia para retomar o nível anterior de desenvolvimento. E a guerra no golfo de imediato agrava os problemas. Delfim Netto havia visitado os banqueiros do exterior nos últimos dias para tranquilizá-los quanto à situação do país. Na volta, com uma margem de manobra estreitíssima, acabou tendo que anunciar que reduziria o déficit na balança comercial brasileira mandando "queimar" 1 bilhão de dólares das reservas de petróleo (deixaria de comprar 1 bilhão de dólares de petróleo para fazer com que caísse o déficit de importações-exportações, que chegara a 2,5 bilhões de dólares em agosto, quando Delfim prometeu aos banqueiros que este ano haveria equilíbrio na balança comercial para que, em 1981, a dívida começasse a ser paga com os excedentes a serem exportados).

Ora, a guerra e a clara perspectiva de uma redução brutal no fornecimento de petróleo, tornaram o plano de Delfim absolutamente absurdo, logo no dia seguinte ao seu anúncio. Agora, a política a ser adotada pelo governo é a de estimular a formação de estoques, mesmo que, para isso, o governo tenha de comprar petróleo no mercado paralelo, onde o preço já se elevou enormemente (deve-se recordar, de novo, que quando Delfim esteve no Iraque em novembro do ano passado, a grande vitória que voltou anunciando foi a de que o país não precisaria comprar no mercado de Roterdã porque seu novo parceiro lhe garantia o fornecimento...)

O pior é que sequer uma vitória do Iraque na guerra, sem uma grande perturbação no mercado mundial de petróleo, significa a certeza de um futuro tranquilo. A instabilidade nos países do Golfo Pérsico não é um fenômeno que se esgotará com a morte ou a derrota de Khomeini. Deve-se a causas mais profundas, tem raízes internas e externas de longo alcance. O Iraque, por exemplo, que acertou um golpe num adversário enfraquecido, é um país instável, onde Saddam Hussein tem se mantido graças a expurgos sangrentos e freqüentes. (Veja a situação do Irã e Iraque nas páginas 17, 18 e 19).



Saddam ajudará o "Brasil Grande" de Figueiredo?

O nosso relatório Poirot

Eis o coronel Gomes, o principal suspeito pelos atentados terroristas em Brasília

Antonio Carlos Queiroz

Não foi preciso que agentes policiais dotados das excepcionais qualidades do detetive Hercule Poirot entrassem em ação para descobrir o principal suspeito pelos atentados terroristas perpetrados contra as bancas de jornais em Brasília. Bastou que a imprensa começasse a investigar por conta própria para que em menos de uma semana o coronel da reserva Waldemar Gomes Filho fosse identificado (ver a edição da semana passada de *Movimento*, que foi o primeiro jornal a divulgar o nome do militar).

Por ironia do destino, o espírito de Poirot — personagem de romances policiais da predileção do general Golbery do Couto e Silva — rondou desde o início o caso do coronel Waldemar. Na véspera da detenção do militar, no último dia 29 de agosto, Golbery havia invocado Poirot como o inspirador das investigações antiterroristas que o general Figueiredo teria ordenado aos serviços de informações. Embora esses organismos estivessem com o peixe na mão — ou *crocodilo*, como está na moda dizer — coube à imprensa enfrentar o pântano da contra-informação e revelar à opinião pública quem é na realidade o respeitável cidadão Waldemar Gomes Filho.

No final da tarde, o coronel, de peruca, vigiava a livraria

O nome de Waldemar foi levantado por dois repórteres de *Movimento*, através de uma pessoa que testemunhou a sua detenção na última sexta-feira de agosto. Os próximos passos da investigação foram relativamente fáceis. Para azar do coronel, seu nome consta da lista telefônica, embora ele não more no endereço assinalado. O apartamento de sua propriedade, que fica na superquadra norte 202, é alugado pelo Banco Central e destinado a um funcionário. Foi possível desta maneira chegar-se à Empresa Projetos Habitacionais Ltd (*PROHAB*), da qual Waldemar é diretor e à Cooperativa Habitacional da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, onde o coronel é também assessor da diretoria administrativa.

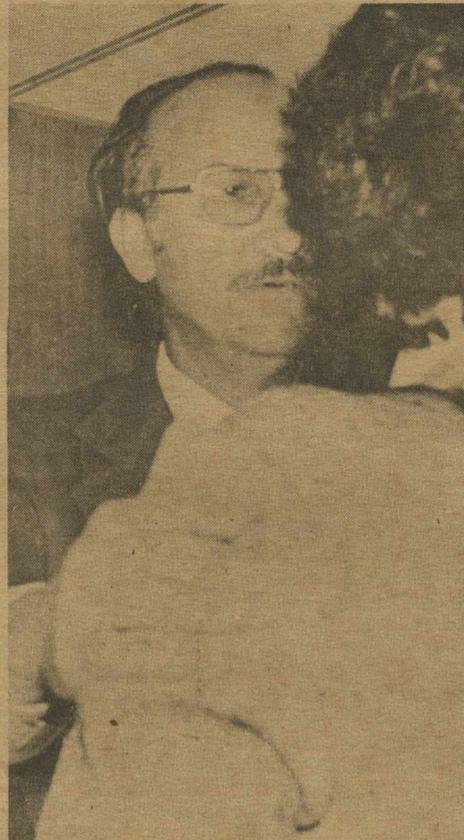
Depois de algum trabalho, *Movimento* pôde reconstituir o que aconteceu no dia em que Waldemar foi detido, por estar se comportando de maneira suspeita em frente à Livraria Sodiler, que nos dias anteriores vinha recebendo telefonemas anônimos de ameaça, exigindo que parasse de vender os jornais da imprensa alternativa.

Eram presumivelmente 18 horas quando o coronel Waldemar deixou seu automóvel — um passat verde, placa AS-6984 — estacionado em frente ao Edifício Alvorada, no setor Comercial Sul, com a óbvia intenção de fazer despistamento. Em poucos minutos o militar percorreu cerca de seiscentos metros até chegar à Livraria Sodiler, que fica no Conjunto Nacional Brasília, o principal shopping center da cidade. É possível que o coronel Waldemar tenha vindo sozinho, encontrando-se com seu companheiro naquele local.



Coronel Waldemar Gomes Filho: escondendo-se dos fotógrafos após as investigações da imprensa

Disfarçados com perucas e barbas postizas, os dois começaram a rondar a livraria e foram detectados pelos três agentes que faziam a guarda do estabelecimento. Por volta das 19 horas os dois foram abordados pelos agentes mas apenas o coronel Waldemar foi alcançado. Seu amigo, que portava uma bolsa a tiracolo, conseguiu fugir. Segundo uma versão, Waldemar teria reagido assim: "não se metam comigo pois eu sou coronel do Exército". Levado ao posto policial da rodoviária, que fica próximo da livraria, Waldemar se identificou como major da reserva, embora seja mesmo coronel. Tentando justificar o disfarce, ele disse que era uma "brincadeira". Alguns minutos depois era liberado pelo delegado Jorge Paulo Santana, depois que este recebeu ordens superiores através de um telefonema. Nada disso foi registrado no livro de ocorrências, mas um relatório reservado foi enviado à Secretaria da Segurança Pública, onde foi



instaurado um inquérito sigiloso. Até o momento já foram ouvidos o delegado Jorge Paulo, o gerente da livraria e o chefe da segurança patrimonial do Conjunto Nacional, Carlos Alberto, responsável pela detenção do coronel. Este aliás, já foi depor varias vezes e como *Movimento* pôde apurar, foi acareado com proprietários de bancas de jornais ameaçados, mas não identificado por nenhum deles.

Ao ser procurado pela imprensa, o coronel Waldemar tentou aparentar a máxima tranqüilidade, embora tenha desligado o telefone na cara de um repórter que insistia em que ele fizesse uma declaração contestando as acusações de que era alvo. Depois disso, o coronel disse que estava sendo vítima de um grande mal-entendido, fruto da "maldade que há nesse mun-

do".

Na terça-feira da semana passada vários repórteres o esperaram em seu escritório na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos durante toda a tarde. Mas ele não apareceu. Segundo informou a secretária de seu chefe, Gilberto Butes, o coronel estava numa "importante reunião no Comando Militar do Planalto" — reunião que acabou durando quase três horas. Na quarta-feira pela manhã, porém, Waldemar Gomes Filho não pôde escapar do cerco da imprensa. Ao chegar foi logo se explicando, sem que antes fosse inquirido: "Fui ao Comando Militar pegar uns formulários para o meu filho". E tentou terminar a conversa, dizendo que como militar "eu não posso fazer declarações que envolvam assuntos da Segurança Nacional. Qualquer esclarecimento vocês devem procurar nos comandos militares de Brasília". Salientando entretanto: "asseguro que não há nada contra mim nos órgãos de segurança".

Seis agentes militares cercam a sucursal da Folha de S. Paulo

Nesse mesmo dia, por volta das 13 horas, um estranho fato ocorreu na sucursal da *Folha de S. Paulo* (que foi o primeiro jornal a noticiar o caso da Livraria Sodiler): seis agentes militares — tinham o cabelo cortado a rigor — à paisana, portando rádios *Walkie-Talkies* disfarçados em folhas de jornal, cercaram o prédio e começaram a observar o seu interior. Quando perceberam que estavam sendo fotografados, fugiram. As fotos, obtidas em close por uma lente zoom, não foram ainda divulgadas e deverão ser enviadas num dossiê ao general Figueiredo e aos ministros militares.

A semana do coronel deve ter sido infernal. Já na quarta-feira ele telefonou para o secretário do PMDB, deputado Aldo Fagundes — que o conheceu em Alegrete — para pedir explicações a respeito do pronunciamento do deputado Tidei de Lima que denunciou seu nome em plenário, baseado na reportagem de *Movimento*. Na quinta, Waldemar pediu uma audiência com o senador Jarbas Passarinho, que o conheceu quando era Ministro da Educação e Cultura. Na EBTU as notícias a seu respeito caíram como bombas, despertando enorme curiosidade. Mas o presidente da EBTU, Jorge Francisconi não quis receber a imprensa, deixando o seguinte recado com o seu assessor de comunicação social: "Administrativamente a EBTU não tem nada de que se queixar do coronel Waldemar, que cumpre rigorosamente a sua obrigação". Francisconi poderá ser obrigado a depor sobre o caso, se o requerimento que o convoca para falar na Câmara dos Deputados, apresentado na quinta-feira por Israel Dias Novaes, for aprovado. Até a noite de quinta-feira nenhuma autoridade do governo havia se pronunciado sobre o caso. O ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel disse que "não sei e não vi". Ao lhe ser observado que a imprensa já havia publicado detalhes do caso, Abi Ackel respondeu, bastante irritado: "eu não li".

Gaúcho, vaidoso e direitista

A carreira militar do coronel da reserva Waldemar Gomes Filho não deve ter sido muito brilhante. Afinal, para ser promovido de capitão a major ele levou noventa anos, quando o normal são apenas cinco. De qualquer maneira, foi uma promoção por mérito e ocorreu um ano após a edição do AI-5. Também foi por mérito a sua promoção a tenente coronel, em dezembro de 1975, patente em que ele permaneceu até o ano passado, quando foi para a reserva. Gomes Filho tem uma medalha de prata por vinte anos de bons serviços prestados ao Exército e outra da força de emergência da Organização das Nações Unidas. Da arma de intendência, Gomes Filho procurou aperfeiçoar-se como administrador, bacharelando-se em administração pública. Sua família é de Alegrete, no Rio Grande do Sul, uma cidade conservadora e terra de es-

tanceiros.

Vaidoso, o coronel Waldemar tem cinquenta anos de idade, mas aparenta ser bem mais novo. Por esta razão, a explicação dada por uma fonte da EBTU de que na noite em que foi detido estava de barba e peruca postiza à espera de uma mulher é completamente falsa, mesmo porque o local é território "reservado" aos travestis.

A exemplo do general Milton Tavares, Waldemar Gomes Filho é um direitista que pensa: como revelou a *Movimento* o senador Jarbas Passarinho, na época em que era ministro da Educação e Cultura foi procurado por Gomes Filho que lhe apresentou um "mirabolante plano de educação", que previa a alocação de recursos para o setor através de um banco da educação.

TERROR/VANGUARDA DE CAÇA AOS COMUNISTAS

Cel. Zamith em ação?

Nas investigações cariocas, todos os caminhos levam à VCC

Finalmente a Polícia Federal decidiu se interessar pela carta recebida pelo **Jornal do Brasil** no dia seguinte ao dos atentados ocorridos no Rio de Janeiro. De acordo com o carimbo da agência central de correios, a carta foi postada no mesmo dia em que explodiram as bombas na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Câmara Municipal. Ela é assinada pela "Vanguarda de Caça aos Comunistas", que se responsabiliza "pelos atentados contra os traidores da pátria Eduardo Seabra Fagundes e 'vereador' Antonio Carlos Carvalho, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro — MR-8". Conforme dedução da Polícia Federal, a carta foi postada antes da explosão das bombas, razão pela qual seus autores se referem aos destinatários e nada dizem sobre as vítimas reais dos atentados.

Mas enquanto essa pista, que no mínimo esclarece a origem ideológica dos atentados, era desprezada durante quase três semanas, a Polícia Federal mostrava muita competência em investigar as atividades do vereador Antonio Carlos. Sua casa foi invadida e vasculhada pelo órgão, mesmo após o juiz Elmo Sussekind de Moraes haver negado um mandado de busca e apreensão. Todas as máquinas do gabinete do vereador foram submetidas a testes mecanográficos com o objetivo de se apurar se alguma delas havia sido utilizada no endereçamento das cartas-bomba. A hipótese que a Polícia Federal buscava provar era a de que a carta-bomba que explodiu no gabinete do vereador estava "indo" e não "vindo".

Mas já que a Polícia Federal tem fugido das boas pistas como o diabo da cruz, é possível que ela não se lembre que a



Zamith em 1968: sempre suspeito

Vanguarda de Caça aos Comunistas é a mesma organização que explodiu uma bomba de grande potência na catedral de Nova Iguaçu no dia 20 de dezembro no ano passado. Exatamente 17 dias antes, o jornal **Movimento** publicara uma extensa reportagem, reproduzindo denúncias de vários militares, de que o tenente-coronel José de Ribamar Zamith fora o autor do seqüestro de D. Adriano, em 1976.

A matéria, com denúncias de extrema gravidade, não foi desmentida pelo acusado, nenhum processo foi movido contra o jornal, sua reação foi o silêncio. Procurado por um repórter na sede do I Exército, no Rio de Janeiro, Zamith o recebeu ao lado do assessor de imprensa do comando. Sobre as denúncias veiculadas por Mo-

vimento limitou-se a dizer que só I Exército poderia dizer alguma coisa. A seu lado o assessor de imprensa emendou: "e o I Exército não tem nada a dizer".

Considerando a reportagem uma grande contribuição às investigações, a diocese de Nova Iguaçu encomendou a **Movimento**, 10 mil encartes com a reprodução da matéria, que foram distribuídos em Nova Iguaçu. Foi depois disto, 17 dias após a publicação da reportagem, que a catedral de Nova Iguaçu foi abalada pela explosão de uma bomba que destruiu completamente o altar, os vidros de 12 janelas, os ventiladores e a aparelhagem de som. Sua autoria foi assumida pela Vanguarda de Caça aos Comunistas, em uma linguagem muito parecida com a de militares da linha dura da Vila Militar, que sempre tacharam o governo de "covarde". Quanto ao conteúdo, a carta é muito parecida com a que foi recebida pelo **Jornal do Brasil**. As duas são relativamente curtas e expressam as mesmas idéias centrais. Nelas são atacados além dos comunistas, o próprio governo, que é considerado corrupto e vendido aos interesses estrangeiros.

Como não fazer a relação entre os atentados? No entanto, o DPPS, auxiliando a Polícia Federal nas investigações, anunciou na semana passada que está catalogando as organizações de extrema direita que atuaram no Brasil desde 1930. Ou seja, já que está difícil incriminar as próprias vítimas, a polícia passa a se concentrar nos ancestrais ideológicos dos terroristas. Este trabalho pode até resultar em um grande tratado de sociologia, mas seguramente nada sairá de concreto sobre os terroristas atuais.

TERROR/TIROS E INQUÉRITOS

Nazistas: os pacíficos e os terroristas

Enquanto as autoridades prosseguem dizendo que a falta de elementos tem dificultado as investigações, a polícia continua desprezando pistas importantes. Sabe-se, por exemplo, que há retratos falados do portador da carta-bomba à Ordem dos Advogados do Brasil, que a Polícia Federal não libera para publicação. Outro retrato falado repousa nas pastas do DPPS há cerca de dois meses. É o do terrorista que ameaçou explodir a banca de jornais de Settimio Aciri, de Brás de Pina, no Rio de Janeiro.

Outro caso que vem desmoralizando os órgãos policiais é o das ameaças feitas ao Centro de Mobilização do PDT, também no Rio de Janeiro. Há mais de um mês um terrorista enviou alguns bilhetes ao Centro, ameaçando "aniquilar" seis de seus

membros e explodir sua sala. Os bilhetes foram assinados por José Alves da Silveira, da "Falange Patriótica", uma organização de extrema direita. Os membros do Centro decidiram entrar com uma representação na Justiça. O jornal **O Globo** noticiou o fato e fez uma entrevista com Armando Zanini Junior, que se diz um nazista pacífico e chefe da Falange Patriótica. Zanini afirmou ao **Globo** que não conhece José Alves da Silveira pessoalmente, embora tivesse recebido uma carta sua pedindo ingresso na Falange. Explicou também ter respondido a ele, dizendo que seus métodos diferiam e que portanto não havia possibilidade de entendimento. E mais: revelou ao **Globo** que o número da caixa postal de José Alves da Silveira é 2941. Embora essa reportagem tenha sido

publicada há mais de um mês, até hoje os órgãos policiais não tomaram nenhuma providência.

Algum tempo depois do golpe de 64, Carlos Lacerda dizia que os agentes do Serviço Nacional de Informações (então sob a direção de Golbery do Couto e Silva) descansavam às segundas-feiras. Nessa época, os jornais não circulavam às segundas. A insinuação de Lacerda era de que os agentes do órgão somente trabalhavam com as informações divulgadas pela imprensa. Atualmente parece que a coisa descambou mais ainda, pois nem as informações da imprensa são notadas pelos órgãos policiais. Pelo menos quando se trata de informações sobre a extrema direita.

TERROR/PISTAS

"Minas não é o centro do terrorismo"

O PDS conseguiu, depois de várias manobras, encerrar sem nenhum resultado a Comissão Parlamentar de Inquérito organizada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais para apurar o terror político no Estado. Usando uma tática de impedir novos depoimentos, boicotando as sessões e insistindo na desimportância da comissão, o partido do governo, através do líder Emílio Gallo afirmou que a CPI estava prestando um "desserviço a Minas". Pois "Minas não é o centro do terrorismo".

Através do requerimento forçando a apresentação das conclusões antes do prazo previsto, o PDS conseguiu a renúncia dos deputados opositores Milton Lima, Dalton Canabrava e Ademar Lucas, que poderão elaborar um relatório paralelo a ser encaminhado ao presidente da República.

Enquanto o PDS afirmava que Minas

não é nada em termos de terrorismo, o padre Antonio Mamede, de Teófilo Otoni, uma das mais importantes cidades do Estado, foi baleado por desconhecidos, depois de ter sido atraído a uma cilada.

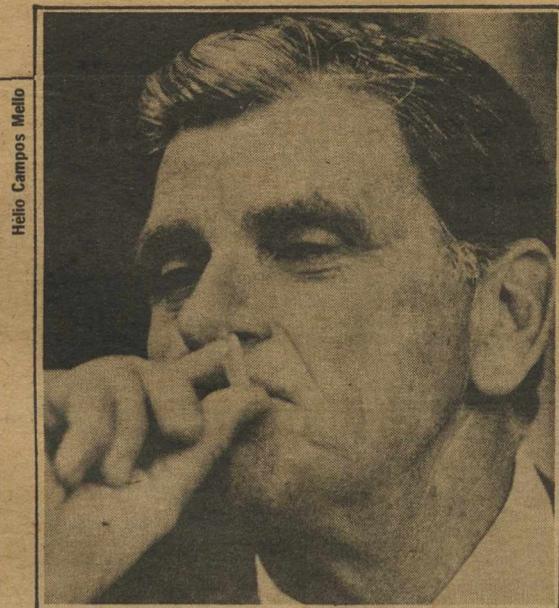
Padre Antonio Mamede é um dos mais firmes defensores dos posseiros que permanentemente sofreram pressões dos grandes fazendeiros da região, e tem atuação intensa junto às comunidades de base. Padre Antonio teve o intestino perfurado e seu acompanhante foi baleado na perna. As suspeitas de que tenha sido um atentado político são reforçadas pelo fato de que há alguns dias houve uma passeata de fazendeiros protestando contra o trabalho da Igreja em defesa dos oprimidos.

FUNCIONÁRIOS NÃO COMPARECEM

A CEI — Comissão Especial de Inquérito — da Assembléia Legislativa de São Paulo que apura as agressões contra

populares durante a visita do "governo Integração" de Paulo Maluf à Freguesia do O, prosseguiu esta semana com o depoimento do tenente PM Celso Rapace, identificado em várias fotografias. O tenente, que é ligado diretamente ao gabinete do governador, negou as agressões que lhe são atribuídas, mas caiu em várias contradições. Afirmou que na foto, onde aparece chutando um rapaz, estava "apenas levantando o pé e o braço para me defender".

Os funcionários públicos, também identificados em fotografias e que deveriam depor no final da semana passada não compareceram à Assembléia, segundo instruções do secretário das Administrações Regionais Francisco Nieto Martin, que alegou que a CEI "está desvirtuando suas finalidades". Eles deverão ser incriminados penalmente pelo não comparecimento.



Erasmio Dias: culpado

INVASÃO DA PUC

Bombas punidas

Exatamente três anos depois da violenta invasão da PUC — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — por tropas de choque da PM e agentes do DEOPS, o Estado foi condenado a indenizar quatro das estudantes feridas por bombas atiradas pelos policiais.

A invasão e depredação da PUC na noite de 22 de setembro de 1977, tinha o objetivo de impedir a realização de um ato público convocado pelos estudantes, em apoio à realização do congresso da UNE, proibido pelo governo. Comandados pelo próprio secretário da Segurança, o atual deputado do PDS coronel Erasmio Dias, os policiais agiram com uma violência absurda, atirando bombas de gás lacrimogêneo, quebrando salas, móveis, vidros, revirando arquivos e depredando até mesmo instalações de laboratório. Cerca de mil estudantes foram presos dentro do campus, independente ou não de estarem presentes ao ato.

Na ocasião, a reitora da PUC Nadir Kfourri (recentemente eleita por voto direto de alunos, professores e funcionários para novo mandato) condenou severamente a invasão e acusou o coronel Erasmio Dias de exorbitar de suas funções. Mas a situação se tornou ainda mais grave com a constatação, após os incidentes, de graves ferimentos em quatro jovens estudantes, atingidas por bombas — que se suspeitava conterem fósforo — e que sofreram queimaduras de até 3º grau.

Apesar da clara evidência dos excessos cometidos pela polícia, apenas agora — três anos depois — o juiz estadual Getúlio Evaristo dos Santos condenou o Estado a pagar indenizações às estudantes Iria Visona, Graziela Augusto, Maria Cristina Raduam e Virgínia Maria Finzetto.

Segundo o advogado e membro da Comissão de Justiça e Paz, Mario Simas, "a sentença proferida mostra que os atos de força, desnecessários e ilegais, surtem um efeito momentâneo com conseqüências muitas vezes permanentes, mas os atos de justiça sobressaem nesse contexto e passam a constituir a história de um povo".

Na época da invasão o então governador Paulo Egídio assumira totalmente a responsabilidade pelos acontecimentos, afirmando que o coronel Erasmio Dias agira sob estritas ordens suas. Mas como era notório, o secretário da Segurança recebia ordens diretamente de Brasília e isso ficou claro após as conclusões da Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa que apontou o coronel Erasmio Dias como culpado. Uma conclusão que se reafirma agora, nas declarações do próprio ex-governador Paulo Egídio, atualmente um dos organizadores do PP que afirma: "a culpa pela invasão da PUC foi do coronel Erasmio Dias e isso ele mesmo reconheceu numa entrevista recente".

Nessa entrevista Erasmio diz que se fosse necessário e recebesse ordens semelhantes, faria de novo aquele tipo de ação, embora ache que as queimaduras nas estudantes foram "obra do imponderável", "fruto do destino". E completa: "mas antes de tudo é preciso lembrar que elas não estavam na igreja rezando ou em casa cuidando dos filhos. Estavam fazendo baderna".

D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo e grão-chanceler da PUC, afirmou aos jornais que "essa decisão judicial condenando o Estado a indenizar as estudantes abre possibilidades para novos processos, como o que foi instaurado pela própria PUC e arquivado na mesma vara da Fazenda Estadual. Embora na época é que deveria ter sido aberto processo judicial para que fossem reconhecidos os mandantes da invasão, o que ficou muito misterioso naquele momento".

“Pega o deputadinho!” A polícia, o Kojak, todos atrás do Geraldinho

Flávio Dieguez

— Peguei o deputadinho — anunciou o policial, com visível satisfação. Tinha finalmente descoberto e cercado o jovem deputado estadual do Partido dos Trabalhadores por São Paulo, Geraldo Siqueira, 28 anos. E aí começaria uma das cenas mais violentas da agressão na Freguesia do Ó, promovida em junho passado por funcionários da prefeitura de São Paulo e por policiais à paisana da Polícia Militar.

Desde que começou a correr da polícia, apanhando de cassetete nas manifestações de protesto, Geraldinho teve muitos outros confrontos com a repressão. Foi preso ou chamado a depor diversas vezes durante a década de 70; sofreu espancamentos e torturas; e, principalmente nos últimos dois anos, tornou-se um alvo privilegiado de agressões nas ruas por policiais.

Mas, como ele diz, perto do espancamento na Freguesia, “o resto foi refresco”.

— Apanhei muito, muito mesmo. Foi pontapé, soco, porrada de todo lado. Fui para o hospital com fratura no nariz e traumatismo torácico; tive febre alta e infecção, me rompeu um vaso no pulmão.

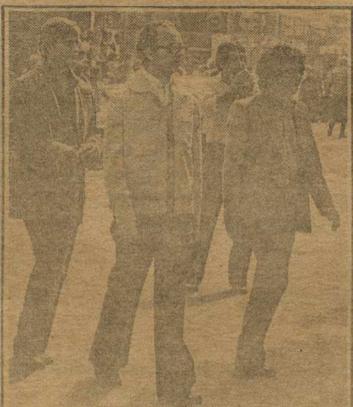
A primeira manifestação de protesto nas ruas, de que participou, foi contra o assassinato do estudante José Guimarães. Ainda era secundarista nessa época, e menos de dois anos depois, em 1970, já sob a égide do AI-5, teria conhecimento direto de uma realidade bem diferente das greves de colegial contra secretárias autoritárias e corruptas. Foi preso, junto com um grupo de panfleteiros, pelo então desconhecido Serviço Reservado da Polícia Militar. Hoje o SR é famoso, justamente por ter fornecido os policiais à paisana para a agressão na Freguesia, inclusive o seu comandante, o major “Taturana”, e o “Kojak”, o negro extremamente alto e forte, cabeça raspada, que caçou e agrediu Geraldinho em junho. Em 1970, Geraldinho foi espancado pelo mesmo SR.

— Descobri isso porque depois levaram a gente para o DEOPS e eu lembro do delegado Mangabeira dizer: “essa secreta da PM só me traz m...”.

Mas apesar dessa referência à pouca importância relativa dos presos, junto com a mesma leva estava Olavo Hansen, que seria assassinado no DOI-CODI, no nono dia de prisão.

Geraldinho lembra dessa época como um período de incerteza. Bancário, sua profissão, desde os 21 anos (até hoje, sob licença), largou o curso de engenharia na Fundação Álvares Penteado (“porque me encheu o saco”) e se matriculou na Geografia da Universidade de São Paulo. Imediatamente, passou a integrar o pequeno grupo de estudantes que se dedicou a desfazer, num árduo esforço, os estragos que a repressão de 68/69 havia feito no movimento estudantil. No primeiro ano de escola, foi eleito para a presidência do Centro Acadêmico.

— Não foi por mérito — explica rapidamente — a nossa chapa era toda de calouros. O que havia era absoluta



Ricardo Bellet/Agência F4



Geraldinho: na “cobertura” à greve do ABC, ao lado do bispo D. Cláudio, e apanhando na Freguesia do Ó

falta de pessoas capazes de assumir liderança devido às prisões.

Nos anos seguintes, quando não estava ocupando algum cargo, trabalhava em articulações cujo primeiro grande objetivo era recriar o Diretório Central dos Estudantes: o DCE-Livre “Alexandre Vannuchi Leme”, de cuja primeira gestão fez parte em 1976.

Até 1978, quando começou sua campanha para a Assembleia Legislativa pelo MDB, foi chamado a depor uma meia dúzia de vezes. Em 73 foi preso pelo DOI-CODI, onde levou “uns tapas na cara” e viveu o clima terrível de intimidação, ameaça de tortura, gente sendo arrastada de capuz, os gritos dos torturados. Mas desde então, a repressão “negra” dos porões dos órgãos de segurança já estava entrando em declínio.

Por ironia, foi exatamente quando obteve seu mandato, e conseqüentemente a imunidade parlamentar, que Geraldinho passou a sofrer de maneira mais sistemática, as agressões com que a polícia o perseguia, nas greves do ABC e em outras manifestações. Parece ter sido responsável por isso o ascenso da mobilização popular e a sua concepção de seu trabalho como deputado.

— Era o esquema de uma minoria no parlamento, de estar onde as coisas estão acontecendo, onde não há “representação” (no sentido teatral), não tem discurso, não tem ministério. De um lado está a repressão, de outro o trabalhador. Onde a coisa está crua. Eu queria utilizar o meu mandato no sentido de dar um mínimo de cobertura. No final, você é pelo menos testemunha, porque quando um operário é preso, fica por isso mesmo, e se o deputado está junto, ajuda a salientar esse fato.

— Inclusive teve deputados, como o Manuel Sala e o Armando Pinheiro, que achavam que isso achincalhava o decoro parlamentar, vulgarizava. Mas



Sandra Adams

isso, que que é isso?” Ai veio um cara de uns dois metros, era maior que o Kojak, o deputado Fernando Moraes é testemunha, e me agarrou pelo cangote. Comecei a gritar que era deputado e ele disse: “você é deputado na casa do car...”. O Alemão foi embora, carregado.

Em Guarulhos, em novembro de 79, Geraldinho voltava para São Paulo no carro oficial da Assembleia, quando foi identificado e perseguido por uma viatura da PM.

— Fecharam o carro e queriam me revistar. Resolvi endurecer, pô, afinal eu era deputado. Ai partiram prá porrada, me deram uma chave de braço e me jogaram no camburão. Depois, quando o delegado viu os meus documentos levou o maior susto — “que frial!”, deve ter pensado. Mandou me soltar e espinafrou o tenente. O processo está correndo. Depois, o cara apareceu para mim, de terno, disse que a mulher dele estava grávida, que ele ia ser despedido, pediu desculpas.

— Vão dizer que eu sou bobo — completa, realmente confundido ao contar o caso — mas se dependesse de mim, eu preferia retirar a queixa, porque no fundo é o cidadão que se dana.

Mas Geraldinho na verdade não pode se dar ao luxo de considerações de tal tipo. É uma pessoa claramente visada, como demonstram muitos outros casos em que o carro oficial da Assembleia foi abalroado, fechado, etc, com ele dentro. Neste último caso, inclusive, ele mesmo diz que, ao sair de Guarulhos, percebeu quando alguém “deu um toque” avisando a viatura que o perseguiu. O mesmo aconteceu na Freguesia do Ó, onde ele claramente estava sendo procurado por Kojak. Não é possível que tenham deixado de “marcar” o “deputadinho” desde essa época. O espancamento absurdo de Geraldinho na Freguesia, mostra que tentaram lhe dar “uma lição exemplar”.

— Começou com o Kojak, que quando me viu fez uma cara de quem tinha encontrado o que queria; me jogou de cara em cima da quina de um carro, para me deixar mole. Tentei fazer um gesto de defesa, protegendo o rosto com os punhos. Ai vieram uns quatro ou cinco, um já me deu um soco, na corrida mesmo. Não tinha jeito de correr, eles me cercaram e batiam sem parar. Eu já estava fora de combate, mas eles me levantaram e batiam mais, como um saco de pancada; já não tinha reação nenhuma e eles continuavam batendo.

Essas declarações são confirmadas pelos depoimentos feitos à Comissão Estadual de Inquérito (CEI) da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Fernando Moraes, e da qual Geraldinho faz parte. Para ele, foi uma experiência assustadora.

Me deu medo, mesmo, porque já tinham me deixado fora de combate e continuavam batendo. Comecei a sentir fraqueza e tonteira, pensei em fraturas e que podia morrer. Tinha hera que eu achava que já tinha apanhado bastante, mas eles iam sempre mais longe do que eu imaginava... Em termos de violência, são coisas diferentes, mas não se compara nem com a tortura.

em 80, o parlamento foi quase transferido para o ABC.

A tentativa de salientar a repressão através da sua presença como deputado, de fato, foi de grande importância durante as greves. Mas os resultados ultrapassaram as expectativas, por assim dizer, e as imunidades, afinal, não impediram que o próprio deputado passasse de testemunha a vítima (e também apesar de, em termos familiares, Geraldinho ter “costas quentes”: é neto de general, sobrinho de dois generais e primo de um general e de um coronel).

“ Comecei a gritar que era deputado e ele disse: “é deputado na casa do car...” ”

Em São Bernardo, na greve de 79, Geraldinho estava na porta do sindicato dos metalúrgicos de madrugada, quando um dos dirigentes do sindicato, o “Alemão”, foi sequestrado. Geraldinho lembra da história.

— Lá pelas três, quatro horas da manhã, apareceu um enorme aparato bélico. O Alemão tinha acabado de acordar e disse, “deu pulgã no quartel”. Vieram vários caras à paisana se esgueirando e pularam em cima dele, tentando arrastá-lo para o escuro, para umas parvas C-14 sem chapa. Eu tentei soltá-lo, era o meu papel, né? Era uma prisão arbitrária. Levei um safanão, mas corri em cima. O tira não acreditava no que estava acontecendo, ficou admirado, falando, “que que é



Prestes: Congresso? Só com democracia

PCB

Sem Prestes, vem aí o 7º Congresso

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) está anunciando a realização de seu 7º Congresso em 1981, rompendo um impasse interno a respeito de sua realização. O ex-secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, era contra sua realização por entender que tal Congresso, realizado sem amplas liberdades, seria uma farsa. A facção majoritária do Comitê Central, que há poucos meses excluiu Prestes da secretaria geral, acredita que o congresso deve ser realizado, aproveitando o clima da abertura política.

ALIANÇA COM O MR-8

Aparentemente por estar em minoria dentro do aparelho do partido, Prestes só aceitaria a realização de um Congresso com o PCB na legalidade de modo que ele pudesse arregimentar mais força para defender suas posições e eventualmente ganhar os postos-chave do partido. O grande temor da ala majoritária do Comitê Central era justamente que Prestes levasse para dentro do PCB uma nova leva de militantes, que iriam desde remanescentes isolados da extinta ALN (Ação Libertadora Nacional) até um partido inteiro, como seria o caso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Nas últimas semanas, inclusive, voltaram a circular os boatos de que Prestes ingressaria no MR-8, uma vez que ele já estaria definitivamente desiludido com as possibilidades de voltar ao poder dentro do PCB.

Mesmo que não se concretize formalmente a aliança entre Prestes e o MR-8 (na prática tal aliança já existe) o 7º Congresso poderá se transformar numa repetição do 6º Congresso (realizado em 1967), quando houve um "racha" do qual saíram militantes que se lançaram à luta armada.

"AÇÃO DESESPERADA"

O 7º Congresso certamente deverá se definir em relação à questão Prestes, que vem pregando abertamente a derrubada do atual Comitê Central, por considerá-lo "falido". As duas alas estão em curso de colisão inevitável e parece não haver mais nenhum acordo possível.

Prestes está sendo também acusado de estar procurando no exterior apoio para suas posições, junto a partidos comunistas de outros países. Atualmente ele está em Havana, a convite de Fidel Castro, e nos próximos dias irá à Bulgária. Essa acusação foi veementemente rejeitada na semana passada pelo advogado e amigo de Prestes Aldo Lins e Silva, que disse ao *Jornal do Brasil* que Prestes "não necessita buscar no exterior apoio para suas posições políticas, pois é o líder natural de todos os comunistas brasileiros".

Indiferente à atividade de Prestes, a atual direção do PCB se lança ao trabalho de preparação do Congresso, que já tem comissões funcionando para a preparação de teses de balanço do 6º Congresso, sobre a questão da democracia, luta pela legalidade e Constituinte além de trabalhos sobre a evolução do capitalismo no Brasil de 1967 até os dias de hoje.

Fontes oficiais do PCB consideram que Prestes já está batido e que a questão já está encerrada. O *Jornal Voz da Unidade*, órgão oficial do PCB, por exemplo, acha que a iniciativa dos prestistas em relançarem o *Voz Operária* (ver Movimento da semana passada) não passa de uma "ação desesperada" que não vai dar em nada.

SAÚDE

Depois do colapso, a mudança radical

Prev-Saúde: um plano que pode ter o apoio da oposição

Foi preciso que o sistema de atendimento médico-previdenciário entrasse em crise para que o governo, finalmente, anunciasse uma reformulação radical no sistema de atendimento à população: na terça-feira da semana passada, os ministérios da Saúde e da Previdência Social divulgaram o anteprojeto do Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde — o Prev-Saúde. Esse programa, que vai custar aos cofres públicos 156 bilhões de cruzeiros (deverá estar totalmente implantado até 1986), envolverá a operação de 33.833 consultórios médicos, 7.697 postos de saúde, 7.990 consultórios odontológicos e 10 mil leitos hospitalares.

O objetivo básico do Prev-Saúde (após 10 de outubro, o anteprojeto será enviado à secretaria do Planejamento da Presidência da República e, posteriormente, ao Conselho de Desenvolvimento Social) é estender a toda a população os serviços básicos de saúde, reorganizando o setor público para aumentar a sua produtividade. Pelo programa, os municípios serão encarregados da administração e coordenação do sistema local de saúde, que terá, ainda, uma participação comunitária.

Até aí, ninguém é contra. Mas dois outros princípios básicos do Prev-Saúde vêm desencadeando intensa reação dos serviços privados de medicina (hospitais e empresas médicas) e mesmo de membros do governo, como é o caso do presidente do INAMPS, Harry Graef, comprometidos com a medicina privada. Toda essa reação é consequência de o Prev-Saúde estabelecer que deverão ser suspensos novos contratos de compra de serviços pelos órgãos públicos (principalmente o INAMPS, o maior comprador de serviços médicos do país) e reexaminados os convênios existentes com empresas médicas. Além disso, o pessoal contratado pelo Prev-Saúde, principalmente os que ocupam funções de direção ou assessoramento, não poderão ter nenhuma vinculação com o setor privado contratado.

Outro ponto, que levou a Federação Brasileira de Hospitais a se manifestar contra o programa, é o que estabelece que os serviços privados só poderão participar do Prev-Saúde se atenderem aos seguintes requisitos: 1) não terem fins lucrativos; 2) terem participação co-

munitária; 3) adotarem práticas, métodos e procedimentos semelhantes ao setor público; 4) submeterem-se aos mecanismos de controle do sistema. Dessa forma, só os hospitais beneficentes e filantrópicos podem ser incluídos no Prev-Saúde. Daí a grita geral.

UMA NECESSIDADE

A iniciativa dos ministérios da Saúde e Previdência Social de elaborar o Prev-Saúde (o primeiro anteprojeto ficou pronto em março) é consequência da falência do modelo atual de atendimento. Neste modelo, apesar de os gastos com saúde, principalmente os originários da Previdência Social, crescerem rapidamente (de 1968 a 78 aumentaram em 500%), intensifica-se a insatisfação da população. E isso é fácil de explicar: o modelo atual de atendimento médico do país é todo voltado ao combate à doença e não à manutenção da saúde e o INAMPS não passa de um repassador dos recursos captados dos trabalhadores e empresas e revertidos para a iniciativa privada — hospitais e empresas médicas, que prestam o atendimento.

A valorização do atendimento médico-hospitalar em detrimento da atenção básica, chamada pelos técnicos de primária, gerou uma profunda distorção que está levando a Previdência Social ao colapso. Nem o governo esconde mais isso. Daí a necessidade de repensar o modelo, investindo no atendimento básico, que nada mais é do que as consultas ambulatoriais, as campanhas de prevenção de várias doenças contagiosas, a melhoria geral das condições do ambiente (implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e destino adequado aos dejetos).

Outro ponto importante do Prev-Saúde é a forma de contratação de pessoal que prevê o pagamento de salários, eliminando totalmente o pagamento por serviços prestados ou unidade de serviço — o sistema utilizado pelo INAMPS em relação aos profissionais e hospitais conveniados.

Quando todo o programa estiver em funcionamento, em 1987, o seu custo será de 170,7 bilhões, assim distribuídos: 106,7

bilhões para serviços básicos; 44,2 bilhões para atendimento hospitalar e 19,8 bilhões para administração e apoio. Só o INAMPS deverá contribuir com 102 bilhões. E para a implantação do programa, nos próximos cinco anos, o governo pretende conseguir 125,1 bilhões em fontes internas e 31,8 bilhões em recursos externos.

Resta, agora, o Prev-Saúde ser aprovado no Conselho de Desenvolvimento Social. Apesar das insistentes declarações do ministro da Previdência, Jair Soares, de que o programa é irreversível e de que "vamos trabalhar pela saúde e não pela doença", a batalha vai ser dura. Os hospitais e empresas médicas já começaram a espernear e têm aliados poderosos no governo.

Mesmo que o programa seja aprovado, vai enfrentar enormes dificuldades para ser implantado. Vai sofrer pressões diversas e boicotes da medicina privada e seus adeptos, como sofreram todos os projetos-piloto que se tentou implantar em várias partes do país. E a repercussão desses projetos era, obviamente, infinitamente menor do que as de um programa de nível nacional.

Com todas as dificuldades e eventuais incorreções que possa ter, o programa vem recebendo apoio de importantes sanitaristas do país, que sempre combateram o modelo atual de assistência médica e denunciaram seus erros e vícios. Um deles é o médico sanitarista Carlos Gentile de Mello, ex-assessor do Ministério da Saúde e da Secretaria do Planejamento. É claro que o Prev-Saúde não acabará com todas as mazelas do sistema de assistência médica. Nem eliminará a exploração da medicina por empresas. Mas é a primeira investida para disciplinar o setor e terá como consequência a limitação da expansão do setor privado lucrativo, na medida em que exigirá uma profunda mudança na política financeira do Inamps. Mais que isso: vai permitir que 40% da população brasileira, que continuam sendo excluídos do atendimento médico, tenham acesso aos serviços de saúde. (Lia Ribeiro Dias)

COSTUMES

A queda da Lei da Virgindade

Se o projeto de lei apresentado na semana passada pela senadora Eunice Michiles (PDS-AM) for aprovado, o homem brasileiro vai perder uma de suas mais odiosas prerrogativas de macho. É que o projeto revoga dispositivos do nosso sexagenário Código Civil pelos quais o marido pode anular o casamento, em seus primeiros dias, simplesmente alegando a não virgindade da mulher esposada. O que vale é a palavra do homem, já que para comprovar o "delito", nenhum tipo de perícia médica foi imaginado pelos juristas que elaboraram o Código Civil aprovado em janeiro de 1916 e corrigido em 1919, mas que continua em pleno vigor.

ONDE ESTÁ A DIGNIDADE?

"Absolutamente não aceitamos que a dignidade da mulher esteja no hímen", disse a Movimento a senadora Michiles, acrescentando: "no início do século esta norma fazia parte dos usos e costumes, mas estes evoluem e a legislação tem

que acompanhar a realidade". Embora seja pouco conhecida, a Lei da Virgindade continua sendo cumprida normalmente. A própria senadora testemunhou uma anulação de casamento nessas circunstâncias: "foi em Manaus, há oito anos. O homem era um corretor de imóveis, jovem até, tinha uns 30 anos. Depois de se divertir bastante, no décimo dia pediu a anulação e conseguiu".

A aprovação do projeto de Michiles é quase certa, mas alguma polêmica deverá causar no plenário do Senado. O folclórico senador Dirceu Cardoso (ES-sem partido), por exemplo, estaria contra e teria dito que "vai lutar até a morte para que esta lei não passe". Os próximos projetos da senadora, no entanto, talvez não contem com tão grande unanimidade. Ela está estudando a revogação de outros direitos concedidos ao homem pelo Código Civil, como o que lhe dá a posição de "cabeça do casal" e o do "pátrio poder". Por este último dispositivo, o pai é sempre o responsável

pelos filhos. É interessante notar que mesmo no caso da mãe adquirir esta responsabilidade, esta continua sendo uma prerrogativa masculina, com o mesmo nome de "pátrio poder".

QUEIMAR SUTIÁS, NÃO!

Eunice Mafalda Michiles, 51 anos, mãe de quatro filhos, professora, comerciária, é a única senadora da República. Uma feminista? "Se feminismo for lutar pelos interesses da mulher e mostrar que ela é tão capaz como o homem, eu gostaria de ser feminista. Lutar contra o homem e queimar sutiás no meio da rua, eu sou contra", diz ela.

Bastante desprendida, ninguém poderia imaginar que Eunice Michiles foi educada por uma família Adventista do Sétimo Dia, religião que não admite o trabalho no sábado, o consumo de carne de porco, o uso de jóias e que prescreve um código moral extremamente rígido. (ACQ)

LULA E A ECONOMIA NACIONAL

“Reforma agrária é a prioridade”

O líder sindical Luiz Inácio da Silva diz quais são as tarefas de um governo popular

Qual o principal problema econômico brasileiro? Qual a tarefa que um governo popular, disposto a mudar o atual modelo econômico, deveria considerar prioritária? Para Lula, líder sindical e presidente do Partido dos Trabalhadores, a reforma agrária. “Realizando a reforma agrária, distribuindo as terras nas mãos dos latifundiários, seria possível criar empregos no campo, não haveria tantas migrações para as cidades e as favelas não proliferariam como agora”. Ele não aceita a tese de alguns economistas de que a mudança para a cidade significa, inevitavelmente, uma melhoria de padrão de vida para o migrante. “Se muitas pessoas soubessem que quando vão para São Paulo acabam tendo que morar no morro, no brejo, debaixo da ponte, lutariam para ficar com sua terrinha no Nordeste”.

Expropriações

Num almoço no Rio de Janeiro, promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças, Lula repudiou a tese de que o Brasil precisa atrair as multinacionais e a poupança externa para criar empregos suficientes para ocupar todos aqueles que chegam anualmente ao mercado de trabalho (cerca de 1,5 milhão de pessoas). “Se o governo estivesse preocupado com os interesses do povo, se fosse um governo que quisesse dar emprego para todo mundo, realizaria a reforma agrária que ocuparia muita gente no campo. Nós já sugerimos também, várias vezes, que o governo acabasse com as horas extras, reduzisse a jornada de trabalho, porque assim haveria mais vagas para empregar mão-de-obra. Nós fizemos um cálculo e chegamos à conclusão de que a Volkswagen fez com que seus empregados trabalhassem 900 mil horas extras em 1979. Se essas horas extras não existissem, daria para empregar mais uns 5 mil trabalhadores”.

Lula acha que as multinacionais ao invés de serem atraídas para o Brasil deveriam ser expropriadas, quando um governo popular assumisse o poder. “Agora o atual governo, se tivesse um mínimo de interesse pelo trabalhador, deveria exigir dessas empresas que dessem ao trabalhador brasileiro as mesmas vantagens que dão aos seus trabalhadores nos países de onde elas vêm. Nós temos que ter a coragem de começar a dizer que o bom padrão de vida do trabalhador alemão, do trabalhador americano, só é possível graças à exploração da mão-de-obra do Terceiro Mundo pelas multinacionais”.

Conseguindo lucros fabulosos em países como o Brasil, essas empresas não têm o mínimo interesse em que a situação mude e que os trabalhadores passem a se organizar em defesa de seus direitos. Prova disso, é a recente manobra da Volks de criar uma comissão de representantes dos trabalhadores segundo regras do jogo determinadas por ela. “A Volks quer criar um sindicalismo paralelo, enfraquecer o movimento sindical. Já há 3 anos a Volks vinha recusando a proposta dos delegados sindicais. O ministro Murilo Macedo sempre foi contra a figura do delegado sindical. Agora que a Volks resolve criar essa comissão de trabalhadores, ele se mostra favorável. Isso é uma manobra do ministro do Trabalho, que está interessado em dividir o sindicalismo de São Bernardo”, disse Lula.

“Queremos liberdade”

Os líderes sindicais que são respeitados pelos trabalhadores repudiaram a manobra da Volks “e nós do sindicato de São Bernardo vamos combater essa comissão. Não vamos indicar ninguém para

ela e vamos ignorá-la em qualquer luta que fizermos. Aliás, eu soube que a Volks está com dificuldades de arranjar gente para formar essa comissão. Como ela tem 40 mil trabalhadores pode ser que acabe conseguindo, mas essa comissão não vai adiantar nada. O essencial para nós não é a criação de comissões ou a co-gestão. Nós queremos é liberdade e autonomia sindical. Tendo isso, o resto a gente consegue”.

Lula não aceita a crítica, levantada por alguns jornalistas, de que os partidos de oposição não têm um programa alternativo para apresentar à sociedade. “Para mim isso é um bom sinal. É um sinal de que os partidos políticos estão tomando juízo. Isso mostra que ninguém mais acredita que um programa com um novo modelo econômico para o Brasil possa sair da cabeça de uns poucos iluminados, como acontecia antigamente. O Rischbieter, quando estava para deixar o ministério da Fazenda, me chamou para conversar. Fui lá e ele me disse que estava saindo porque só acreditava numa solução para o Brasil resultante de um amplo debate popular e que o Delfim achava que tinha um modelo na cabeça para resolver tudo”.

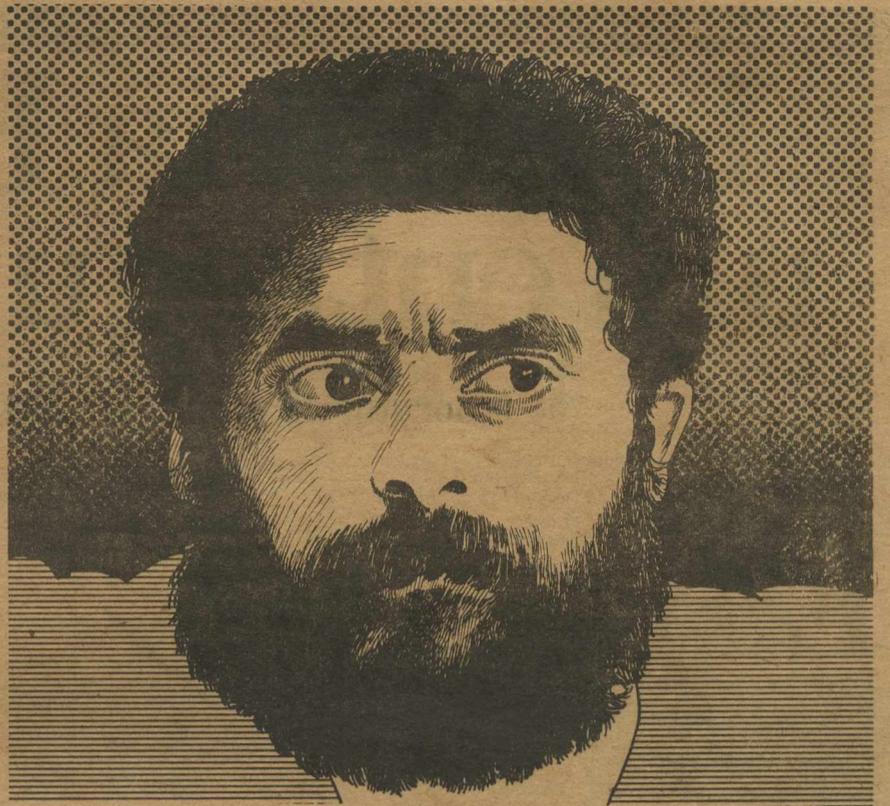
A lista do DEOPS

O líder de São Bernardo observou que embora o governo negue, existe desemprego no ABC e que muitos trabalhadores não estão conseguindo colocação devido à sua atuação sindical. “No ano passado nós descobrimos uma lista com 326 nomes que foi enviada ao DEOPS por uma empresa. Esses trabalhadores estavam barrados em todas as empresas porque essa lista circula”. Para a campanha salarial deste ano, Lula acredita que será difícil mobilizar os trabalhadores, embora acredite que o sindicato vá acabar tendo sucesso. “Fala-se em recessão e a recessão cria uma perspectiva ruim para o movimento sindical. A recessão, ao agravar os problemas sociais, deveria aumentar a combatividade dos trabalhadores, mas não é o que acontece. O primeiro medo é o desemprego. Se você não partir para um trabalho de base, mostrando ao companheiro que só o outro companheiro de máquina é que pode evitar o desemprego dele, a coisa pode ficar difícil”.

Quanto à mudança na política salarial proposta pelo governo, para dar reajustes mais minguados aos altos salários, Lula não a vê com simpatia. “No Brasil há grandes desigualdades salariais. Eu seria a favor de uma política de limitação dos altos salários por um período predeterminado. Três anos, por exemplo. Mas, isso se houvesse interesse efetivo de transferir renda de quem ganha mais para quem ganha menos. Agora, se isso é para aumentar o lucro do empresário, nesse caso é melhor deixar o dinheiro com quem ganha mais. Melhor ficar com o empregado bem remunerado do que ir para o patrão”.

Para Lula o trabalhador brasileiro terá que enfrentar batalhas cada vez mais duras para conseguir melhores condições de vida, porque o atual governo não tem o mínimo interesse em ajudá-lo, e observa que “a oposição não está aí para prestar serviços ao governo. Seu papel não é apresentar saídas ao governo, para resolver a crise que está aí. A oposição precisa isso sim trabalhar, elaborar soluções concretas para os principais problemas econômicos, para mostrar à sociedade que há alternativas”.

Alternativas menos cruéis do que as do governo “que prefere investir bilhões num programa de energia nuclear de que o país não precisa, em vez de aplicar recursos em irrigação no Nordeste. Israel era um deserto. O deserto da Califórnia é produtivo. Só para o Nordeste não há solução. Não sei quem é o “iluminado”, não sei da cabeça de quem saem essas coisas”. (Ricardo Bueno)



DÍVIDA EXTERNA

Só os banqueiros podem safar a onça

Os banqueiros internacionais apontaram o caminho ao ministro do Planejamento, Delfim Netto, em sua recente viagem ao exterior “para rever amigos”. Os “amigos” disseram claramente a Delfim que o Brasil terá que apelar para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de conseguir parte dos US\$ 17 bilhões de que necessitará em 1981 para cobrir o rombo do balanço de pagamentos.

Alguns banqueiros alegaram que já chegaram ao máximo possível em seus empréstimos ao Brasil e que em 1981 seus cofres estariam fechados, apesar da retórica otimista de Delfim de que “somos excelentes clientes e pagamos em dia, aliás, na véspera”. Mas a verdade é que os banqueiros terão que continuar emprestando, pois se o Brasil por um acaso não conseguisse recursos para pagar as parcelas da dívida que vencerão no ano que vem (amortizações) e para cobrir o déficit em transações correntes (balança comercial e balança de serviços) a situação ficaria preta para muitos bancos, que abriram seus cofres generosamente para o país nos últimos anos.

Qual o interesse, então, em encaminhar o Brasil para o FMI? Pelo menos dois. Um deles, o principal, é que pegando empréstimos no Fundo o Brasil poderia ter sua política econômica controlada em parte por ele. E isso significaria aperto de crédito, liberação das taxas de juros, cortes nos investimentos públicos e outras medidas de desaquecimento da economia. Uma receita ortodoxa, que agrada aos banqueiros.

A outra razão para empurrar o Brasil para o FMI, é que este aliviaria realmente um pouco o encargo dos banqueiros de financiar o rombo do balanço de pagamentos. Assim, o Brasil passaria a ser um dos clientes do fundo de reciclagem dos petrodólares que deveria ser criado até o fim do ano. A perspectiva é que esse fundo captasse US\$ 25 bilhões nos países árabes em três anos. Desses, pouco mais de US\$ 5 bi poderiam ser emprestados ao Brasil. Nada de sensacional, afinal de contas, pois só em 81 precisaríamos três vezes isso para sair do sufoco.

Mas até mesmo a criação desse fundo é ainda duvidosa, devido a problemas políticos que andam afetando o FMI. Os países árabes desejavam que a Organização da Libertação da Palestina (OLP) participasse da próxima reunião do FMI e do Banco Mundial, que começará no dia 30, como observadora. Os Estados Unidos se opuseram, conseguindo barrar a presença da OLP.

A vitória americana criou, porém, um problema: a Arábia Saudita e o Kuwait não querem dar recursos para o fundo de reciclagem de petrodólares. E sem os recursos desses países, o fundo ficaria tão minguado que não valeria a pena ser criado. Mas mesmo que o fundo dê certo, o Brasil terá que ficar fundamentalmente na dependência dos banqueiros para safar a onça em 1981. E a verdade é que as notícias não são nada tranquilizadoras, o que certamente se refletirá na taxa de risco (spread) que os banqueiros cobram do Brasil. A taxa já é alta e deverá subir mais ainda.

Sinal vermelho

Quais foram as más notícias? O déficit da balança comercial alcançou de janeiro a agosto US\$ 2,4 bilhões — 78,7% acima do ano passado. E até o final do ano esse déficit poderá se ampliar, indo a US\$ 4 bilhões. Basta que o Brasil, em função do conflito entre Iraque e Irã, tenha que comprar mais petróleo lá fora para refazer seus estoques. Um déficit comercial nesse nível certamente impressionaria muito mal os banqueiros internacionais, que consideram o equilíbrio da balança comercial vital para que o endividamento em bola de neve do Brasil seja parcialmente detido.

Além disso, mais um sinal vermelho se acendeu. As reservas cambiais brasileiras (ou seja, reservas em dólares, marcos, ienes, etc.) estão perigosamente baixas segundo o chefe do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Lemgruber. Essas reservas ficariam até o fim do ano em no máximo US\$ 6,6 bilhões, o que não bate com a estimativa do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, de que fecharíamos o ano com reservas que poderiam chegar a US\$ 7,7 bi e que seriam de no mínimo US\$ 7,2 bi.

Caso a estimativa de Lemgruber esteja certa, o Brasil não teria reservas suficientes para cobrir três meses de importação em 1981, quando as compras no exterior deverão ficar em pelo menos US\$ 28 bilhões (o que dá US\$ 2,3 bi por mês ou US\$ 6,9 bi em 3 meses). E um país com reservas abaixo desse nível é considerado pelos banqueiros em situação muito delicada pois não pode dar garantias sequer a curto prazo de que tem condições de pagar suas contas externas em dia. Portanto, ao contrário do que vive dizendo Delfim, não há razão para otimismo. (RB)

Indústria Farmacêutica: um entreguismo exemplar

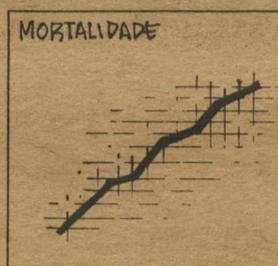
50 laboratórios dominam 79% do mercado. Apenas 4 são brasileiros.

Antonio Carlos Queiroz

É antiga a comparação do Brasil a um imenso hospital, devido ao grande número de doentes que compõe sua população. Essa imagem, no entanto, sempre foi um pouco inexata, pois o país se parece mais é com um imenso campo de batalha, depois de terminada a guerra, do que com um grande hospital. E isto porque a maioria da população não tem qualquer tipo de atendimento médico — basta lembrar que 1/4 dos municípios brasileiros não dispõem de um médico sequer e raramente consomem algum medicamento industrializado.

A invasão na 2ª guerra

Essas imagens fazem parte das conclusões da CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito da Indústria Farmacêutica instalada na Câmara dos Deputados em maio do ano passado e que acaba de encerrar seus trabalhos. O volumoso relatório, elaborado pelo relator, Deputado Sebastião Rodrigues, (PMDB-PR) mostra também algumas das causas da terrível situação em que se encontra a saúde no país e aponta principalmente para o lento e firme processo de desnacionalização da indústria farmacêutica brasileira nos últimos 25 anos. Um exemplar caso de entreguismo de nossa economia, estudado pelo *brasilianista* P.B. Evans que afirma em seu livro "Foreign Invest-



ment, a "Brazilian Case Study" (1976): "Para observar a desnacionalização como um processo, existem poucos casos mais adequados do que o da indústria farmacêutica no Brasil".

Até o início da 2ª Guerra o Brasil estava, em termos tecnológicos, em pé de igualdade com os mais avançados países do mundo. Em 1939 havia no país apenas 12 laboratórios estran-

geiros. Mas logo depois começou uma verdadeira invasão de multinacionais do remédio, incentivadas pelas instruções da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que praticamente abriam, sem restrições, as portas do país às empresas estrangeiras. Assim, entre 1957 e 1979 35 laboratórios brasileiros foram adquiridos por multinacionais.

Segundo a Abifarma (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica) o faturamento do comércio de medicamentos no Brasil cresceu de 894 milhões de dólares em 74, para 1,5 bilhão em 79. Esses números colocam o Brasil como o sexto mercado de remédios do mundo ocidental, embora seja um dos que menos consomem remédios per capita: apenas 13,66 dólares (em 1977). E quando se considera que a maior parte da compra de medicamentos, 60,3 por cento, se concentram nos três estados do centro sul — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — pode-se avaliar melhor a pobreza de consumo da maioria da população.

Brasil: campo de provas

Além de proporcionar vultosos lucros, o Brasil funciona também como campo de provas para os laboratórios estrangeiros testarem suas novas drogas ou empurrarem os produtos que são proibidos pelas autoridades sanitárias de seus países de origem. Evidentemente esse fato contribui para aumentar ainda mais o número de xaropes, comprimidos, pós e cápsulas e etc., que compõem a farmácia brasileira. Existem 24 mil medicamentos licenciados no país, e pelo menos 20 mil continuam sendo vendidos, quando cerca de 500 remédios são suficientes para um terapêutica racional, segundo a OMS — Organização Mundial da Saúde.

A fiscalização na área da saúde, que poderia de alguma forma coibir os abusos que são cometidos constantemente, é completamente inoperante, pois a Divisão de Medicamentos (DIMED) que sucedeu ao Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia (SN-FM) continua sem funcionar. Empregando apenas 83 funcionários para atender a 636 empresas e um movimento de 15 mil processos no primeiro semestre de 1979, a DIMED recebeu no orçamento do ano passado uma irrisória verba de 2,2 milhões de cruzeiros para desenvolver suas atividades.

Embora todos os problemas que envolvem a fiscalização sejam conhecidos há muito tempo, nenhum governo, nos últimos 20 anos, nada fez para resolvê-los.

Encerrando, a CPI afirma categoricamente: "A indústria farmacêutica nacional não existe. É uma ficção. Uma pseudo-indústria. Para transformá-la em realidade e livrar o país da dependência estrangeira nesse setor, a CPI propõe pura e simplesmente que a indústria farmacêutica seja nacionalizada. Esta sim, sem dúvida nenhuma, uma questão de segurança nacional.

Um monopólio que cresce todo ano.

No Brasil existem 460 laboratórios farmacêuticos, dos quais 390 são nacionais e 70 estrangeiros. É fácil notar o grau de monopolização deste setor quando se observa que os seis maiores laboratórios detêm 18,6% do mercado, os 20 maiores detêm 47% e os 50 maiores laboratórios, dos quais apenas quatro são brasileiros — abocanham 79% do mercado de medicamentos no Brasil. Os restantes

21% são disputados pelas demais 410 empresas. Em resumo, 10,8% dos laboratórios dominam 79% do mercado nacional dos remédios.

A primeira vista parece existir uma acirrada concorrência entre os fabricantes. Mas isto não ocorre, pois a concentração na indústria de farmácia se dá por especialidade, daí surgindo o oligopólio, que é o agrupamento de

algumas empresas visando monopolizar alguma atividade econômica.

Por exemplo, a penicilina, que é fabricada por 28 laboratórios no Brasil, é controlada em 70,3% por apenas quatro empresas e o mesmo ocorre com a vitamina B 12, produzida por 29 indústrias mas controlada em 87,6% por quatro firmas apenas.

1 — Roche	4,21	18 — Bayer	1,86	35 — Medicamenta Fontoura	0,96
2 — Ciba Geigy	3,24	19 — Andromaco	1,83	36 — Lederle	0,96
3 — Merrel Moura Brasil	2,97	20 — De Angeli	1,71	37 — Icn-Usafarma	0,96
4 — Schering	2,84	21 — Sandoz	1,69	38 — Sintofarma (brasileiro)	0,95
5 — Sydney Ross	2,74	22 — Beehrinbger e Cia	1,62	39 — Knoll	0,94
6 — Hoechst	2,65	23 — Upjonh	1,47	40 — Lorenzini	0,91
7 — Fontoura-Wyeth	2,41	24 — Pfizer	1,43	41 — Glaxo	0,83
8 — Johnson e Johnson	2,41	25 — Abbott	1,42	42 — Farmasa (brasileiro)	0,82
9 — Acheh (brasileiro)	2,29	26 — Berlimed	1,38	43 — Laboratil	0,79
10 — Bristol	2,15	27 — Sintex	1,35	44 — Searle	0,78
11 — Sarsa	2,15	28 — Montesdison	1,33	45 — Pravaz-Recordati	0,76
12 — Eli Lilly	2,14	29 — Labofarma	1,18	46 — Astra	0,76
13 — Merck S.A.	2,02	30 — Organon	1,18	47 — Wellcome	0,75
14 — Rhodia	2,02	31 — Skf/Enla	1,09	48 — Parke Davis	0,73
15 — Lepetit	1,92	32 — Mead Johnson	1,04	49 — Lafi	0,73
16 — Squibb	1,92	33 — Ayerst	1,01	50 — Beecham Vilella	0,66
17 — Merck Sharp e Dohme	1,92	34 — Byk-Porcienx	0,98	subtotal:	79,1253

Fonte: Boletim de Mercado — Abifarma

CEME: marcada para morrer

Criada no governo Médici para produzir e distribuir gratuitamente medicamentos às camadas "mais carentes" da população, a Central de Medicamentos (CEME) passou a ter também a finalidade de coordenar a iniciativa da pesquisa farmacêutica no país. Na gestão do economista João Felício Scardua, o objetivo de formar uma tecnologia nacional nesta área foi bastante incentivado, com a elaboração do plano geral de medicamentos.

Evidentemente isto começou a incomodar os monopolistas multinacionais, que desde 1971 — quando a CEME foi criada — já faziam funcionar "lobbies" junto ao governo para impedir que o órgão ultrapassasse as atribuições que lhe foram conferidas originalmente, para "evitar a concorrência com a empresa privada". Setores do próprio governo, porém, não ficaram indiferentes a essas ameaças. Em depoimento prestado à CPI, o ex-presidente da CEME, João Felício Scardua apresentou informe especial secreto que o então chefe do Estado Maior do Exército, General Breno Borges Fortes, enviou em novembro de 1973 ao então chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu, denunciando que as multinacionais tencionavam destruir a CEME para "evitar a diminuição de seus lucros". Segundo o informe o golpe seria dado em duas fases: na primeira haveria a transferência da CEME da Presidência da República para o Ministério da Saúde e na segunda ela seria progressivamente esvaziada. Essas ameaças

foram efetivamente cumpridas quando assumiu o governo Geisel e o gabinete civil foi ocupado pelo general Golbery. Golbery, seguindo a política de botar "cada cacho no seu galho" — segundo sua própria expressão — transferiu a parte assistencial da CEME para o recém-criado Ministério da Previdência e Assistência Social e o seu departamento de pesquisa para a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

A prova de que houve uma sabotagem contra a CEME é muito

clara: em 1973 o seu orçamento foi de Cr\$ 2.612.000,00 e em 1974, de Cr\$ 11.200.000,00, sendo que até 1979 a CEME deveria investir o total de Cr\$ 457.800.000,00. Já a Secretaria do MIC que a substituiu na parte da pesquisa aplicou entre 1975 e 1979 a irrisória quantia de Cr\$ 29.944.450,00.

Agora, no entanto, como concluiu a CPI, "o sonho da CEME foi retomado". O próprio Ministro da Previdência Social — que é apoiado pelo da Saúde — elaborou inclusive um anteprojeto de lei transformando

a CEME em empresa pública. Segundo sua exposição de motivos, para reduzir a dependência tecnológica "perseguindo maior autonomia nesta área de grande interesse para a saúde da população e a segurança nacional". O anteprojeto se encontra há meses nas gavetas da Secretaria do Planejamento, pois naturalmente Delfim Netto é contra.

Esta seria no entanto a única saída para salvar a indústria farmacêutica nacional. Somente o Estado — que é o maior consumidor de remédios no Brasil (60 por cento de toda a produção) — poderia arcar com as despesas da produção dos remédios em seus quatro estágios: pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos; produção de novos fármacos; produção de especialidades farmacêuticas e a comercialização das especialidades.

A indústria nacional só atua nos dois últimos estágios, com desvantagem em relação às multinacionais, que ao produzir os fármacos aqui mesmo no país, conseguem proteção alfandegária e assim impõem seus preços arbitrariamente ao mercado.

Por incrível que pareça, assim como o Japão e a Itália, o Brasil possui legislação específica que o protege nesta área. Desde 1969 a lei brasileira não reconhece o direito de patentes de produtos e substâncias químico-farmacêuticas, medicamentos e alimentos, bem como dos respectivos processos de fabricação, o que lhe possibilita produzir "cópias" dos fármacos descobertos nos laboratórios estrangeiros.

Amostra grátis. Grátis?

Em princípio nenhum brasileiro é contra a distribuição de amostras grátis, mas isto poderá deixar de ser verdade no caso dos remédios. Como denunciou a CPI da indústria farmacêutica, de grátis essas amostras só têm o nome.

Segundo a CPI, esse tipo de medicamento — única forma a que têm acesso amplas camadas da população sem poder aquisitivo para comprar os remédios a preços "normais" — já não é utilizado para fazer propaganda de novos produtos lançados no mercado e nem tem mais "a mínima finalidade assistencial ou terapêutica" conforme o depoimento do ministro da saúde Waldyr Arcoveder. Para que servem então?

Simplesmente para que os laboratórios estrangeiros aumentem suas vendas de matérias-primas. Esses laboratórios lucram três vezes: com as vendas de mais matérias-primas, com a dedução do imposto de renda, e pasmem — com a inclusão dos gastos com as amostras grátis no preço de venda dos remédios normais, de até 2,9 por cento de seu valor.

Outro espanto: o valor total das amostras grátis — que representam até 3,5 por cento do faturamento dos laboratórios — distribuídas no Brasil em 1979, é equivalente a 16,5 por cento do orçamento do Ministério da Saúde no mesmo ano: Cr\$ 8.180.220,00.

Grito de Alerta



Alerta 01

Quem elegeu Carter? Quem «defende» os direitos humanos? Quem são os verdadeiros patrões?

A Trilateral — Nova Fase do Capitalismo Mundial

Hugo Assmann e outros
216 p. — 1979 — Cr\$ 200,00

Alerta 02

Estudo em que o operário aparece de modo pleno em suas condições reais de trabalho e vida, dentro e fora da fábrica.

Os Peões do Grande ABC

Luís Flávio Rainho
316 p. — 1980 — Cr\$ 400,00

Alerta 03

Como conceituar, medir, interpretar e combater a inflação no Brasil.

Guia da Inflação para o povo

Paul Singer
80 p. — 1980 — Cr\$ 100,00

Alerta 04

Alguns discursos do Arcebispo de El Salvador, assassinado na defesa dos oprimidos.

Dom Oscar Romero, Bispo e Mártir

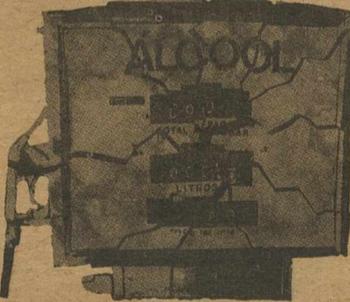
256 p. — 1980 — Cr\$ 320,00



Alerta 05

O livro dá uma visão das cidades engarrafadas e dos campos despovoados.

Pró-Álcool: rumo ao desastre
72 p. — 1980 — Cr\$ 100,00



Alerta 06

Livro que procura demolir certos mitos sobre a inflação brasileira.

Por que os preços sobem no Brasil

Ricardo Bueno
72 p. — 1979 — Cr\$ 100,00



Alerta 07

Um documento para ler e guardar. Põe às claras as origens da política entreguista de nossa história.

O ABC do entreguismo

Jornal Movimento
Coordenação de Ricardo Bueno
152 p. — 1980 — Cr\$ 130,00

Alerta 08

Valiosa contribuição para o debate sobre o que é o Socialismo de fato.

O que é o Socialismo, hoje

Paul Singer
76 p. — 1980 — Cr\$ 100,00

Preencha e recorte o cupom. Mande ao endereço abaixo:

EDITORIA VOZES

Caixa Postal 23 - 25600 Petrópolis, RJ ou às Filiais Vozes: Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Recife.
Pague ao Correio ao receber a encomenda.

SIM queiram enviar-me os livros

___01___02___03___04
___05___06___07___08

Indique a quantidade.
Valor mínimo Cr\$ 200,00.

Nome _____

Endereço _____

CEP _____

Cidade _____ Est. _____
Assinatura _____

“O PMDB deverá estar ao lado dos movimentos populares”

ODACIR KLEIN

Em fevereiro do próximo ano o PMDB deverá escolher o novo líder do partido na Câmara Federal em substituição ao deputado Freitas Nobre, que não pretende continuar no cargo. Nobre deverá ser substituído por Odacir Klein, Fernando Lira ou Marcondes Gadelha, deputados que já anunciaram a intenção de disputar a liderança. Esquentando e democratizando um debate que deverá tomar conta do partido, Movimento publicará as opiniões dos três deputados acerca das tarefas da oposição, e do PMDB em particular, no momento brasileiro. A opinião desta semana é de Odacir Klein, 37 anos, representante do Rio Grande do Sul, atual vice-líder do PMDB e um antigo articulador do grupo neo-autêntico do extinto MDB.

Para analisar qual o papel de um partido de oposição ou mesmo desta, no geral, é necessário examinar, também, quais as propostas atuais e claras em relação ao poder.

Vivemos hoje diante de três posições diferentes: 1. a dos que querem a argentinização ou a chilenização do Brasil e, através da prática terrorista, pretendem justificar a necessidade de retrocessos políticos; 2. a dos “relativamente democratas” ou manipuladores do chamado “projeto de abertura”; 3. a da oposição democrática.

Nas duas primeiras, não há o menor desejo de transformar o povo em titular do poder. Os que desejam o retrocesso objetivam o exercício do poder através de poucas pessoas e sua sustentação seria através da repressão mais violenta. Os “relativamente democratas” também desejam a manutenção de uma estrutura de poder onde poucas pessoas decidam pela Nação, substituindo, no entanto, como forma de sustentar-se, a repressão descarada por uma aparente democracia que lhes permita, através de instrumentos aparentemente legais, reprimir os movimentos populares e, usando de uma legislação eleitoral hipócrita, evitar a alternância no poder. Os realmente democratas pretendem a devolução do poder ao povo.

O PMDB é um partido que tem um programa democrático. Anuncia que deseja a organização do povo e, para tanto, pretende estar ao lado dos movimentos populares, sem tutelá-los. Afirma que atuará permanentemente, não só no parlamento como fora dele. Defende, como única forma para a redemocratização, a convocação da assembleia nacional constituinte.

Em seu primeiro ano de existência, no entanto, encontra dificuldades para efetivamente atuar junto aos movimentos

“O PMDB não pode comprometer-se com a proposta de democracia relativa e com nenhuma outra que não objetive a devolução do poder ao povo”

populares ou mesmo desenvolver uma campanha mais ampla em favor da convocação de uma assembleia nacional constituinte, visto que, por força da legislação eleitoral imposta pelo Sistema, através de sua maioria parlamentar, tem necessidade de organizar-se formalmente em todo o território nacional. A tarefa burocrática, tem, nessa primeira etapa, absorvido a maioria dos quadros.

No entanto, até dezembro, estará com seu diretório nacional eleito, e, portanto, com a tarefa de organização formal cumprida.

Poderá, daí, mais efetivamente, partir para o cumprimento do previsto em seu programa, ou seja, atuar permanentemente não só no parlamento mas também fora dele e lutar pela organização do povo, posicionando-se ao lado dos movimentos populares, sem tutelá-los. Poderá, também, partir, nacionalmente, para uma grande campanha procurando demonstrar que a única saída viável para o impasse em que estamos mergulhados é a convocação de uma assembleia nacional constituinte.

No entanto, desde agora, é necessário que o partido, diante do momento presente, fixe algumas posições. A principal delas diz respeito a aproximação ou não com os atuais detentores do poder. Já disse que existem três propostas em relação ao poder e que duas delas não objetivam devolvê-lo ao povo. No entanto, hoje, há uma disputa entre os defensores de uma e outra proposta e os atentados terroristas — cujos autores continuam impunes — estão aí para prová-lo. Alguns, em decorrência de tais atentados, entendem que a oposição deve jogar-se nos braços dos “relativamente democratas”.

O PMDB não pode comprometer-se com nenhuma proposta que não objetive a devolução do poder ao povo. Por isso deve exigir, em nome da Nação, a apuração séria — não como no caso de Barbacena — das responsabilidades pelos atentados terroristas. Não pode, no

entanto, mesmo que o governo venha a promover tal apuração, comprometer-se com a proposta de democracia relativa. Fixada essa posição imediata e cumprida a tarefa de organização formal, o PMDB deverá passar a uma atuação mais intensamente voltada para as lutas populares.

Entendo, para tanto, ser necessário, a nível de partido como um todo, a fixação de um roteiro para a campanha em torno da convocação da assembleia nacional constituinte, procurando, inclusive, popularizar a mensagem para que todos possam entender que sem um pacto social surgido da vontade da Nação será impossível chegarmos a um modelo sócio-econômico onde todos possam participar equitativamente dos resultados do trabalho. E preciso demonstrar que com o poder nas mãos de poucos, a renda nacional fica, também, em poucas mãos.

A nível parlamentar, entendo que o PMDB deverá apresentar projetos de lei sobre os mais diversos assuntos, ou mesmo tomar a iniciativa do debate sobre temas de real importância para a Nação, sempre ouvidas as bases populares. O MDB, como partido mais definido em sua proposta que seu antecessor — que teve outras duras lutas — pode, perfeitamente e com mais sucesso, partir para tarefas como a exemplificada: reunir as bases e discutir problemas de todos. Deve dividir sua bancada em grupos de trabalho para discutir com os setores interessados os problemas de educação, saúde, habitação, custo de vida, tributos, liberdade sindical e outros. Como resultado de tais discussões, deve apresentar projetos de lei ou promover as mais amplas discussões, nunca, porém, perdendo de vista que seu objetivo não é remendar o modelo atual e sim chegar à convocação de uma assembleia nacional constituinte.

O PMDB deverá estar ao lado dos movimentos populares para dar a necessária solidariedade, mas não para exercer influência sobre eles. Deverá defender o direito do povo organizar-se e ajudar na remoção dos entulhos que impedem tal organização. Não deve, no entanto, ser uma entidade infiltrada nos movimentos populares, e sim um organismo político solidário com eles e que atuará em sua defesa, devendo, sempre, colocar como prioritária a tarefa de lutar pela devolução do poder à sociedade nacional.

De outra parte, o PMDB deverá manter um relacionamento estreito, na defesa do Brasil dos brasileiros, com todos os demais partidos de oposição e com as diversas entidades ou pessoas que, fora dos quadros partidários, vêm lutando contra o arbítrio e vêm pregando a necessidade do poder ser devolvido à Nação.



Historiadores e

JAIME PINSKI

Após uma pequena trégua, considerada por muitos como o início do fim dos chamados *Estudos Sociais*, eis que a idéia volta com muita força e sob a forma de relatório e parecer de um membro do Conselho Federal da Educação. No limite, o que se propõe é a extinção dos cursos de História e Geografia.

Na verdade todo o problema foi criado com a promulgação da lei de reforma do ensino — a famigerada 5692 — em 1951. Através dessa lei ficava institucionalizado o professor polivalente, isto é, aquele que completando um curso ficava habilitado a lecionar na “área”. As áreas eram três: a de comunicação e expressão — português, línguas, educação física, artes etc.; a de ciências — matemática, biologia, física etc.; e estudos sociais — história, geografia, OSPB etc.

O professor de cada área deveria apenas ensinar — isto é, transmitir as verdades institucionalizadas — e não se preocupar com questionar. Isto propiciou logo o surgimento das terríveis escolas de curta licenciatura, cursinhos caçaniques que em três ou quatro semestres *habilitavam* alunos a lecionar estudos sociais. Mal formados, acrílicos, desvinculados de toda a problemática da ciência, transformaram-se, como

Jaime Pinski foi editor da revista *Debate & Crítica* e é professor de história da Universidade de Campinas.

já foi dito, não em polivalentes, mas em polichinelos, misturando ciência com lições de moral e civismo.

A luta contra os estudos sociais foi uma bandeira que historiadores e geógrafos levantaram durante anos, com pequenas vitórias. Aos poucos as disciplinas foram voltando aos cursos de 1º e 2º grau e no Estado de São Paulo tivemos recentemente um concurso de ingresso ao magistério oficial só para licenciados em História e Geografia, com impedimento para os curto-licenciados de Estudos Sociais.

Exatamente nesse momento, em que tal idéia passava por uma certa desmoralização entre todos, surge a informação de um novo projeto visando a liquidação dos cursos de História e Geografia.

Que pretende o projeto?

A criação de um curso de Estudos Sociais “com as habilitações plenas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. No caso de História e Geografia que eram cursos avulsos, teremos sua transformação em habilitação do curso unificado de Estudos Sociais”.

Quer dizer, o aluno fará o curso completo — a longa licenciatura, não a curta — e será licenciado em Estudos Sociais e habilitado numa das quatro especializações acima. Poderá, contudo, lecionar qualquer das disciplinas. Noutras palavras, fez curso de Educação Moral e Cívica, pode dar aula de História a vontade.



Desemprego e demissões entre os profissionais liberais: o que fazer

PEDRO CASTRO

Uma análise mais profunda da questão do emprego atualmente no país requer o manuseio de informações de caráter abrangente das diferentes categorias profissionais e respectivos ramos de atividade, contemplando o exame do comportamento no tempo de alguns indicadores ocupacionais em sua relação com a *performance* da economia nos últimos anos.

No entanto, este artigo, longe de pretender tal tipo de análise, propõe-se apenas a levantar duas idéias básicas sobre o problema do desemprego no âmbito exclusivo das categorias de "profissionais liberais", a saber: a) a evidência de um processo crescente de liberação de mão-de-obra nessa faixa do mercado de trabalho; e b) a hipótese de que, ao menos nessas categorias, critérios de eficiência econômica têm sido combinados pelos empregadores a outros de caráter político-ideológico na fixação da política de "racionalização" do quadro de pessoal de suas unidades produtivas.

Quanto à primeira, já não constituem segredo as medidas diretas ou indiretas que têm resultado na redução do pessoal empregado tanto no setor público como no setor privado da economia. Do lado do governo, as providências de corte de despesas nos orçamentos públicos, notadamente e no tocante àquelas denominadas de "pré investimentos", paralelamente à adoção de medidas do tipo de implantação de controles mais rígidos de horários de trabalho, licenças e grau de liberdade no exercício da atividade intelectual, vêm sendo superpostas ao simples processo de demissões ou de proibição de contratação de pessoal nos órgãos de administração direta ou indireta — como ocorreu com o recente decreto do governo federal com prazo de suspensão de novas admissões até dezembro de 1981. Do lado do setor privado também vão se acoplando ao sistema de demissões diretas outras medidas de substituição de pessoas com condições vulneráveis à imposição de faixas salariais mais baixas em ocupações com elevado prestígio, particularmente de natureza executiva.

Mais particularmente na categoria de estabelecimentos de ensino privado, tanto no período pós-greve dos professores do ensino particular no Rio de Janeiro, no ano passado, como no do

Pedro Castro é sociólogo e membro da Comissão de Desemprego e Demissões do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

“Não há porque descrever da capacidade de esclarecimento e de luta dos intelectuais brasileiros contra o desemprego e as demissões”

primeiro semestre deste ano registra-se um número de demissões de professores e pesquisadores significativamente maior do que em épocas anteriores, atingindo só no primeiro semestre deste ano, nos 1º, 2º e 3º graus, a cifra de aproximadamente 2.000 demissões naquele Estado.

Além dos expedientes claros e expressos de redução de pessoal nessa área, avolumam-se os artificios que na prática se traduzem em efetiva intensidade da compressão do mercado de trabalho, pela via da redução de cargas horárias, imposição de licenças compulsórias não remuneradas ou transformação de nítidos vínculos empregatícios, nos termos da legislação trabalhista vigente, em formas de prestação de serviços sem maiores encargos para os empregadores.

A se manter a tendência de "bola de neve" desse processo, parece inquestionável a ameaça do aumento crítico do nível de desemprego na categoria de "profissionais liberais", cujos efeitos já levaram a que pelo menos três entidades representativas de setores dessa categoria geral, (Sindicato de Professores, Associação de Cientistas Sociais e Sindicato dos Engenheiros) iniciassem um processo de estudo e equacionamento da questão, com a criação de grupos de trabalho sobre o desemprego e as demissões.

No tocante à segunda idéia, a análise também já iniciada na imprensa "alternativa" é reveladora de que o patronato, nesse nível de profissionais liberais, em várias oportunidades, tem feito coincidir a redução de pessoal com o afastamento de empregados que exercem alguma militância ou posicionamento em alguma medida não coincidente com a orientação adotada pelas direções das entidades públicas ou privadas.

No caso dos estabelecimentos de ensino privado, foi evidente no ano de 1970, após os movimentos grevistas dos professores, a

inclusão entre os demitidos de profissionais que, se não exerciam mandatos eletivos em entidades representativas da categoria, ao menos delas participavam mais diretamente, como foi o caso das demissões coletivas ocorridas em várias universidades ou escolas isoladas do Rio de Janeiro. Mais recentemente novas demissões nesses estabelecimentos vão confirmando essa tendência politizadora da "racionalização econômica" da mão-de-obra intelectual.

Tal evidência, por seu turno, tem inspirado recentes discussões em torno do movimento que se esboça no seio dos setores dessa categoria de lutar no sentido de obter algum nível de estabilidade para seus empregos, ainda que relativa, notadamente na defesa da imunidade empregatícia durante o mandato para os que exerçam cargo eletivo nas entidades internas representativas dos interesses desses trabalhadores.

O que se delinea é a confirmação de um quadro em que o forte e quase público sistema repressivo que caracterizou a primeira metade da década de 70 vai sendo gradativamente substituído por novas formas de controle do jogo do poder político, buscando-se anular possíveis influências organizativas de grupos ou indivíduos necessariamente incômodos sobre o movimento de insatisfação das categorias profissionais.

E na tentativa de contribuição para o entendimento dessa situação em que se situa este artigo, compreensão sem a qual as alternativas de posicionamento se limitariam à descrença negativista, nihilista ou meramente literária. Na conjuntura atual não há porque alimentar ilusões gordanobrunianas. Contudo, não há também porque descrever da capacidade de esclarecimento e de luta dos intelectuais brasileiros que já começam a descortinar os caminhos de oposição às manobras de neutralização dos movimentos de massa, inclusive sobre a questão do desemprego que vai adquirindo características alarmantes.

Já se inicia, em algumas entidades de "profissionais liberais", a batalha de criação de grupos de trabalho contra o desemprego e as demissões. Este é um dos significativos desafios atuais que se colocam diante daqueles que obstinadamente vejam no sentido das marés mais duradouras das leis de transformação da vida social, na marcha inexorável do progresso e aperfeiçoamento humano, malgrado os eventuais obstáculos das rochas obscurantistas tão retrógradas quanto pasageiras.

vulgarizadores

“Após uma pequena trégua, volta a idéia de extinguir os cursos de História e Geografia em todo o país”

Mas não seria a História — assim como a Geografia — ciência específica, com uma epistemologia própria? Como poderia ser confundida com Moral e Civismo?

O próprio projeto responde, citando Delgado de Carvalho, que o objetivo dos Estudos Sociais "não é propriamente a investigação, mas sim o ensino, a vulgarização. O seu propósito não é fazer progredir a Ciência, mas educar".

Seria cômico, não fosse trágico.

A separação entre pesquisa e ensino, entre investigação e pedagogia é a institucionalização do conhecimento cristalizado, da verdade absoluta, dos detentores do saber que não fazem senão transmiti-lo. Nada de dúvidas, nada de reflexões. A História já está escrita; cabe transmiti-la...

Que História? A História oficial, dos dominantes, dos detentores do poder. Chega de questionar, dizem eles. História e Geografia não

passam para eles de aspectos da Moral e do Civismo.

Não se pode deixar de lembrar o papel de mestres-escola, que por falta de preparo e espírito crítico, reduziram-se a divulgadores de ideologias totalitárias. Ainda é recente o caso dos mestres alemães que não passaram de agentes do nazismo.

A História tem que ser reescrita continuamente porque as realidades sociais adquirem uma dinâmica que solicita uma nova perspectiva, uma nova visão do passado que explique o presente e ilumine o futuro.

E uma falsa questão a discussão entre acadêmicos e pedagogos, entre os preocupados com o "conteúdo" e aqueles que consideram a "forma" mais importante. Essa discussão equivocada foi patrocinada pelo governo anos atrás e vimos, com tristeza, muitos educadores e sociólogos embarcando nela. Hoje, contudo, as coisas se explicitaram e há necessidade de uma união não apenas de historiadores e geógrafos, de cientistas sociais, filósofos e educadores, como ainda de políticos, partidos e toda a sociedade civil no sentido de lutar contra os Estudos Sociais.

Do contrário, em poucos anos, estaremos formando centenas de vulgarizadores e nenhum historiador.

Pode ser que diante da reação esta nova tentativa caia por terra. E talvez seja o momento de questionar também a lei que dá origem a tudo isso, a famigerada 5692.

Um grande negócio

O Brasil vai substituir grande parte do petróleo pelo álcool, mas v

O governo brasileiro está apostando decididamente no Programa Nacional do Alcool. A produção de álcool, que era de 550 milhões de litros em 1975, quando foi implantado o Proálcool elevou-se este ano para 3,5 bilhões de litros; e a meta é chegar a 10,7 milhões em 1985.

Esta foi a opção do governo para enfrentar a crise mundial do petróleo sem afetar a indústria automobilística implantada no país; e ao mesmo tempo incentivar o processo de capitalização no campo.

Mas não foi apenas o aumento da produção do álcool que se verificou na zona rural com a implantação do Proálcool. Também houve diminuição na produção de alimentos; houve concentração fundiária; mecanização do trabalho rural; e proletarianização. Isto sem falar na ameaça ecológica provocada pelo vinhoto ou "garapão", como é conhecido entre os trabalhadores das usinas de álcool o resíduo poluente da destilação.

Nesta reportagem, Movimento procura dar um quadro geral destas transformações, a partir de uma entrevista com o professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo; e do relato de uma viagem à região de Ribeirão Preto, no norte de São Paulo, particularmente às cidades de Dobrada, Matão e Jaboticabal, região canavieira tradicional que registrou nos últimos anos uma grande expansão desta cultura em função do Proálcool.

A reportagem está dividida em três partes. Na primeira delas é apresentado o problema da substituição das lavouras de subsistência pela cana, o que implica benefícios para a indústria automobilística e proprietários de automóveis e elevação do custo de vida para os trabalhadores do campo e da cidade.

Na segunda parte — através de entrevistas com um padre da cidade de Dobrada e com pequenos proprietários — é abordada a questão da especulação fundiária que o Proálcool provocou, acelerando a capitalização da agricultura e concentrando ainda mais as terras em mãos de poucos. E, na terceira parte e na página 14, é descrito o dia-a-dia dos proletários rurais que vivem seis meses do ano confinados em galpões, no meio dos canaviais. São os chamados "mineiros", que têm calos nos braços e só descansam no domingo à tarde.

Texto e fotos de Roldão Oliveira

1 — O álcool será o grande instrumento da verdadeira revolução industrial que o Brasil viverá até o final da década de 80, disso ninguém duvida.

2 — O verde cana do álcool é a nova paisagem da economia brasileira.

3 — O Brasil só tem uma saída, benéfica a todos e capaz de gerar novos empregos: o álcool.

4 — O que vai acontecer neste país é um fenômeno de desenvolvimento parecido com o que ocorreu quando se implantou a indústria automobilística em 1961.

Estas frases, de pessoas ou anúncios de empresas, de grande importância nos meios econômicos e financeiros do país, revelam a euforia existente hoje em torno do Programa Nacional do Alcool.

Criado em 1975 pelo governo, o Proálcool foi responsável pelo crescimento de quase 600% na produção de álcool no Brasil entre as safras de 1974/75 e 79/80. Este ano a produção foi de 3,5 bilhões de litros de álcool; em 1985 deverá chegar — pelos cálculos do governo — a 10,7 bilhões; e em 1987 a meta é de 14 bilhões de litros.

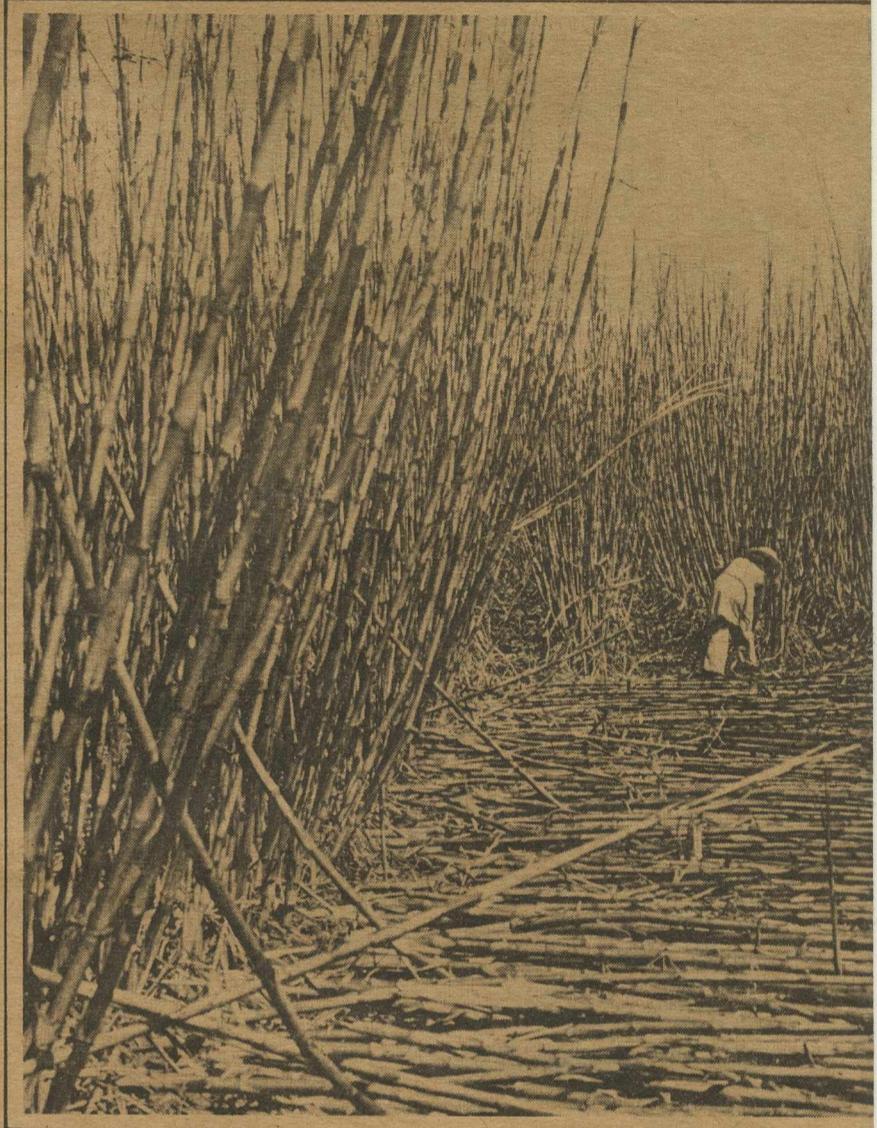
Entre 1980 e 1982 as quatro grandes fábricas de automóveis do Brasil deverão lançar cerca de 900 mil veículos com motores a álcool no mercado. A Copersucar, que foi responsável por 55% do álcool produzido no país na última safra, estima que até 1985 a indústria alcooleira gerará mais de 350 mil novos empregos diretos.

Enfim, o álcool transformará o Brasil, segundo a revista *Veja*, "na primeira sociedade moderna que começa concretamente a eliminar a profecia do fim da civilização do automóvel, dando um certificado de longa vida para a indústria automobilística".

Está comprovado: a cana vai ocupar terras de produção de alimentos

O Proálcool é irreversível; e o álcool é um grande negócio — sem dúvida. Mas é grande para quem?

O começo da resposta pode ser encontrado na identificação dos autores das frases transcritas no início desta matéria. Pela ordem, são os seguintes: 1) Informe publicitário Volkswagen encartado na revista *Veja*, da semana passada; 2) anúncio da Ford para o Corcel II, movido a álcool; 3) João Guilherme Ometto, diretor geral das quatro usinas do Grupo Ometto, responsável por 6% do álcool produzido no país e que participa agora de um consórcio de empresas que implantará



Em 1985, a cana vai ocupar 40% das terras cultivadas de São Paulo.

no Mato Grosso do Sul a maior destiladora de álcool do mundo. A Fazenda Bodoquena, onde ficará a tal usina, tem mais de 100 mil alqueires; 4) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, um dos banqueiros mais tradicionais de São Paulo, ligado às antigas oligarquias cafejeiras e ao capital estrangeiro e principal acionista do Banco Mercantil de São Paulo.

Estes e alguns outros — usineiros, fabricantes de equipamentos para destilarias, indústrias produtoras de insumos e máquinas para agricultura e a indústria automobilística — são os grandes beneficiários do Proálcool. E por isso o defendem como a grande saída econômica.

Mas o Proálcool não é a grande saída para os pequenos proprietários de terra e nem para a grande maioria da população, constituída de trabalhadores rurais e urbanos. Isto porque propiciará uma concentração de rendas e da terra ainda maior que a existente; além de contribuir para a diminuição da produção de alimentos no país.

Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia da USP, que há longo tempo vem estudando o assunto, acredita que a curto prazo o

principal problema será a diminuição da produção de alimentos. Isto porque a cana está se expandindo para áreas já ocupadas por outras culturas.

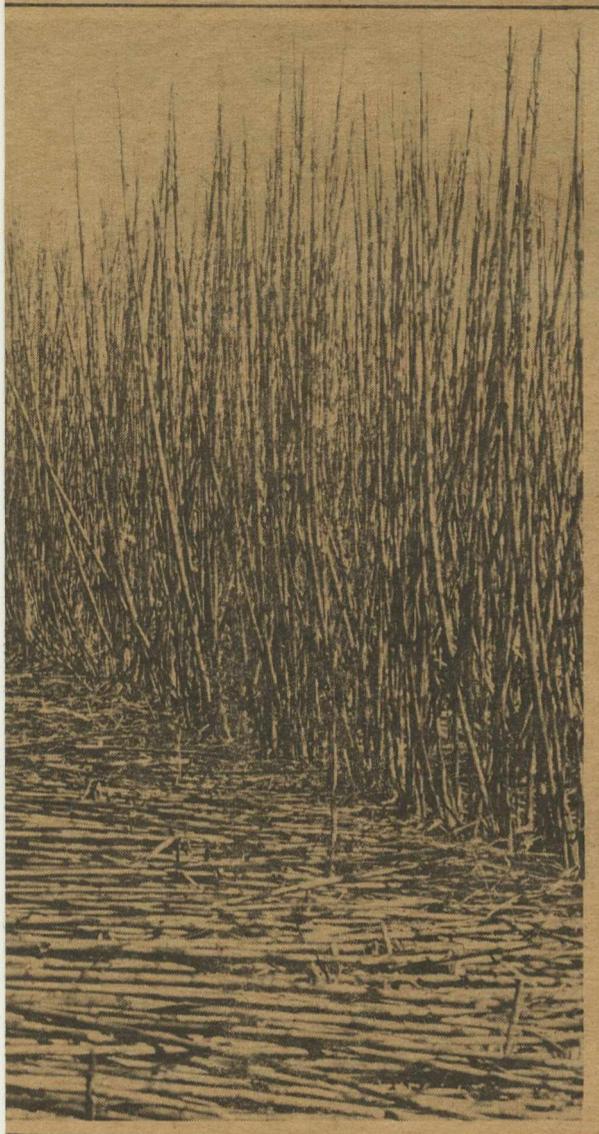
No Estado de São Paulo, onde atualmente a cana ocupa 80% da produção total de álcool no país, esse fenômeno já é bastante visível; e se agravará cada vez mais a frente, pois quase 2/3 dos projetos aprovados pelo Proálcool estão localizados neste Estado (o que não deixa de contribuir para a concentração de renda na região, contrariando os objetivos iniciais de diminuir as disparidades regionais).

Para quem tem cana grandes vantagens E quem não tem?

No período 1975-80, a área cultivada com cana em São Paulo cresceu 43%. No mesmo período, a área cultivada com arroz diminuiu 43% e toda a área cultivada registrou um aumento de apenas 16%. Ou seja: a cana ocupou áreas de outras culturas. Em São Paulo terá 40% de suas terras cultivadas ocupadas apenas com cana.

Preço, para poucos

veja o que vai acontecer no país



destinam a maior parte de seus orçamentos para a alimentação, não fica difícil concluir que a grande maioria da população não lucrará quase nada com o Proálcool, em comparação com as classes de renda mais alta.

Para os proprietários de automóveis, o álcool trará vantagens, uma vez que barateará o preço do combustível. Um profissional liberal, por exemplo, que ganha 60 mil mensais e gasta 10 mil com gasolina, poderá chegar a uma considerável economia de 5 mil cruzeiros por mês, uma vez que o álcool está custando a metade do preço da gasolina. No final do ano este profissional poderá ter economizado 60 mil cruzeiros.

Mas a porcentagem de brasileiros que possui carro é pequena. Segundo dados do IBGE, de 1974/75, em São Paulo apenas 22% das famílias detêm 86% dos automóveis do Estado.

A indústria automobilística sim será uma grande beneficiária do Proálcool, que poderá assegurar sua expansão.

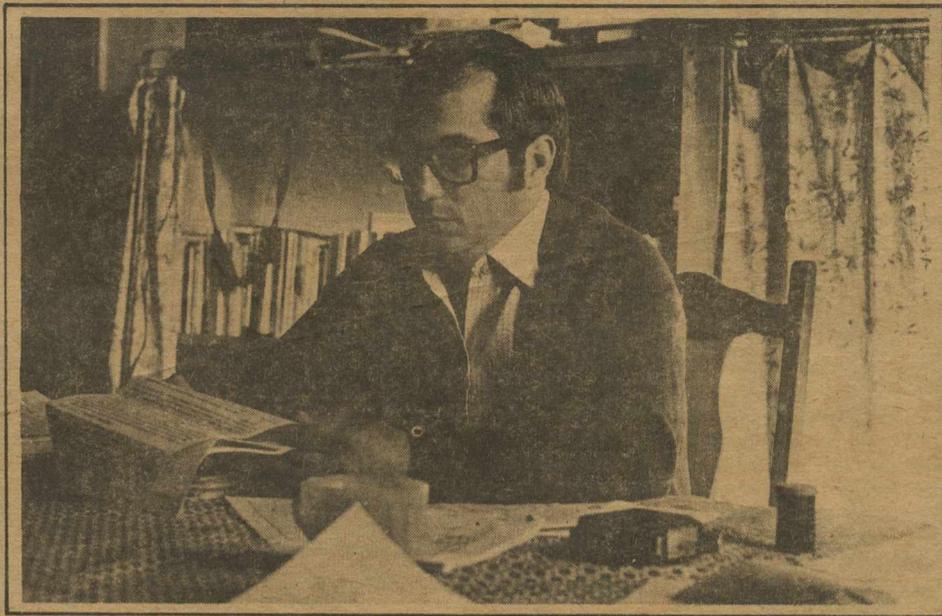
Segundo Homem de Melo, o Brasil poderia ter feito outra opção, mais popular, que assegurasse o desenvolvimento e também distribuisse melhor a renda. Diz ele: "Estão apresentando o álcool como se fosse a única saída. Mas na verdade se trata de uma opção, porque havia outras saídas. Eles preferiram encher os tanques dos automóveis a encher a barriga da grande maioria da população".

E qual seria a outra saída?

"Seria prestigiar mais o transporte de massas, ao invés de continuar insistindo no transporte individual. Com esta opção pelo coletivo fariamos economia de combustível, garantiríamos a produção de alimentos e um controle maior sobre o custo de vida. Quanto aos empregos que dizem que o Proálcool vai gerar, posso dizer o seguinte: 1) a mão-de-obra é absorvida principalmente no plantio; 2) uma indústria pesada que se instalasse no país, para produzir bondes, trens e ônibus, absorveria muito mais mão-de-obra. Quando dizem que o Proálcool vai trazer desenvolvimento econômico não estão mentindo. Mas é preciso não esquecer quem serão os beneficiários desse desenvolvimento.

"Esta terra ainda vai cumprir seu ideal"

Uma alternativa mais popular sequer foi considerada pelo governo, que preferiu continuar beneficiando seus velhos fregueses: o capital estrangeiro e os grandes proprietários de terras. A médio prazo a única coisa que se pode dizer a respeito da economia brasileira é, parodiando Chico Buarque e Ruy Guerra, que "esta terra ainda vai cumprir o seu ideal — ainda vai tornar-se um imenso canavial".



Padre Braguetta: "os usineiros arrancam tudo que houver, inclusive casas"

Muito dinheiro e máquinas. Tudo isso para plantar cana.

O padre José Domingos Braguetta, 31 anos, vive na região canavieira do interior de São Paulo desde 1976. Ele é o pároco de Dobrada — cidade que tem uns 6 mil habitantes — desde 1978, quando decidiu dirigir seu trabalho pastoral aos trabalhadores volantes da região. É também um dos representantes da Comissão Pastoral da Terra no Estado. E é, em função destas atividades, um conhecedor dos problemas e transformações que vêm ocorrendo na região desde a entrada do Proálcool.

Segundo o padre Braguetta, o programa serviu principalmente para acelerar e ampliar a penetração do capitalismo na zona rural. E isto, no seu entender, pode ser percebido de duas maneiras:

"A primeira é a tomada das terras dos pequenos pelos grandes. Os pequenos que ainda restam na região podem ser considerados 'teimosos', pois vivem sob permanente pressão dos usineiros. Um exemplo: o grande faz ofertas de compra cada vez mais tentadoras para o pequeno; e pode fazer isto porque conta com mil incentivos do governo. Outro exemplo: o pequeno não vende, mas todos os vizinhos vendem e ele fica cercado pelos canaviais. Aí, quase tudo que ele plantar será afetado pelo violento herbicida pulverizado de avião sobre os canaviais. O feijão fica murcho com estes produtos químicos, principalmente o que eles chamam de "mata-mato".

"A segunda maneira pela qual se manifesta esta capitalização é a mecanização sempre crescente da lavoura. Depois que compram a terra dos pequenos, os usineiros arrancam tudo que houver, inclusive as casas, e ocupam com cana. Do plantio à colheita passam então a ser empregados processos bastante sofisticados. O próximo passo será a eliminação do cortador de cana, que servirá apenas para os locais onde as máquinas não conseguem entrar. Acredito que estas máquinas ainda não estão sendo utilizadas em larga escala porque não

foram devidamente aperfeiçoadas e porque o preço do combustível é alto e a mão-de-obra muito barata. Mas eu soube que recentemente uma das usinas da região comprou 27 destas cortadeiras".

A primeira observação do padre, sobre a concentração fundiária, pôde ser comprovada pelos pequenos proprietários: poucos acreditam que poderão manter suas propriedades durante muito tempo. Entre outras coisas, acham impossível competir com as usinas na produção de cana, o que é uma decorrência do fato de não conseguirem mecanizar na mesma velocidade (um processo idêntico ocorreu nas regiões onde houve penetração da cultura de soja).

No ano que vem o alqueire vai para um milhão de cruzeiros

A principal meta desses pequenos produtores passa ser aguentar o máximo possível para se aproveitar ao máximo da especulação de preços que começou a correr junto com o Proálcool. Um desses pequenos proprietários, que também atua como "olheiro" das usinas (investiga quais proprietários estão interessados em vender terras e quais os preços correntes), acredita que até março do ano que vem o alqueire estará custando mais de um milhão de cruzeiros.

Hoje, nesta região, um alqueire já alcança o preço de 600 mil cruzeiros, ou seja: quase 250 mil o hectare. Não é um preço exageradamente alto em relação a outras regiões de grande produtividade agrícola, como o oeste do Paraná, onde o hectare é avaliado em até 200 mil cruzeiros, ou mesmo em relação a áreas de pastagens mais próximas dos grandes centros urbanos, como na Serra da Mantiqueira, onde o hectare vale mais de 100 mil cruzeiros.

Mas este preço — 600 mil — revela outras duas questões interessantes: 1)

diminuição porque as áreas

responsável de álcool é baseada para projetos não são a concentração das dis-

ro,

ativada u 71%. cultivada a área nto de invadiu 1985, governo, ras cul- ana.

Seis meses confinados em galpões: igual gado



Dobrada: a máquina está chegando

segundo o mesmo "olheiro", há menos de 30 dias, o máximo que se poderia conseguir num alqueire seria 500 mil, o que significa que num curto período houve um crescimento de quase 17% nos preços — muito acima dos índices de inflação; 2) a estes preços as terras ficam definitivamente inacessíveis, na região, para os pequenos produtores.

O principal fator deste crescimento acelerado nos preços da terra na zona canavieira é o crédito subsidiado que está sendo concedido aos proprietários de usinas pelos bancos oficiais. O governo está derramando dinheiro nas mãos dos grandes produtores, donos de destilarias e usinas. Este ano o orçamento do Proálcool foi superior a 44 bilhões de cruzeiros. E em 1981 estará em torno de 52 bilhões (o correspondente ao orçamento de todo o ministério da Saúde em 1980). Segundo o ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, "o que nós investimos no café em 50 anos investiremos no álcool em apenas 5 anos".

O governo financia, através do Proálcool, até 100% das atividades de campo e, até 90% das atividades industriais (destilarias), com longos prazos para reembolso (12 anos, mais 3 de carência) e com taxas de juros que não ultrapassam os 25% (um negócio vantajoso num país onde a inflação é superior a 100%).

Vitória dos Ometto, Zillo, Balbo, Giorgi, Lorenzetti, Corona...

Não é por acaso que a diretoria da Copersucar, em seu último relatório aos cooperados, insiste na necessidade do governo manter a qualquer custo o programa, com o qual os diretores dizem estar identificados de forma "histórica, técnica e patriótica". Os diretores desta cooperativa (Zillo, Ometto, Corona, Lorenzetti, Balbo, Bellodi, Giorgi e outros) estão entre os grandes beneficiários deste programa, com o qual se encontram comprometidos principalmente de forma econômica e financeira.

Também não é por acaso que Benedito Magalhães, presidente há 14 anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, Monte Alto e Guariba diz: "Ainda não consigo avaliar a fundo o que vai acontecer de bem ou de mal por aqui. Mas a previsão minha é que vai prejudicar. Mais uma vez haverá a expulsão dos poucos que ainda permanecem na terra; os pequenos proprietários, meeiros e arrendatários".

Quanto à segunda observação do padre Domingos Braguetta, sobre a mecanização da lavoura, trata-se de um fenômeno relativamente antigo na região, próprio de todos os lugares onde a agricultura é transformada em indústria. Segundo estudos da secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo, na Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, onde a cana vem registrando consideráveis avanços (substituindo até mesmo café e soja), entre 1960 e 1970 a percentagem dos gastos nos estabelecimentos rurais com salários diminuiu de 49,6% para 27,6%, enquanto a percentagem de gastos com adubos e corretivos, inseticidas e fungicidas subiu de 25% para 54,2%.

Nas terras da Usina Bonfim, uma das maiores da região, a grande maioria da mão-de-obra contratada é empregada no corte da cana, que dura seis meses — o chamado período de safra. Nos meses posteriores estes trabalhadores voltam para suas regiões de origem (principalmente Minas Gerais e Bahia) ou vão procurar emprego em outras cidades.

Na Bonfim, os cortadores de cana estão divididos em dois grupos distintos e quase rivais; os "paulistas" e os "mineiros". Os "paulistas" são os bóias-frias da região, que moram na periferia de pequenas cidades como Guariba, Santa Ernestina, Pradópolis, Jaboticabal e outras. Os "mineiros" são trabalhadores provenientes de outras regiões, que ficam confinados durante os seis meses da safra nos barracões da empresa, cercados pelo canavial e sob a vigilância dos empreiteiros.

Um fato interessante é que boa parte dos "mineiros" são pequenos proprietários. Possuem alguns poucos alqueires (quase sempre menos que 10) onde cultivam o arroz, o feijão, a mandioca e o milho necessários à sua sobrevivência; e onde mantêm uma pequena criação. Quase nunca sobra nada para comercializar — daí a necessidade do marido ou dos filhos saírem para garantir alguma renda (os que ficam continuam tocando a lavoura).

Os acampamentos onde ficam nos canaviais são quase sempre instalações adaptadas, precárias, imundas — que funcionam como dormitórios no período da safra e como depósitos de qualquer coisa na entressafra.

As sete horas da manhã começa a corrida contra o tempo

Na Usina Bonfim foi construído, há pouco mais de um ano, um prédio especial para abrigar esses "mineiros" e que deverá servir de modelo para futuras construções. Parece caserna: há um quadrado formado por pequenos quartos com seis ou sete camas em cada e varais para as roupas; um pátio interno onde estão os banheiros, os tanques para lavagem de roupa, a cozinha e o refeitório (com uma televisão).

A divisão em quartos é a principal diferença deste prédio em relação aos antigos, onde cerca de 80 homens dormem num quarto — ou barracão. A higiene é precária nos dois locais, assim como em outros acampamentos que existem pelas terras da Usina.

Um empreiteiro, orgulhoso do progresso dos usineiros, chegou a calcular em quase três mil o número de "mineiros", só na Bonfim. O padre Braguetta, vigário de Dobrada, confirma essa informação.



Os mineiros: trabalho até no domingo



A bóia-fria: Cr\$ 2.500,00 por mês

que será cortada).

Os empreiteiros costumam dizer que os "mineiros" trabalham muito mais que os "paulistas", que são preguiçosos.

"Aqui já estou até começando a construir uma casinha"

O trabalho dos "mineiros" é muito interessante para os empreiteiros. Afinal, confinados no canavial, são verdadeiras máquinas de cortar. Além das dificuldades que enfrentam de locomoção, evitam ir às cidades mais próximas para evitar gastos. Trabalham das 7 horas da manhã às 5 da tarde. Aos domingos trabalham muitas vezes durante a manhã. E à tarde ficam lavando e costurando roupa, ouvindo músicas sertanejas ou vendo televisão. Vários entre eles passam a maior parte do tempo livre do domingo estirados sobre sujos colchões de espuma.

No final dos seis meses de contrato com a usina recebem as contas e são despachados para seus locais de origem. Uma parte fica para trabalhar na colheita da laranja (que é menos rentável) ou prestando serviços, como diarista, no plantio da cana ou na capinação.

A vida dos "paulistas" não é muito diferente daquela dos "mineiros". No entanto, além de viverem com as famílias na periferia da cidade, começam a apresentar uma diferença importante em relação aos outros. Essa diferença, que os "empreiteiros" chamam de "preguiça", é na verdade um esboço de resistência à superexploração a que são submetidos.

Além de apenas esboçada, essa resistência não pode ser generalizada entre esses trabalhadores, proletários ou semiproletários rurais. As transformações que ocorrem na região, em termos de relações de produção, são tão violentas quanto recentes. Um exemplo disso é um ex-camponês do sul do Paraná, que hoje é bóia-fria em Dobrada. Seu pai tinha uma pequena propriedade, que acabou tendo que dividir entre quatro filhos. O que restou a cada um era tão pouco que mal dava para se sustentarem. Mais tarde o pai vendeu tudo e deu a cada um sua parte em dinheiro. Um destes filhos acabou indo para Dobrada, onde trabalha como bóia-fria e diz, aos 45 anos de idade: "Aqui é muito melhor do que antes. Lá não estava conseguindo nem tirar para comer. Aqui já estou até começando a construir uma casinha pra minha família". (R. G.)

Os canaviais param novamente

Até metralhadora contra a greve de Pernambuco

O usineiro Luis Lacerda de Melo, dono do engenho Oriente, no município pernambucano de Rio Formoso, não teve dúvidas quando viu a kombi do sindicato rural percorrendo suas terras. Apesar de estar acompanhado de dois homens armados, ele mesmo puxou o revólver e atirou nos pneus do carro. Eram pouco mais de 10 horas da manhã da última sexta-feira.

A repressão patronal e policial aos trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana começou já na quinta-feira, dia em que entraram em greve os 20 mil trabalhadores de São Lourenço e Paudalho. Com rajadas de metralhadora, a polícia dispersou os grevistas do engenho São José, da usina Tiama, em São Lourenço da Mata, que estavam reunidos para avaliar o primeiro dia de seu movimento, deflagrado para que os usineiros atendam suas reivindicações salariais e de condições de trabalho. Nesse dia, 120 canavieiros foram agredidos a golpes de cassetetes e muitos ficaram feridos. Quatro foram presos.

No dia seguinte, as ameaças e repressão se repetiram. E não apenas nos municípios que se encontravam em greve mas também nos que se preparavam para a greve, a partir desta segunda-feira, caso não houvesse acordo com os patrões. Exemplo disso é o que ocorreu no Rio Formoso. Os diretores do sindicato que se encontravam na kombi que foi baleada, estavam apenas distribuindo volantes convocando para a assembléia que seria realizada no domingo, nos 42 sindicatos rurais da Zona da Mata. Junto com os dirigentes sindicais se encontrava um oficial da Justiça do Trabalho. Mais tarde ele serviria de testemunha à queixa que os trabalhadores apresentaram na delegacia de Rio Formoso.

Enquanto os grevistas e canavieiros da Zona da Mata eram ameaçados e pressionados, na Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, no Recife, prosseguiram as negociações entre os sindicatos de trabalhadores e os usineiros. E até o final da tarde de sexta-feira não havia nenhum acordo formalizado. Ou melhor, os patrões não tinham, ainda, apresentado nenhuma contraproposta.

A movimentação dos canavieiros começou há mais de um mês, preparando a campanha para a renovação do contrato coletivo de trabalho, no dia 1º de outubro. Aprendendo com a experiência de outros trabalhadores e orientados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, os 42 sindicatos realizaram assembléias com o objetivo de deflagrar greve legal. A mobilização foi tão grande que as assembléias conseguiram reunir 90 mil dos 100 mil sindicalizados (são 200 mil canavieiros na Zona da Mata) e, desse total, 60 mil optaram pela greve.

Além da reivindicação salarial (aumento do salário de Cr\$ 3.599,00 para Cr\$ 6.899,00), os canavieiros querem que a CLT seja cumprida, como o pagamento de horas extras e taxa de insalubridade, exigem estabilidade para o delegado sindical, uma reformulação na tabela de produção, transporte para os que moram longe e a aplicação efetiva da "lei do sítio": dois hectares de terra para os que moram nas fazendas de cana, para que possam plantar e desenvolver suas criações.

Maurício Simonetti/Agência F4



Urna na USP: todas as chapas contra o regime militar

15 mil estudantes vão ao congresso

Na eleição da UEE de São Paulo, muitas chapas e poucos votos

Começam esta semana em todo o país as eleições para escolha dos cinco mil delegados que participarão do Congresso da União Nacional dos Estudantes, nos próximos dias 12, 13, 14 e 15 em Piracicaba, interior de São Paulo. Serão eleitos três estudantes para os primeiros quinhentos alunos de cada curso e mais um para cada 250 a mais que houver, ou alguma fração.

Os organizadores acreditam que pelo menos 15 mil estudantes irão a Piracicaba participar da abertura do Congresso, no dia 12; e que a maioria permanecerá para assistir aos debates entre os delegados. Em função disto os seus esforços têm se concentrado nos problemas de alojamento e alimentação, contando para isso com a participação da Prefeitura de Piracicaba.

Além da Prefeitura, a UNE conta com o apoio da direção da Universidade Metodista que, além do prédio onde será realizado o congresso, ofereceu aos estudantes os serviços de sua gráfica e de um sistema de comunicações.

Na semana passada a diretoria da UNE esteve reunida para tratar da organização do Congresso e também para definir suas posições diante dos temas mais polêmicos que lá serão discutidos. Entre outras coisas, definirão que defenderão eleições diretas para a escolha da próxima diretoria da UNE, como no ano passado. Este tema (eleições diretas ou em Congresso) deverá ser um dos mais polêmicos da reunião de Piracicaba; e na reunião da diretoria da UNE apenas dois diretores votaram a favor de eleições em Congresso: Aldo Rabelo, de Alagoas, e Fredo Ebling, do Rio Grande do Sul.

ELEIÇÕES PARA UEE

Em São Paulo, os estudantes elegeram na semana passada a nova diretoria da União Estadual dos Estudantes. No começo da noite de sexta-feira, a apuração de votos ain-

da não havia terminado; e a chapa que estava em primeiro lugar era *Viração*, com 15.185 votos de um total de 54.434 apurados até aquela hora.

Faltavam ainda os resultados de algumas cidades do interior, que, segundo previsões dos delegados de chapas que acompanhavam as apurações não alterariam o quadro final.

A chapa apontada como vencedora, *Viração*, é resultado da união de três tendências no movimento estudantil: *Convenção*, *Resistência* e *Refazendo*. Dentro desta frente, quem ganhou o maior número de cargos na diretoria foi a *Convenção*, que é uma divisão do antigo grupo *Caminhando* (que não participou de nenhuma chapa, mas apoiou *Viração*).

A chapa que na sexta-feira à noite estava em segundo lugar era *Mobilização Estudantil*, também resultado de uma união, só que entre dois grupos: *Liberdade e Luta* e *Novo Rumo*. Esta chapa foi a que recebeu mais votos (1.859) na Universidade de São Paulo, a maior de São Paulo. As outras chapas eram *Mãos à Obra* e *Unidade e Democracia*, que concorriam isoladamente, ou seja, sem aliança entre tendências. No ano passado estas duas chapas formavam um mesmo grupo (*Chegou a Hora*), que se dividiu em decorrência de divergências internas.

Apesar do fim de algumas alianças entre tendências e formação de outras novas, as eleições deste ano não registraram número muito mais elevado de votantes que no ano passado, quando votaram cerca de 65 mil estudantes, entre os 450 mil que estão concentrados no Estado. Segundo perspectivas otimistas, o número de votantes chegaria a 75 mil, ou seja, 16% do total. Na USP, de um total de mais de 30 mil estudantes, votaram apenas 7.299.

OS PROGRAMAS DAS CHAPAS

O estudante que tentava des-

cobrir, durante a semana, as diferenças entre as chapas que concorriam às eleições da UEE-SP, através da leitura de seus programas, enfrentava uma tarefa árdua. E isto talvez seja uma das explicações para o elevado número de votos brancos e nulos: quase 10% do total de votantes.

Afinal, todas as chapas são a favor do ensino público e gratuito e contra aumentos de mensalidades no segundo semestre. Ou melhor: a *Unidade Democrática* é contra aumentos superiores a 35% e não inclui em sua plataforma a bandeira dos 12% no orçamento da União para a Educação.

Em matéria política todas as chapas são contra o regime militar; todas querem a convocação de uma assembléia constituinte, o fim da Lei de Segurança Nacional e do aparato repressivo; e todas querem liberdade sindical e partidária.

Somente uma leitura muito atenta poderia apontar as diferenças programáticas entre as chapas. Assim, enquanto *Viração* defende o "fim do regime militar", *Mobilização Estudantil* quer o "fim da ditadura militar", *Unidade Democrática* acha necessário "derrotar o regime", e *Mãos a Obra* diz que "o povo vai varrer este governo".

A diferenciação entre as chapas torna-se mais explícita a respeito da eleição de reitores e dirigentes universitários, reivindicada somente por *Viração* e *Mãos a Obra*. Outro ponto de diferenciação é a posição face aos partidos políticos. *Mobilização Estudantil* defende um PT classista, sem patrões, e *Viração* diz que entre seus correligionários existem simpatizantes do PT e da Tendência Popular do PMDB.

Finalmente, aparecem ainda reivindicações como aborto gratuito (*Mobilização Estudantil*), e a proposta de criação de um Bar da UEE no centro de São Paulo (*Unidade Democrática*), do aluguel de uma sede para a UEE (*Mãos à Obra*), e de realização de festivais artísticos e literários (*Unidade Democrática* e *Mãos a Obra*). (R.O. - J.C.R.)

Pequenas conquistas

Pressionados entre o julgamento do dissídio coletivo, onde certamente o salário de ingresso da categoria seria fixado pelo Tribunal Regional do Trabalho em cerca de Cr\$ 5.250,00, e a possibilidade de formar um acordo coletivo de trabalho com os banqueiros, onde não seria garantido o reajuste semestral do anuênio, o Sindicato dos Bancários de São Paulo optou pela segunda alternativa. Na manhã de terça-feira passada, pouco antes de o dissídio ser encaminhado a julgamento, foi firmado o acordo. Na quinta-feira, a decisão da liderança sindical seria ratificada pela assembléia da categoria.

A decisão do Sindicato dos Bancários de São Paulo (a Federação dos Bancários também optou pelo acordo) gerou controvérsias dentro da categoria. E os diretores passaram a levar chumbo grosso principalmente dos bancários mais velhos, para os quais o anuênio tem um peso significativo na renda mensal.

A situação não é difícil de entender. Os banqueiros só concordaram em firmar o acordo se fossem retiradas todas as ações trabalhistas que correm na Justiça do Trabalho exigindo dos bancos o reajuste semestral do anuênio, que deveria ter sido dado em março — e não foi. Nessas ações, a vitória dos trabalhadores era certa e cada um deles ganharia mais Cr\$ 786,00 por ano de trabalho no banco. Agora, segundo o acordo celebrado, os banqueiros pagarão

uma indenização de apenas 400,00 por ano trabalhado.

A princípio pode parecer que o Sindicato de São Paulo e a Federação dos Bancários fizeram mau acordo. No entanto, Antonio Augusto Oliveira de Campos, presidente do Sindicato de São Paulo, explica que, no acordo, barganhou-se o anuênio pelo piso salarial ou salário de ingresso. E diz que essa decisão foi adotada pelo fato de, para a maior parte da categoria, a garantia de um salário de ingresso mais elevado ser mais importante que o anuênio. Pelo acordo firmado, o piso salarial foi fixado em Cr\$ 7.000,00 (portaria) e Cr\$ 8.000,00 (outras funções) e será reajustado semestralmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC (em março deste ano, data do reajuste semestral dos bancários, os patrões não reajustaram o piso e se utilizaram dessa manobra para aumentar a rotatividade, admitindo novos funcionários pelo piso fixado em setembro do ano passado). A taxa de produtividade ficou em Cr\$ 800,00, o anuênio em Cr\$ 605,00 (mas sem reajuste semestral) e a gratificação de caixa em Cr\$ 2.050,00, passando para Cr\$ 2.400,00 em março.

Outros sindicatos de bancários, como o do Rio, preferiram arriscar o piso salarial e ir a dissídio para garantir o reajuste semestral de várias verbas (anuênio, comissões etc...). Até agora, no entanto, a sentença do Tribunal Regional do Trabalho não foi proferida. (Lia Ribeiro Dias)

QUÍMICOS/SP

Os empresários se antecipam

Pela primeira vez na história da abertura da campanha salarial para renovação de seu contrato coletivo de trabalho, que tem como data 1º de novembro, os trabalhadores nas indústrias químicas de São Paulo, em assembléia marcada para domingo passado, iriam examinar duas pautas de reivindicações: a que a categoria vai apresentar ao patronato e a que o patronato apresentará aos químicos, em documento encaminhado ao Sindicato. A atitude dos empresários de se antecipar e apresentar pontos para o acordo é inédita e, por isso mesmo, surpreendeu os dirigentes sindicais. No entanto, Valdomiro Macedo, presidente do Sindicato dos Químicos, considera a iniciativa válida "pois numa negociação, sem a participação do ministério do Trabalho, as empresas também podem apresentar suas reivindicações". O tradicional O Estado de S. Paulo saudou, em editorial, a iniciativa dos empresários afirmando: "os empregadores começam a se preparar efetivamente para negociações que estimam cada vez mais politizadas no melhor sentido, já que os aspectos econômicos estão praticamente resolvidos pela lei 6.708.

A pauta de reivindicações apresentada pelos empresários, segundo Valdomiro Macedo, contempla vários pontos relativos às condições de trabalho. Entre eles se encontram a redução do horário das refeições dos trabalhadores e questões referentes a acordos de compensação de horário para os feriados.

Os trabalhadores, por seu lado, vão exigir estabilidade no emprego, delegado sindical, piso salarial de Cr\$ 12.000,00 e aumento real de 15% além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC. Outra reivindicação importante é a unificação das datas-base pois, atualmente, a dos trabalhadores em indústrias farmacêuticas é em novembro e dos empregados em indústrias em produtos químicos em dezembro.

Um pesquisa realizada pelo Sindicato, sobre o perfil salarial da categoria, revelou que a maioria dos empregados nas indústrias químicas e farmacêuticas (71% do total ganha até 3 salários mínimos; 23% recebem entre 3 e 10 salários mínimos, e só 6% acima de 10 salários).

METALÚRGICOS/ABC

Contra a comissão da Volks

A dificuldade de organização dos metalúrgicos de São Bernardo, SP, após a intervenção no sindicato e o afastamento de toda a diretoria, refletiu-se na assembléia convocada para o final da semana retrasada. As três sessões, realizadas na praça da matriz de São Bernardo, conseguiram reunir pouco mais de 1.500 trabalhadores para discutir a campanha de retomada do sindicato, a criação de uma representação de trabalhadores pela Volkswagen e o apoio aos metalúrgicos de São Paulo que iniciaram, no final da semana passada, sua campanha salarial. A proposta de paralisação, caso os metalúrgicos de São Paulo entrem em greve, chegou a ser apresentada e foi muito aplaudida pelos operários presentes.

A maior parte das discussões, nas três sessões da assembléia, foi dedicada à representação de trabalhadores que está sendo criada pela Volkswagen. Os diretores afastados, em seus pronunciamentos, condenaram a iniciativa da empresa, acusando-a de promover o sindicalismo paralelo e de ser mais uma comissão de empresa do que

dos próprios trabalhadores.

Mas a discussão não terminou na assembléia. Na semana passada, vários comícios foram feitos pela diretoria afastada na porta da Volks, discutindo com os operários a criação, pela empresa, da comissão de empregados. Apesar dos protestos e do desafio feito por Lula para um debate público com o presidente da empresa, Wolfgang Sauer, a Volkswagen continua encaminhando o processo de escolha dos representantes dos empregados.

A lista dos candidatos inscritos por área eleitoral — são oito na fábrica de São Bernardo, duas em São Paulo e duas em Taubaté — será publicada no dia 22 de outubro. Em cada área eleitoral haverá, no máximo, 20 candidatos sindicalizados e 20 não sindicalizados. Se o número de inscrições superar este teto, a seleção caberá à comissão eleitoral, formada por funcionários do Departamento de Relações Públicas. A campanha eleitoral se estenderá até 14 de novembro e as eleições serão realizadas nos dias 17 e 18 daquele mês.



Protesto em São Paulo, por registro e direitos trabalhistas

MÉDICOS RESIDENTES

Greve de 2 dias paralisa 6.500

Um movimento para denunciar o boicote do PDS

No momento em que várias categorias de trabalhadores enfrentam uma série de dificuldades para se organizar, cerca de 6.500 médicos residentes — quase 80% da categoria — fizeram uma greve nacional nos últimos dias 23 e 24, com o objetivo de denunciar o boicote do PDS à aprovação do projeto substitutivo que regulamenta a profissão do médico residente, bem como suas condições de trabalho.

A suspensão da greve, programada para dois dias, não foi acatada pelos médicos residentes do Rio Grande do Sul e Brasília, que continuam paralisados por tempo indeterminado. No 15º Congresso Nacional dos Médicos Residentes, realizado em julho deste ano em Belo Horizonte, havia sido aprovada inicialmente uma greve por tempo indeterminado. No entanto, o Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), avaliando as condições de sustentação da greve, decidiu-se pela paralisação por dois dias.

Durante a greve, a paralisação atingiu principalmente os residentes da rede oficial, onde 90% aderiram ao movimento paralisando, em 15 Estados do país. Nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a paralisação foi total. Em vários Estados foram realizadas passeatas e manifestações públicas e, em alguns deles, a repressão policial marcou sua presença. No primeiro dia de greve em Brasília foram presos um representante da UNE, um integrante do Movimento em Defesa da Amazônia e um jornalista do Tribuna da Luta Operária. Em Minas, os residentes foram forçados a fazer a manifestação nas escadarias da Faculdade de Direito, porque um Batalhão de Choque da polícia cercou a praça Afonso Arinos.

Para o presidente da ANMR, Marcos Aguiar, a greve nacional tem uma grande importância política na medida em que "uma categoria indica para as demais uma unificação e generalização de suas lutas".

LONGA LUTA

Desde 77 que os residentes lutam por direitos trabalhistas. Já em 78 houve a primeira greve nacional dos médicos residentes por uma remuneração mais justa, que resultou no pagamento de salário no valor de 7 mil cruzeiros para os residentes da rede oficial. Anteriormente não existia remuneração estabelecida, alguns trabalhavam de graça ou então ganhavam no máximo 2.800 cruzeiros. O ano de 79 foi marcado por greves regionais nas quais os residentes reivindicavam assinatura da carteira de trabalho e direitos trabalhistas. Devido a essas pressões o governo criou, nesse mesmo ano, uma comissão interministerial que fez um projeto lei regulamentando a residência médica e estabelecendo para os residentes uma bolsa no valor de 6 salários mínimos e direitos previdenciários. Porém negava-lhes os direitos trabalhistas, e o título de especialista no fim da residência médica.

Em contraposição a esse projeto de lei, os residentes apresentaram um substitutivo que contemplava os seguintes pontos: 6 salários mínimos (como salário e não como bolsa), direito de moradia no hospital, proibição da criação de formas de trabalho médico não regidas pela CLT, e título de especialistas. Em abril de 80, o substitutivo foi apresentado pelo deputado Mario Hato (PMDB-SP) e aprovado pela Câmara dos Deputados em regime de urgência, mas o PDS solicitou uma segunda votação fazendo o substitutivo voltar à estaca zero.

Vários fatores, segundo Marcos Aguiar, contribuíram para a deflagração de uma greve nacional dos residentes: o agravamento da situação do trabalho do médico, a mercantilização da medicina, a unificação das reivindicações e propostas políticas dos médicos residentes, além da organização dos profissionais. (M. Rosário Amaral, de BH)

POSSEIROS/RO

Expulsão adiada pela Justiça

Já de volta às suas terras, no município de Cacoal, em Rondônia, depois de dois dias de uma audiência frustrada em Porto Velho, 180 famílias de posseiros puderam comemorar a vitória: sexta-feira retrasada receberam a notícia de que o juiz, em sua sentença, determinava que os posseiros poderiam permanecer nas terras até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conseguisse lotes para todos e até que colham tudo o que plantaram na região.

A decisão judicial, no entanto, não afastou o risco de um possível ataque dos índios Suruí que, no começo da semana retrasada, anunciaram sua disposição de expulsar os posseiros se não abandonassem imediatamente a reserva (os posseiros se instalaram na região há seis anos, quando as terras ainda estavam em litígio; posteriormente, com a demarcação da reserva dos Suruí, suas terras passaram a pertencer aos índios).

Além disso, a sentença judicial também poderá ser anulada. Na semana passada, o advogado da 8ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Abílio Nascimento, entrou com mandado de segurança contra a decisão do juiz, argumentando que ela fere a Constituição e o Estatuto do Índio.

Já o advogado dos posseiros considerou justa a decisão do juiz, pois as 180 famílias não tinham condições de abandonar imediatamente as terras: primeiro porque iam perder tudo o que plantaram e, em segundo lugar, porque o Incra só se comprometia a arranjar lotes para 84 famílias. (Eurípedes Claiton, de Porto Velho)



Quem acaba a guerra que o Iraque começou?

Bagdá está vencendo, mas parece não ter força para consolidar suas vitórias

A situação do conflito no Golfo Pérsico podia ser avaliada no final da semana passada pelo clima nas embaixadas brasileiras do Iraque, onde se festejava, e do Irã, onde a imprensa era sumariamente despedida. Segundo o noticiário, as tropas do Iraque tinham avançado 36 quilômetros a dentro do Irã, em sua frente principal, ocupado 250 quilômetros quadrados de seu território e uma meia dúzia de cidades; entre as mais importantes, Khorramshar e (sem confirmação) Abadan, a maior refinaria do mundo.

Já em seu sexto dia, a guerra mostrava dois exércitos fracos, com os iranianos em muitos casos nem podendo se defender, preferindo a rendição, mas os iraquianos também se revelando incapazes de consolidar suas vitórias, por não poder montar apoio logístico sustentando a movimentação de uma grande frente. O esforço patético de ambos parecia se resumir a causar o maior dano econômico possível ao adversário.

Quais os motivos da guerra? O Iraque alega que foi prejudicado pelo acordo de 1975 estabelecendo a fronteira entre os dois países no meio do rio Chatt el-Arab (veja a origem da questão na página 19). No dia 17 rompeu o acordo e avançou seus limites para a margem iraniana. Existem acusações de que sua pretensão real é ocupar a região iraniana próxima ao rio, onde estão 90% das riquezas petrolíferas do país.

É impossível confirmar. Pode-se apenas constatar o fato de que o momento da guerra é extremamente propício ao Iraque. O Irã está isolado politicamente; seu fornecimento bélico de peças de reposição essenciais, pelos EUA, está bloqueado; e um de seus maiores trunfos (bloquear o estreito de Ormuz) é impensável devido aos danos que causaria ao Ocidente, que então reagiria, reabrindo a passagem. O Iraque, por outro lado, está politicamente articulado na região e fora dela, e recebe armamentos regulares da URSS. EUA e URSS se dizem neutros, mas o sentido dessa neutralidade é duvidoso, já que exercem influência decisiva sobre a região e podem, quando quiserem, arbitrar a questão, como acharem melhor.

O petróleo pode subir só com o susto

Bastou que se anunciasse — falsamente — o fechamento do estreito de Ormuz para que as companhias de seguro de Londres declarassem novamente o Golfo "zona de guerra", aumentando seus prêmios entre 300% e 500% e provocando pesadelos na Europa e no Japão, mais vulneráveis.

Para o jornalista Bruno Dethomas, que analisa para o *Le Monde* (25/09/80) as consequências da guerra entre o Irã e o Iraque sobre o mercado petrolífero, esta situação é séria, porque as economias industrializadas "difícilmente suportariam novos aumentos pesados do petróleo".

Irã e Iraque produzem juntos cerca de 4 milhões de barris diários, 17% da produção de toda a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Um terço da produção do Iraque (3,5 milhões) vem de campos próximos à zona de guerra, em Basrah, e suas principais jazidas em Kirkouk estão a apenas cem quilômetros dos combates. Além disso, dois terços de suas exportações passam pelo fundo do Golfo, pelo porto de Fao, já bombardeado. Podem ser usados os oleodutos iraquianos com terminais na Turquia (0,7 milhão de barris) e no Líbano (1,4 milhão); mas este último passa pela Síria com quem Bagdá não está conseguindo acordo devido a rivalidades.

O Irã não exporta atualmente mais que 500 mil barris diários, basicamente para os países do 3º Mundo (Índia, Brasil e Coreia do Sul), para a Turquia e os países do Leste Europeu (Romênia, Alemanha e Polônia).

Desta forma, diz Dethomas, se o conflito ficar confinado aos dois países e os oleodutos funcionarem normalmente, as repercussões não deverão ser drásticas. A razão disso é que os estoques dos países industrializados são altos (mais de cem dias de consumo) e a oferta na verdade está atualmente 10% acima da procura de petróleo. Além disso, se for necessário, alguns países que reduziram suas vendas certamente voltarão a aumentá-las.

Portanto, o problema se reduz a um eventual fechamento do estreito de Ormuz e o anúncio falso já referido acima levou também a um aumento direto dos preços do petróleo vendido no "mercado livre" de Roterdã, Holanda, de 20 dólares a tonelada (isto é, 7%). O que houve até agora foi uma certa prudência das companhias de transporte, e os navios para o Kuwait, por exemplo, a 50 quilômetros de Abadan (zona de combate), diminuíram bastante de quantidade. Além disso, embora aberto, o estreito está sob controle do Irã.

E a questão central, conforme De-

thomas, é que pelo estreito passam de 40% a 50% do petróleo comercializado no mundo; e, como a menor interrupção do tráfego "seria insuportável para os países industrializados", havendo uma promessa de Carter de intervir no Golfo "caso os interesses ocidentais sejam ameaçados", poderia bastar o efeito "psicológico" desta tensão para que os preços disparassem. Ele cita o exemplo da revolução do Irã, que causou um aumento de 150%, apenas devido ao medo, porque segundo se constatou mais tarde, a produção da OPEP na verdade aumentou durante 79. Tanto que os países industrializados puderam aumentar seus estoques. O descontrole dos "mercados livres" e a rivalidade dos países consumidores se encarrregaram de alimantar a alta de preços, que a OPEP acompanhou por contágio.

A esperança é que finalmente depois de muito tempo, a OPEP, consiga regularizar o mercado (controlando de alguma forma os "mercados livres") e então proceder a um aumento mais escalonado dos preços. Este escalonamento, ou "indexação", é uma proposta antiga de países como a Argélia, e especula-se que em quatro de novembro próximo ela possa ser aceita pelo conjunto dos interessados.

Haroun El-Rachid, o sonho de Hussein

"Saddam Hussein tem a ambição de devolver a Bagdá o papel que tinha na época do Iraque dos Abássidas, sob o reinado de Haroun El-Rachid, contemporâneo de Carlos Magno, e de transformá-la, senão na capital, pelo menos no pólo de atração de um mundo árabe unificado sob a direção do partido Baath". O jornalista Paul Balta descreve dessa forma os sonhos do "homem forte" do Iraque, de quem ele faz uma pequena, mas interessante biografia política no *Le Monde* (25/09/80).

Desde 1969 Hussein é considerado a pessoa mais poderosa do Iraque, chegando hoje ao controle completo do país: é chefe de Estado; presidente do Conselho do Comando da Revolução (CCR) — o órgão supremo no Iraque (extremamente secreto); secretário-geral do comando do partido Baath iraquiano (em contraposição ao Baath sírio, antes integrados); e comandante-chefe das forças armadas.

Hussein nasceu em Tikrit, a cidade de Saladim segundo a lenda. "Parti-

cipou desde a adolescência de todos os complôs contra a monarquia hachemita", até a sua derrubada, em 1958. Mas, com a criação da república, Hussein se engajou imediatamente na luta contra a "ditadura do general Kassen" (presidente da república). Em 1959, participou de um atentado contra o general, porque, segundo Hussein, era "apoiado pelos comunistas contra os nacionalistas pan-árabicos". A partir daí viveu no exílio até 63, com a rápida ascensão do Baath ao poder, quando já demonstraria "suas qualidades de organizador, capacidade de trabalho e força de caráter", voltando em seguida para a clandestinidade.

Quando o Baath finalmente se instalou em Bagdá, através da revolução em 1968, Hussein seria o responsável pelas milícias do partido e no ano seguinte chegaria à vice-presidência do Conselho da Revolução, logo atrás do presidente Hassan El-Bakr.

Embora considerado como "um anti-soviético e um anti-comunista. vis-

geral", segundo Balta, Hussein não hesitou, em 1972, em assinar um "acordo de amizade e cooperação" com a URSS. Seu objetivo: "ficar em posição de força para nacionalizar o cartel da IPC francesa". Moscou forneceria as armas para a sua luta contra o nacionalismo curdo, e, "realista", diz Balta, "Hussein se aproximou dos comunistas, a quem havia infligido expurgos".

Em 68, Hussein não precisava mais do apoio dos comunistas e passou a considerar que a URSS os utilizava da mesma forma que fazia com os comunistas afegãos, para assegurar seus interesses no país. "Congelou" assim a Frente Nacional que havia feito com os comunistas e os reprimiu violentamente. Ao mesmo tempo, deu início à sua "virada para o Ocidente: normalizou suas relações com a Arábia Saudita, acusada anteriormente de líder da reação árabe, e passou a rever suas posições "duras" com relação a Israel, se recusando a integrar a "Frente de Rejeição" e a se encaixar ao lado dos palestinos.



Os dois lados da guerra

O conflito de dois regimes violentamente repressivos sob a pressão das superpotências e do jogo político regional

	<h2>IRAQUE</h2> <p>Pop.: 12 milhões de hab. Sup.: 435 mil km quadrados Presidente: Saddam Hussein Capital: Bagdá Regime: República socialista PNB: US\$ 14 bilhões (est. 1975)</p>	<h2>IRÃ</h2> <p>Pop.: 34 milhões de hab. Sup.: 1,6 milhão de km quadrados Presidente: Bani Sadr Capital: Teerã Regime: República islâmica PNB: US\$ 76 bilhões (1977)</p>
Evolução das vendas de petróleo.	<p>O Iraque foi um dos poucos países exportadores que aumentaram sua venda de petróleo para os países ocidentais este ano, compensando a baixa geral do fornecimento, e se tornando o segundo maior exportador do mundo (ao lado da URSS). Entre janeiro de 79 e janeiro de 80, sua produção aumentou 6,6%, atingindo 3,5 milhões de barris diários. Assim, fica à sua frente apenas a Arábia Saudita, que tradicionalmente garante o fornecimento e portanto mantém os preços em níveis "razoáveis" de aumento para o Ocidente. Mesmo assim, a produção saudita subiu menos que a iraquiana: 5,4%, atingindo 9,8 milhões de barris. O outro país que aumentou sua produção foi o Equador (mais 4,5%), com 0,22 milhão de barris.</p>	<p>No começo de 79, a despeito da baixa (à época aparentemente transitória) devido à guerra civil, o Irã ainda detinha folgadoamente a posição de segundo maior exportador de petróleo do mundo, com uma produção de cerca de 6 milhões de barris diários. Nos meses seguintes, no entanto, seja por decisão do novo governo ou por incapacidade técnica, a produção caiu rapidamente (ou melhor, manteve os baixos níveis da guerra civil). Hoje, a produção iraniana é de apenas 1,9 milhão de barris, com uma queda brutal de 27,3% com relação ao ano passado. Embora a política da restrição das vendas coloque o Irã entre os países mais "radicais" da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o principal fator responsável por essa queda parece ser a falta de capacitação técnica.</p>
Tensões internas	<p>Saddam Hussein, atual presidente e homem forte do Iraque, desfez recentemente um nó que tinha na garganta desde 1975. Numa atitude que equivaleu a uma declaração de guerra ao Irã, anulou unilateralmente o acordo de Argel, no qual fazia certas concessões ao ex-xá — pela simples razão de que não podia conter a rebelião curda sem que este último deixasse de armá-la.</p> <p>Esse foi o maior desafio ao regime que subiu ao poder no Iraque através da revolução de 1968. Antes de serem sacrificados pelo xá, os curdos (20% da população) fizeram dezenas de milhares de mortos entre as forças governamentais. Hoje, só um pesado exército acantonado no norte do país mantém a "paz" entre os nacionalistas curdos.</p> <p>Depois, principalmente por iniciativa de Hussein, seria a vez dos comunistas pró-soviéticos, os principais aliados do Partido Baath em 68, postos na clandestinidade em 78/79. Hussein continuou sua ascensão derrubando também uma ala "moderada" do próprio Baath, e eliminando politicamente os líderes históricos do partido, como Michel Aflak, o ex-presidente Al Bakr e Abdel Samarraï, tido como chefe dos moderados e único ainda capaz de se opor a Hussein. Ele foi eliminado com mais 20 colegas do Baath, recentemente, inclusive quatro membros do Conselho do Comando da Revolução (CCR), cujo presidente é Hussein.</p> <p>Após a ascensão de Khomeini no Irã, a perseguição política se voltou principalmente contra os xiitas (mais de 50% da população). Seu líder, Bangher Sadr, foi morto recentemente, e 20 mil de seu seguidores foram expulsos do país.</p>	<p>Algumas forças políticas iranianas decidiram esquecer suas profundas divergências com o aiatolá Khomeini e se solidarizar com o governo durante a guerra. É o caso do Movimento Democrático Iraniano (MDI), para o qual, inclusive, os plenos poderes que Khomeini conferiu ao presidente Bani Sadr, mostrariam que o clero xiita mais reacionário teria perdido com a guerra sua força dentro do governo. Mas outras forças políticas do país não acreditam nisso, como a Frente Mossadeguista, que continua a se opor ferrenhamente a Khomeini.</p> <p>O fator crucial de instabilidade interna no Irã são os curdos, que parecem ter aumentado grandemente sua luta nacionalista agora, no Norte do país. Os curdos são acusados de receber ajuda externa (do Ocidente e do Iraque). No entanto, a questão básica é o fato de as questões referentes às minorias terem sido resolvidas pela força por Khomeini e não através da discussão aberta. Embora sejam os mais mobilizados, as minorias descontentes com a República Islâmica não se restringem aos curdos. Os árabes do Cuzistão, também esmagados, são inclusive mais perigosos, potencialmente, devido ao fato de habitarem justamente o Irã Ocidental, na faixa onde se localizam 90% das riquezas iranianas com petróleo.</p> <p>De uma forma geral, o poder autoritário do clero xiita sobre a República Islâmica, é um fator de instabilidade perigoso para o regime. Aliada à ameaça externa, a tensão política, devido às divergências da maioria das forças políticas com o governo, pode levar a um desmoronamento interno no Irã, e alguns analistas pró-americanos apontam que o próprio partido comunista iraniano, o Tudeh (pró-soviético), apesar do apoio que dá a Khomeini, poderia se aproveitar de uma instabilidade crescente para afastar os xiitas do poder.</p>
Política externa	<p>Hussein vem mostrando sinais crescentes de que pretende substituir o ex-xá do Irã em seu papel (ao lado da Arábia Saudita) de "guardião do Golfo Pérsico". Sua tática é aumentar sua influência na região e adotar uma posição de equilíbrio entre as duas superpotências (EUA e URSS). O Iraque vem se afastando da URSS (de quem continua comprando armas) e se aproximando economicamente do Ocidente. Em agosto, Hussein visitou oficialmente o governo saudita, que parece estar justamente procurando um parceiro para pôr no lugar do xá (apesar de suas rivalidades).</p> <p>Politicamente, o Iraque pretende ganhar influência, abrindo tanto a sua posição contra Israel, quanto sua política de usar a redução da produção para aumentar o preço do petróleo. Além disso, Hussein pretende tornar-se um "campeão" do terceiro-mundismo, aproveitando a reunião dos Não-Alinhados em Bagdá, em 1982, quando desbanca Fidel da presidência do movimento.</p>	<p>O esquema de "segurança" montado pelo imperialismo norte-americano no Golfo Pérsico não se desmantelou apenas devido à queda do xá; deveu-se também à posição agressiva tomada por Khomeini, que claramente passou a conchamar as massas muçulmanas a derrubarem seus governos em todos os lugares, causando susto aos regimes reacionários seus vizinhos. A própria Arábia Saudita, que sempre disputou com o ex-xá a hegemonia da região, parece ter renunciado a esse papel se tiver que cumpri-lo sozinho. O Iraque, que tem uma população majoritariamente xiita, tem motivos de sobra para temer as pretensões de Khomeini de liderar uma vasta revolução islâmica na região. A URSS, idem, pelas mesmas razões, e mesmo os aliados de Khomeini, a Líbia e Yasser Arafat, preferem acompanhar o Irã cautelosamente (a Líbia se afastou radicalmente).</p>
Interesses da URSS	<p>Embora o Iraque seja o maior aliado da URSS no Oriente Médio, as relações entre os dois países são "complexas". Eles têm divergências quanto à política contra Israel, a ajuda da URSS à Etiópia contra a Somália, e a intervenção soviética no Afeganistão. Existem acusações de que o Iraque tem pretensões de hegemonia regional e, sendo armado pela URSS, é evidente o interesse desta em manter essa aliança, desde que isso não prejudique a sua tentativa de aproximação com o Irã. Uma das pretensões da URSS seria mediar o conflito e assim aumentar sua importância na região. A intenção da URSS, segundo alguns, seria forçar a "repartição" clara de influência das superpotências no Oriente Médio.</p>	<p>Moscou tem sido alvo de acusações segundo as quais a intervenção soviética no Afeganistão seria um primeiro passo para aumentar sua influência ou mesmo controlar o Golfo Pérsico, passagem de mais de 40% de todo o petróleo consumido no Ocidente. A ascensão de Khomeini já foi positiva para a URSS nesse sentido, tanto por seu virulento anti-americanismo como pelo fato concreto de ter assinado um recente acordo de cooperação com Moscou. Isso não impede os soviéticos de manter tropas ao Norte e a Leste do Irã (no último caso, através do Afeganistão); se parece afastada a hipótese de uma invasão do Irã, pelo menos está claro que Moscou não pretende permitir facilmente a instalação de um novo xá.</p> <p>Neste conflito, agora, a URSS teria muito a ganhar em influência na região se pudesse se candidatar como mediadora aceitável aos dois lados — no que inclusive tem maiores chances que os EUA.</p>
Interesses dos EUA	<p>Já não é segredo para ninguém o namoro entre os EUA e o Iraque, mesmo se não for verdadeira a acusação de que existiria um "complô" para "roubar" os poços iranianos. Brzezinski, assessor de segurança de Carter, recentemente afirmou que não via "incompatibilidade de interesses" entre os dois países, que estão de relações rompidas desde 67. Carter também há pouco tempo fez vistas grossas à venda de material nuclear pela França a Hussein. Posteriormente declarou que a venda ao Iraque pela França e a Itália, de turbinas para navios de guerra, "era do interesse da política externa americana". É claro que seria uma vitória dos EUA, se conseguissem afastar o Iraque da órbita soviética.</p>	<p>Logo nos primeiros momentos da guerra o presidente Hussein do Iraque lançou um boato de que Khomeini pretendia soltar os reféns americanos. Rapidamente desmentido por Teerã, essa atitude no entanto sugere fortemente uma tentativa de "queimar" uma possibilidade: a de que Washington ensaiasse uma aproximação com o Irã, através de uma barganha entre a soltura dos reféns e o fornecimento de peças de reposição de que Khomeini precisa. Essa possível tentativa dos EUA chegou mesmo a transparecer de algumas declarações do governo Carter, embora tenham sido desmentidas posteriormente pelo presidente. Para os EUA, a despeito do namoro com o Iraque, a importância do Irã é evidente, como forma de recompor em parte sua força anterior na região e impedir que a URSS possa avançar no processo de reequilíbrio de forças local.</p>
Dependência do Brasil	<p>Com o fechamento do Golfo Pérsico devido à guerra, e o conseqüente corte do fornecimento de petróleo do Iraque, o Brasil ficaria automaticamente sem 80% do petróleo que importa, isto é, 700 mil barris diários de um total de 850 mil. A incapacidade alegada pelo Iraque de continuar seu fornecimento já significou um corte nas importações brasileiras de 400 mil barris diários, 47% do total. As saídas sugeridas até agora pelo governo seriam duplicar as compras do México (possibilidade duvidosa), racionar o combustível e, a que parece mais certa, aumentar suas reservas. Isso significaria, segundo já adiantou Delfim Netto, ministro do Planejamento, que o déficit comercial irá "não para US\$ 2,5 bilhões, mas para US\$ 4 bilhões".</p>	

Irã paga o pato pelo xá



Hussein esperou mudar a correlação de forças para cobrar do Khomeini, "o xá enturbanado", a afronta que sofreu de Phalevi

Se ganhar a guerra, o Iraque certamente tem garantido, num futuro próximo, um sucesso de bilheteria: um longa metragem, que já está sendo rodado, sobre a batalha de Quaddisieh, uma vitória histórica dos muçulmanos sobre o império persa (iraniano), no ano de 633. Essa mesma batalha, de qualquer forma, transformada num símbolo da luta contra o "inimigo hereditário persa", já serviu de estímulo aos soldados iraquianos, que antes de partirem para a frente iraniana foram lembrados da bravura de seus antepassados.

A versão moderna do conflito histórico

Esse exemplo se encaixa perfeitamente ao motivo alegado pelo Iraque para declarar guerra ao Irã, reavivando o litígio fronteiriço que envolve há dezenas de anos o estuário do rio Chatt el-Arab, confluência dos rios Tigre e Eufrates. Hoje, mais do que uma questão de fronteira, o Chatt el-Arab é importante



porque em torno dele estão as grandes refinarias e poços dos dois países, além de constituir ligação comercial do Iraque com o mar.

E, embora a rivalidade seja secular, os motivos atuais do Iraque têm particularidades bem modernas. A questão do Chatt el-Arab foi regulamentada no começo do século

(1913) por um acordo entre iranianos e otomanos, então os senhores da terra árabe. Por esse acordo, a fronteira persa-otomana na região passaria por uma linha no meio do rio. Em 1937, após desbancar os otomanos, os ingleses presentearam a monarquia iraquiana com o rio todo, transferindo a fronteira para a

margem do Irã.

Atrapalhando a vida dos iraquianos

Essa situação perduraria até 1969, quando o xá — então todo-poderoso — denunciou o tratado de 37 e exigiu o direito do Irã sobre metade do rio. Embora nessa época os incidentes não atingissem maiores proporções, o xá não se conformou e apelou para outro estratagema, passando a ajudar a rebelião curda, sob a liderança de Mustafá Barzani, iniciada no princípio da década passada. Decidido a "atrapalhar a vida dos iraquianos", apesar de não ter a menor simpatia pelos curdos, o xá levou sua intervenção ao ponto de fornecer homens e artilharia à luta curda.

Esse não foi o único abuso que Hussein teve de engolir do xá. Em 71 ele anexou três ilhas à entrada do Estreito de Ormuz — Grande Tumba, Pequena Tumba e Abu-Mussa, pertencentes aos Emirados Árabes. O Iraque foi o único país árabe que se deu ao trabalho de protestar contra o

imperialismo iraniano; no entanto, não pôde fazer nada a respeito, e recentemente o chefe de Estado iraquiano explicou que sua "passividade" se deveu ao fato de seu fraco exército estar à época inteiramente ocupado com os curdos. Segundo ele, os nacionalistas fizeram mais de 60 mil mortos e feridos entre as forças iraquianas, no período 74/75, e a força aérea dos países tinha então três bombas.

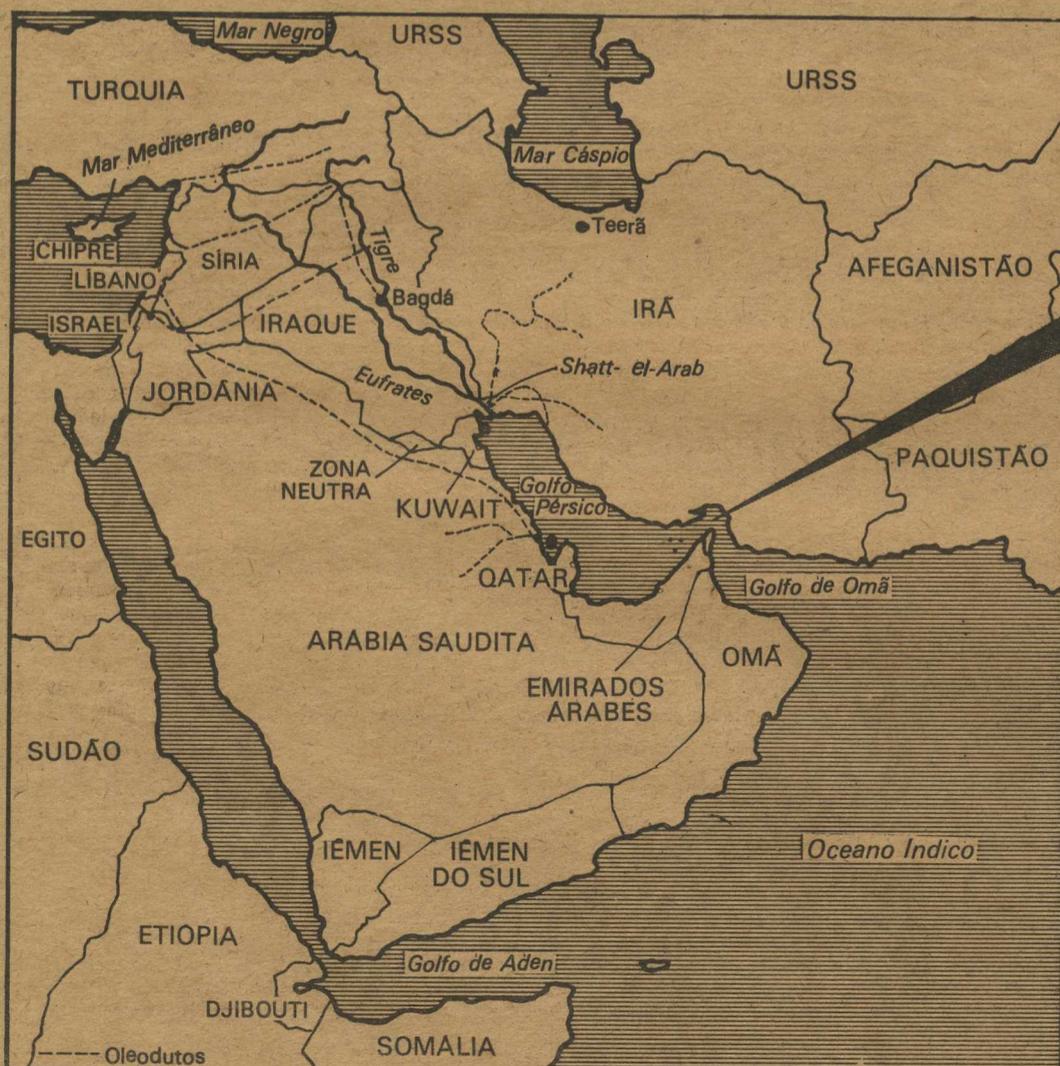
Para poder esmagar a rebelião no norte do país, o Iraque não teve outra saída senão dividir o rio novamente em duas partes, em troca obtendo o fim da intervenção do xá. Hussein não deixou de ganhar com a troca, mas jamais teria esquecido a afronta de assinar um acordo em condições inferiores. Outras cláusulas do acordo, prevendo a delimitação completa da fronteira entre os dois países, o xá nunca cumpriu, nem quando Hussein expulsou Khomeini do Iraque, em 78, forçando-o a se asilar na França.

A vingança do "açougueiro de Bagdá"

A guerra agora começou a tomar forma com as acusações mútuas de abril último, com Khomeini dizendo que o "açougueiro de Bagdá" ordenava incursões subversivas no Cuzistão e no Curdistão, e Hussein, que o "xá enturbanado" financiava movimentos terroristas xiitas no Iraque. Hussein deve ter calculado que tinha chegado a hora de cobrar as afrontas. Em meados de setembro, anulou o acordo de 75 unilateralmente, fato considerado pelos analistas internacionais como equivalente a "uma declaração de guerra".

Esse episódio provavelmente não é toda a explicação para o conflito, mas sem sombra de dúvida fornece à luta de agora uma parte do ódio que se exigiria de uma reedição da batalha de Quaddisieh, com toda a carga histórica que ela contém de ressentimento religioso (entre xiitas e sunitas) e nacionalista (entre persas e árabes) (Flávio Diegues).

A economia mundial depende totalmente desse pequeno canal de 38 quilômetros de largura e 60 metros de fundo, o Estreito de Ormuz, por onde passam diariamente de 40 a 50 por cento do petróleo consumido no mundo, ou seja, 15 milhões de barris. Ele dá vazão a cerca de 60 por cento da toda a produção da OPEP, cobrindo mais de dois terços das necessidades do Japão, 60% da França e, em média 70% do consumo dos países industrializados. Ormuz tem 38 quilômetros de largura e 60 metros de fundo, por onde passa um navio a cada dez minutos, sendo extremamente fácil de ser bloqueado (por exemplo, em 56 o canal de Suez foi fechado navios afundados). Se o bloqueio for rápido, isso terá quase nenhum reflexo. As reservas mundiais dão para cem dias e, antes disso, o oleoduto do Iraque e sauditas que desaguam no Mediterrâneo (2,5 milhões de barris) podem ser usados.



Enfim o novo sindicato

No dia 22, foi registrado o primeiro sindicato independente

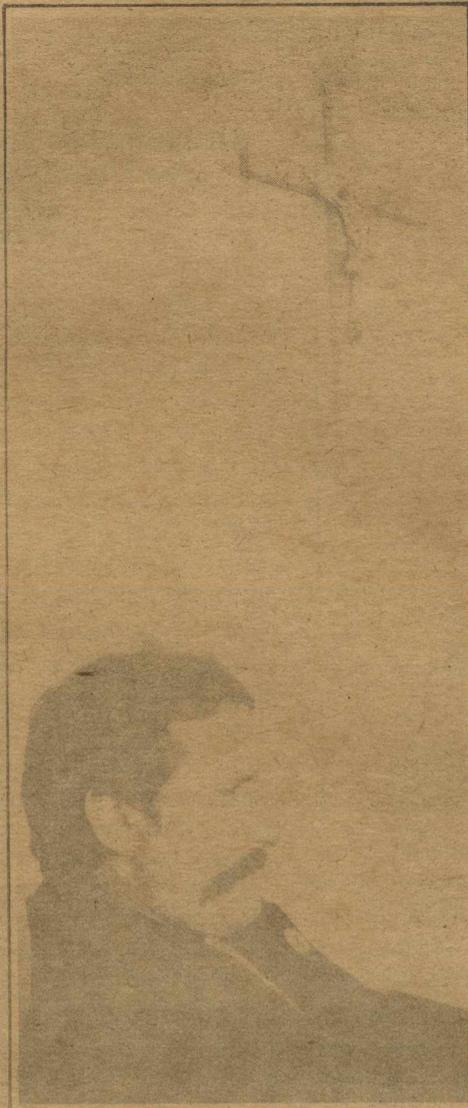
O líder operário Lech Walesa pediu aos trabalhadores poloneses que evitem novas greves, "porque — afirmou — esses movimentos só prejudicam a luta por um sindicalismo livre no país". A declaração do dirigente do movimento grevista de Gdansk foi feita no último dia 22, quando ele chegou a Varsóvia para formalizar o registro do primeiro sindicato independente da Polônia. Nesse mesmo dia, pela primeira vez desde o início de julho, não havia nenhuma greve em andamento no país. O último conflito, na fábrica de conservas de Kalisz, foi solucionado por um aumento salarial de 800 zlotys e a criação de um sindicato independente na empresa.

Segundo declarou Walesa em Varsóvia, "os novos sindicatos não devem ter uma estrutura centralista. Ao contrário, suas bases serão fortalecidas. Disse ainda que "as instituições sociais, administradas até agora pelos sindicatos oficiais, pertencem aos trabalhadores: suas portas não poderão ser fechadas aos que agora abandonam os sindicatos oficiais para juntar-se aos independentes".

Ainda naquele dia, antes de viajar para Varsóvia, Walesa presidiu, em Gdansk, uma reunião de uma centena de delegados de 35 sindicatos independentes, para estabelecer os estatutos de suas organizações. O projeto de estatutos foi resumido por Tadeusz Mazowiecki, redator-chefe da publicação mensal católica Wiesz e conselheiro do sindicato independente de Gdansk. Em sua opinião, o texto proposto aos delegados não é "ideal" e a fórmula adotada é a de uma "união com caráter federativo". Intitulado "sindicato profissional independente e autogerido", esse organismo foi denominado de *solidarnosc* (solidariedade) por sugestão de Walesa, para que não haja confusão com o Conselho Central dos Sindicatos Oficiais (CSZZ), em vias de ser rebatizado igualmente como "sindicato independente e autogerido".

"Solidariedade" será instalado em Gdansk, mas as federações regionais que o compõem terão plena autonomia nas zonas geográficas que representam. Será realizado um congresso nacional a cada dois anos e seu órgão executivo será uma "comissão nacional", composta por uma metade de presidentes das organizações regionais e por outra de representantes eleitos pelo congresso.

A reunião, que durou apenas duas horas, foi conduzida a toque de caixa por Walesa, que passou logo à votação para abreviar um longo debate. Assim, os estatutos foram aprovados por mãos levantadas, menos quatro abstenções. Após cada votação, Walesa sublinhava pelo microfone que a decisão adotada era



Walesa: "a fé é a fonte da minha força"

democrática e "exprimia a vontade popular". Alguns delegados, em particular um da Silésia, manifestaram seu descontentamento com esse procedimento. Mas, segundo Walesa, não se podia perder um minuto devido às "manobras de desmobilização" praticadas pelos sindicatos oficiais e as autoridades, que, uma vez mais, eram denunciadas por cinco comitês de empresa das grandes aciarias polonesas. Estes criticaram os meios de comunicação por silenciarem sobre tudo o que diz respeito aos sindicatos independentes ou por publicarem informações "deformadas", não respeitando assim o texto dos acordos

concluídos com o governo.

Encerrando a reunião de Gdansk, Walesa rendeu homenagem pela primeira vez, a alguns responsáveis do Partido Operário Unificado da Polônia (POUP, no poder), citando, em primeiro lugar, o vice-primeiro ministro e membro do Biro Político do POUP, Mieczyslaw Jagielski, seu interlocutor nos acordos de 31 de agosto último. "Esse homem — disse Walesa — fez muito. E preciso ajudar pessoas como ele. Não há muitas no alto do aparelho. Nem todos são maus e alguns merecem nossa atenção. Não esqueçamos de pessoas como Jagielski se não quisermos que se percam entre os outros".

No dia 12 de setembro, falando à estação de televisão Europa I, Walesa havia afirmado que não podia dizer nada sobre o novo secretário geral do POUP, Stanislaw Kania: "eu não sei quem é; ele ainda não foi apresentado a mim". E acrescentou: "se ele viesse, eu poderia inscrevê-lo em nossos sindicatos; mas não num cargo de direção". Na mesma entrevista, o dirigente operário falou longamente sobre a fé religiosa: "é a fonte da minha força... Qualquer um pode pensar de modo diferente, isso não me incomoda. Eu sei que, sem fé não seria nada".

Por outro lado, informa-se que agricultores desejariam aderir aos sindicatos independentes. Uma moção de apoio foi adotada. Dois presos políticos libertados após os acordos de 31 de agosto, o agricultor Jan Kozłowski e o operário Edmund Zadrożyński foram agradecer aos operários. "Nós vigiaremos para que não se envie mais inocentes à prisão. E para nós uma questão de honra", declarou Walesa.

O jornal dos sindicatos oficiais, *Głos Pracy*, lançou no mesmo dia 22 um apelo a favor da "unidade de ação, da tolerância mútua e da cooperação, apesar dos mal-entendidos, os conflitos esporádicos e as fricções que aparecem aqui e ali. Não deixemos os maus conselheiros que tentam sabotar o espírito e a letra do contrato social, da nossa causa e do nosso trabalho comum interferir em nosso movimento sindical. O movimento sindical polonês tem uma chance de realizar a renovação à qual todos aspiramos e afirmar a unidade de ação da classe trabalhadora sobre as questões cruciais para ela mesma e para a Polônia, por meio de direitos novos, definidos de modo claro e sem equívocos".

Um dos 44 artigos dos estatutos adotados pelos sindicatos independentes interdita a filiação a um outro sindicato.

A EXPLOÇÃO DO TITAN

O que o Pentágono não quer comentar

Pode-se confiar no Pentágono? Para alguns milhares de habitantes de Damascus, Bee Branch e Gravesville, em Arkansas, a questão é vital depois que, na noite de 18 para 19 de setembro, uma explosão destruiu o silo de um míssil Titan 2, próximo deles.

"Não houve a menor vazão de radioatividade. A ogiva nuclear que armava o míssil está intacta. Não há porque se inquietar", não cessam de repetir os porta-vozes do Exército. Mas, em Damascus, se duvida. A *Arkansas Gazette* do dia 20 publicou extratos de uma conversa de rádio entre o Quartel General da Força Aérea de Little Rock e as unidades que se encontravam no local no momento da explosão e, segundo estas, parecia que ninguém sabia muito bem onde tinha ido parar a ogiva (isto é, a bomba), nem em que estado ela estava.

Ora, os Titan 2, grandes foguetes obsoletos, foram projetados para transportar enormes ogivas nucleares de uma potência igual a 750 vezes a da bomba lançada sobre

Hiroxima em 1946. E a explosão que se produziu, no amanhecer do dia 19, foi suficientemente forte para fazer saltar a porta do silo onde estava guardado o míssil. Isto é, 740 toneladas de concreto reforçado e aço amalgamados de modo a poder resistir ao impacto de uma bomba inimiga de 10 megatons. Então, como estar seguro de que a ogiva em questão não tenha sido um pouco danificada para que se produzisse um escape radioativo?

"Impossível", respondem os militares, "para liberar a radioatividade dessas bombas de hidrogênio é preciso desencadear toda uma série de sinais muito precisos, que, mesmo que o míssil estivesse a ponto de ser lançado, o que não era evidentemente o caso, não poderiam se ativar sozinhos". O problema é que, mesmo após o artigo do *Arkansas Gazette*, o Pentágono continuava a responder com um "nada a comentar" quando se procurava saber se a bomba tinha sido devidamente recuperada. No mínimo bizarro, não? — comentam os mais moderados ha-

bitantes da região. "Não de todo", respondem os porta-vozes militares, "nós não fazemos mais do que respeitar a tradição que manda que não se fale jamais do lugar em que se encontram as armas nucleares".

Quando ocorreu o acidente, (que teria sido provocado pela queda de uma ferramenta de 20 metros de altura sobre um condutor de combustível do míssil), que maior uma pessoa e feriu 21 outras, numerosas testemunhas observaram um grande objeto ejetado do silo. "A ogiva foi catapultada a cerca de 60 metros. Ela aterrissou na floresta", anunciavam os jornais no dia seguinte. Mas, como se trata de um terreno pertencente ao governo federal e totalmente inacessível ao pessoal não militar, ninguém pôde verificá-lo.

Após Three Mile Island e as inúmeras críticas que são feitas atualmente ao Exército americano, e Pentágono teria condições, a seis semanas das eleições presidenciais, de admitir um vazamento radioativo?

Nina Sutton (Libération)

Brejnev fala no perigo da guerra nuclear

O mundo corre cada vez mais o perigo de "escorregar numa catástrofe nuclear... se os Estados e os povos não ativarem todas as suas forças para conservar a paz". A advertência é do secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brejnev, em mensagem enviada ao Parlamento Mundial dos Povos, reunido em Sofia, Bulgária, com a participação de parlamentares de 126 países e 100 partidos diferentes. Brejnev afirmou, porém, estar certo de que é possível "deter a tempo os que, buscando a supremacia mundial, empurram a humanidade para o abismo de uma guerra nuclear devastadora". Se fosse empregado todo o arsenal nuclear das duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, o mundo poderia ser destruído 66 vezes.

CUBA

Embaraçados com a presença da URSS no Afeganistão

A presença de tropas soviéticas no Afeganistão poderia estar provocando alguma dificuldade nas relações da URSS com Cuba. A especulação, do Monde, se baseia na extrema discreção que cercou a recente visita a Havana do ministro das Relações Exteriores soviético, Andrei Gromiko. Diferentemente do que costuma acontecer, não foi organizada nenhuma recepção oficial e não foi emitido nenhum comunicado conjunto. Na descrição oficial do encontro de Fidel Castro com seu hóspede, a expressão "clima fraternal e de frança camaradagem" omite o termo "caloroso", geralmente empregado quando se trata de encontros entre representantes de "países irmãos". Por outro lado, a "franqueza" demonstrada pelos dois dirigentes leva a supor que eles não tenham chegado necessariamente a um acordo em todas as questões. A invasão soviética do Afeganistão, amplamente condenada em todo o mundo, é embaraçosa para Cuba devido à condição desse país de presidente do movimento dos não-alinhados.

ÍNDIA

Os superpoderes da velha senhora Indira Gandhi

A pretexto de combater os conflitos religiosos e as tensões sociais, a primeira ministra indiana Indira Gandhi, terá seus poderes substancialmente aumentados com um dispositivo que lhe permite determinar a prisão durante um ano, sem julgamento, de qualquer pessoa que se suponha possa ameaçar a defesa e a segurança do país.

CHINA

Tentativas de se aproximar dos palestinos

A China ofereceu-se para "treinar e equipar 30 mil combatentes palestinos". A proposta, noticiada pelo jornal *Al Rai Al Aam*, de Kuwait, foi feita pelo governo chinês a uma delegação da Organização para a Libertação da Palestina que esteve recentemente em visita a Pequim.

Por outro lado, segundo várias revistas de Hong Kong, o termo "ditadura do proletariado" poderá desaparecer da Constituição chinesa. A revista *Zhongming*, em particular, que após incondicionalmente Deng Xiaoping, propôs em editorial que a expressão ditadura do proletariado seja substituída por "democracia do povo".

Os "erros" de Mao, segundo Deng

O atual homem forte da China acusa Mao de ter levado o país a uma guerra civil

No dia 6 de setembro, o presidente do PC chinês, Hua Guofeng, demitiu-se do cargo de primeiro ministro, e, junto com ele, demitiram-se sete vice-primeiros ministros, entre os quais Deng Xiaoping. O motivo apresentado foi o da renovação da direção do governo do país. Deng permanece, porém, como o verdadeiro homem forte da China; ele conserva o posto de vice-presidente do Partido; o novo primeiro ministro, Zhao Ziyang, é um homem de sua escolha; sua linha política é a que prevalece. Ela implica o programa das "quatro modernizações" e a abertura para o Ocidente, numa "desmaoização" acelerada, em se apagar todos os vestígios da Revolução Cultural (1966-1969), a reabilitação maciça dos que foram destituídos por ela, inclusive Liu Shao-shi, então apontado como o principal dirigente do Partido "seguidor do caminho capitalista".

Aos 76 anos, Deng prepara-se para abandonar o primeiro plano da política chinesa e dedicar-se apenas ao papel de eminência parda — "conselheiro" como afirmou numa longa entrevista à jornalista italiana Oriana Fallaci, que está sendo publicada por Le Nouvel Observateur. Resumimos aqui as principais afirmações dessa entrevista relativas à avaliação do papel desempenhado por Mao Tsé-tung.

De fato, o presidente Maocometeu erros. Mas ele foi também um dos principais fundadores do Partido Comunista chinês e da República Popular da China. Também, quando comparamos seus erros e seus méritos, são os méritos que ocupam o primeiro lugar. Em consequência, o povo chinês honrará sempre a sua memória e pensará sempre nele como um dos fundadores do Partido e da República...

Infelizmente, no fim de sua vida, ele cometeu graves erros. E, em primeiro lugar, a Revolução Cultural, na qual o país, o Partido e o povo sofreram muito...

Durante a guerra revolucionária, quando o Partido estava ainda em Yenan, nós reunimos os princípios e idéias de Mao Tsé-tung num "pensamento". E decidimos que, dali para a frente, o Partido seria guiado por ele. Foi o que ocorreu. Certamente, Mao Tsé-tung não foi, sozinho, o autor de todo o "pensamento". Para ser exato, a maior parte das idéias são dele, mas outros velhos revolucionários participaram: Chu En-lai, Liu Shao-shi, Chu Te, para só citar os mais importantes...

E, depois, o presidente Mao contradisse os princípios

justos que ele mesmo havia formulado. No final de sua vida, ele teve idéias doentias e raciocínios injustos... Mas, que se quer, a vitória, sem dúvida, afastou dele toda a prudência, ou, então, ele perdeu todo o contato com a realidade. Ele desfrutava de um imenso prestígio no país, devido ao papel que ele havia desempenhado durante a revolução. E era muito louvado, muito adulado. Acabou mesmo por esquecer o centralismo político, essa direção coletiva à qual tanto se atinha! Foi esse o seu maior erro, mesmo que ele não tenha sido o único responsável. Outros revolucionários — entre os quais eu — tiveram sua parte. Eis como nasceu e se desenvolveu o patriarcado. Não havia mais, desde então, normas, nem no Partido nem no país...

(A Revolução Cultural visava) evitar a restauração do capitalismo na China. Sim, era essa sua intenção primeira. A do presidente Mao, certamente, não dos que iam se tornar a "gang dos quatro". E essa intenção é o resultado de um erro de julgamento sobre a realidade chinesa. Em suma, uma vez mais, o presidente Mao se enganou.

Sobre o objetivo também ele se enganou. Ele queria atingir os partidários do capitalismo e os companheiros de viagem do capitalismo que estavam no Partido. O que permitiu atacar um grande número de veteranos de nível muito alto; homens que haviam sabidamente servido à revolução e tinham uma profunda experiência. Entre eles, o presidente Liu Shao-shi, que foi preso e expulso do Partido. Resultado: os quadros revolucionários foram dizimados.

Um ano ou dois antes de sua morte, o próprio presidente Mao reconheceu que a Revolução Cultural havia acarretado dois erros; a desaparecimento dos quadros revolucionários e a guerra civil...

O povo estava cindido em dois campos que se matavam um ao outro. E como os velhos revolucionários tinham desaparecido, só os que se diziam "rebeldes" conseguiram emergir; Lin Piao e a "gang dos quatro". Essa guerra civil fez muitos mortos!... Houve mortos demais devido ao que afirmamos hoje que a Revolução Cultural não deveria jamais ter sido feita.

No próximo congresso (do Partido Comunista da China) nós julgaremos, em termos objetivos, os méritos e os erros que caracterizaram a vida do presidente Mao. Afirmaremos seus méritos porque eles são de importância primordial. Reconhecemos



Deng Xiaoping ao lado do "Grande Timoneiro" e com a jornalista Oriana Fallaci (foto menor) que o entrevistou: "no final de sua vida, Mao teve idéias doentias e raciocínios injustos"

seus erros, mas eles são secundários. Tornando públicos os erros do presidente Mao no fim de sua vida, adotaremos uma atitude realista. Mas, não há a menor dúvida, continuaremos a seguir o "pensamento-mao tsé-tung". Isto é, tudo o que constitui a parte justa de sua vida... Nós não faremos com Mao Tsé-tung o que Kruchev fez com Stálin no XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética...

Eu já venci três mortes e três ressurreições... Wang Min... dirigia o Partido Comunista chinês em 1932 e liderava um grupo de oportunistas que se diziam de extrema esquerda. Pois bem, minha primeira morte, eu a devo a Wang Min, justamente. Em 1932, ele me acusou de conspirar contra o grupo de Mao, me ejetou e eu tive que esperar três anos para ser reabilitado. Em 1935, durante a Longa Marcha, no

Congresso de Zuen Yi, os oportunistas de extrema esquerda foram denunciados, Wang Min descartado, e Mao Tsé-tung retomou o controle do Partido e me nomeou secretário geral.

Eu cai pela segunda vez em desgraça no início da Revolução Cultural; eu era então secretário do Partido, um dos dirigentes do Comitê Central e, ao mesmo tempo, vice-primeiro ministro. Dessa vez também, o presidente Mao tentou me proteger mas sem conseguir. Lin Piao e a "gang dos quatro" me odiavam demais! Menos do que a Liu Shao-shi, porém, já que eu não fui preso e não me deixaram morrer na prisão.

Mas fui enviado à província de Jiangxi para fazer trabalho braçal duas horas por dia. E, quando, em 1973, o presidente Mao me chamou a Pequim... Eu sei, há a tendência de se acreditar que

tenha sido o primeiro ministro Chu En-lai. Mas não, foi mesmo o presidente Mao. Chu En-lai já estava gravemente doente nesse momento; e, como o governo reprovava quase exclusivamente sobre as suas costas, o presidente Mao me pediu para voltar para substituir Chu En-lai nas questões corriqueiras. Depois, ele me nomeou vice-primeiro ministro. Ele dizia que era preciso aplicar no meu caso o princípio dos 30%-70%: 30% para os meus erros e 70% para os meus méritos. Isso prova que a minha segunda ressurreição é devida, também, ao presidente Mao. E, todavia, ele já estava muito doente, ele não podia mesmo encontrar mais os membros do Birô Político, ele só via a "gang dos quatro".

Eu morri pela terceira vez em abril de 1976; três meses depois, a morte de Chu En-lai; cinco meses depois, a do presidente Mao. Mas, como em outubro do mesmo ano, a "gang dos quatro" foi presa, não é preciso se espantar com a minha terceira ressurreição...

(Sobre Chu En-lai): um homem que, toda a sua vida, trabalhou sem jamais se lastimar. Ele chegou a trabalhar 12, até 16 horas em 24 horas. Quem diz isso o conhecia muito bem; entramos na revolução quase ao mesmo tempo. Nos reencontramos na França, nos anos 20, e ele era um pouco como um irmão mais velho para mim. Todos o respeitavam, os amigos como os inimigos, os camaradas do Partido como as pessoas em geral. Isso explica, ao menos parcialmente, porque ele pôde conservar seu posto de primeiro-ministro, enquanto outros eram derrubados pela Revolução Cultural. O que, diga-se de passagem, foi uma oportunidade para muitos. No curso da Revolução Cultural, Chu En-lai sempre exerceu uma influência moderadora. Ele serviu de tampão para amortecer os golpes mais violentos e pôde assim salvar não poucas pessoas. Mas, durante anos, sua posição foi difícil, muito difícil. Ele freqüentemente disse coisas que não desejaria dizer, fez coisas que não gostaria de fazer.

Em consequência, sempre foi perdoado por tudo. Ele agiu freqüentemente contra a sua vontade. Por exemplo, quando Liu Shao-shi foi expulso do Partido e aprisionado, o relatório de seus pretensos crimes foi lido por Chu En-lai... Certamente, outros haviam escrito esse relatório; mas foi ele que leu. Ele não podia agir de outra forma; era preciso que lesse.

ESTUDANTES

UNE: A QUESTÃO É DEMOCRATIZAR

Em um ano, a UNE legitimou-se. Mas pouco fez para estruturar o movimento estudantil

Passado um ano depois da constituição da União Nacional dos Estudantes (UNE), sentimos uma certa decepção do movimento estudantil com as realizações dessa organização cuja recriação foi tão almejada. Antes de analisar essa decepção devemos reconhecer que embora a UNE não tenha sido legalizada, ela se legitimou, hoje é uma organização reconhecida, e sua voz já se fez ouvir nas grandes questões nacionais atingindo o ponto alto no enterro de D. Lyda Monteiro da Silva, quando marcou presença na organização do protesto popular contra o terrorismo insane.

No entanto, a nível de movimento estudantil, a UNE pouco fez para estruturá-lo. A UNE não coordena as atividades dos Centros Acadêmicos CAs) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), enfim as bases não tiveram participação nas ações da UNE nem em suas decisões.

No primeiro semestre assistimos a luta pelo prédio histórico da UNE, no Rio de Janeiro, e não se justifica que uma organização que representa um milhão e meio de universitários não tivesse recursos para coordenar este vasto movimento, enquanto não se recupera o prédio roubado pela ditadura.

No segundo semestre, a justa greve nacional foi decidida à revelia das massas, apesar de decretada no congresso de julho. A UNE, como organização, não deve cami-

nhar apenas no nível externo das grandes causas estudantis mas (principalmente hoje) divulgar e sensibilizar a nível interno as lutas estudantis. O conjunto dos estudantes é que deveria decidir a greve geral. Cada faculdade deveria tomar a decisão de paralisação através de assembleias, — coisa aliás que sempre foi feita pelo movimento estudantil, inclusive no período sem a UNE (de 1970 a 1978) — e não por meio de cartazes colados nas paredes das escolas.

E bem verdade que todos esses erros só aparecem na dinâmica do encaminhamento do processo. Devemos reconhecer o esforço e dedicação da diretoria da UNE na unificação nacional das lutas estudantis e nos congressos realizados. Entretanto, só devem ser aceitas em parte as justificativas de que esses erros são fruto da inexperiência e da brutal repressão oficial. A realidade é que o movimento estudantil, como espelho do momento atual do movimento popular, está dividido e subdividido no encaminhamento das grandes questões nacionais. (...)

A discussão desses problemas é feita à revelia das massas, que assiste desinformada os debates sem entender o seu significado. Esta tendência elitista é cada vez mais empregada pelos dirigentes estudantis ligados ao jornal Hora do Povo, que se esqueceram completamente de seu papel de vanguarda no movimento estudantil, e assumem o caráter



No enterro de D. Lyda, a entidade marcou sua presença

burguês da palavra dirigente, passando a dirigir a massa determinando as formas de encaminhamento das aspirações estudantis, num trabalho de cúpula, isolado do apoio estudantil, fadado ao conchavo.

Eis portanto o grande perigo por que está passando o movimento estudantil, o perigo de passar a ser um movimento elitista, dissociado das massas e não reconhecido pela própria classe estudantil.

Assim a grande questão que se abre é democratizar a UNE, democratizar todo tipo de organização universitária (CAs e DCEs), abri-los à participação. Os dirigentes universitários devem agir a partir das decisões do conjunto de estudantes do qual são representantes. Cada grande luta estudantil deve ser precedida de amplos debates nas bases, que discutiriam a questão e que determinariam a ação a ser desenvolvida, sendo papel da vanguarda orientar o sentido da discussão.

Tal debate de base não deveria ser realizado em congresso. As bases estudantis são as faculdades, e o conjunto de estudantes é que deve determinar a posição de seu Centro

Acadêmico.

Muitos poderão dizer que tal participação total das massas em seus atos e decisões é pretensão utópica, e lenta no modo de agir. No entanto, a própria história do movimento estudantil demonstra o contrário. Pois o processo acima mencionado sempre foi o processo corrente no movimento estudantil. A UNE conclamava e as massas, após as assembleias, aderiam ou não. A verdade é que a UNE não foi reconstruída. A atual estrutura universitária se perde num emaranhado de organizações que não delimitam o seu papel. A UNE é a entidade-mor do estudante brasileiro, e todas as outras entidades (CAs, DCEs e UEEs) são ramificações da UNE, servindo como representante no movimento estudantil em todos os níveis (faculdade, Estado etc.). E dialeticamente estas entidades devem representar o conjunto de estudantes do qual se origina a própria UNE. (...)

Sérgio — Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

IGREJA/CAMPONESES

TRAIÇÃO AO MESTRE

A Igreja do Brasil e da América Latina vem se preocupando cada vez mais com a situação do povo de Deus, face à realidade de injustiças e arbitrariedades que se cometem com frequência, ferindo sobretudo o povo pobre que vive há anos no cultivo da terra, tirando dela o sustento minguado para sua família. Procurando ser fiel a Jesus Cristo e ao seu Evangelho, compartilha as angústias deste povo que olha ainda para a Igreja esperando apoio, ajuda, orientação. (...)

Diante de tudo isso, nós, como pastores, olhando para esta realidade cada vez mais angustiante de nosso povo pobre que vê seus direitos desrespeitados, suas terras tomadas pela violência, suas casas queimadas, seus filhinhos com fome, ao relento, não podemos permanecer de braços cruzados. Seria uma traição ao próprio Mestre que nos mandou "evangelizar aos pobres". Achemos que não podemos deixar de anunciar a boa Nova e de denunciar com humildade, mas com coragem, toda esta onda de injustiças que abatem e humilham nossos irmãos do sertão. (...)

Relatamos aqui alguns fatos que demonstram esta situação de extrema gravidade.

Há mais de um mês, um importante destacamento da Polícia, às vezes 18 soldados de diferentes municípios (Itaguatins, Sítio Novo, Araguatins... até mesmo de Araguaína) acompanhados, nos últimos casos, de um tenente e do oficial de justiça Lindomar Lisboa Madalena, atuando em nome do juiz de Direito de Araguaína João Batista de Castro Neto, estão perseguindo várias turmas de posseiros, em toda a prelação de Tocantinópolis, cometendo todo tipo de arbitrariedade e barbaridades.

Os exemplos são muitos, mas citamos apenas alguns:

1) No dia 17 de junho deste ano a polícia

cometeu violências no povoado de Sumaúma, município de Sítio Novo, acompanhada pelo grileiro José Ferreira de Carvalho.

2) No dia 19 do mesmo mês, nas redondezas do povoado de São Miguel, município de Itaguatins, acompanhado do grileiro Antônio Costa Filho.

3) No dia 2 de julho, no povoado de Água Amarela, Município de São Sebastião.

4) No dia 3 de julho, nas redondezas de Buriti, município de São Sebastião.

5) Nesses dias, nos povoados de Piraquê e Macaco, município de Xambioá, acompanhado dos grileiros Jesuino José da Silva, Humberto e José Luis Siqueira. Na Fazenda Lontra, município de Paragominas, com o grileiro Daniel, de Goiânia.

6) Nos dias 24 e 25 de julho, 18 policiais, o oficial de justiça Lindomar Lisboa Madalena e um tenente de Araguaína atacaram os povoados de Samaúma, Centro dos Mulatos e Beira do Socó nos municípios de Sítio Novo e Araguatins. Em dois povoados chegaram antes do sol nascer, às 4 horas da manhã. Invadiram as casas, prenderam os posseiros (em Sumaúma, despejaram de suas dependências as famílias, queimaram casas, humilharam homens, mulheres e crianças, proibiram de continuar a trabalhar na roça, tomaram ferramentas, foices e espingardas de caça e obrigaram a assinar documento de Justiça, mesmo sem constar os seus nomes. Os grileiros que acompanharam os ataques são: José de Ferreira de Carvalho, de São Paulo, Denerval Rodrigues da Cunha e Oliveira e seu irmão Elisário Rodrigues da Cunha Filho, de Araguaia. (...)

Dom Cormélio Chizzini, bispo de Tocantinópolis e Dom Celso Pereira de Almeida, pres. da CPT Tocantins - Araguaia Tocantinópolis - PA

MOVIMENTO SÓ SE APÓIA NOS LEITORES: FAÇA UMA ASSINATURA.



Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL — Cr\$ 2.100,00

BIANUAL Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque nº _____, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se seu pedido for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M. Villashi, Paris, France. Preço da Assinatura no Exterior: ANUAL: US\$ 100 — BIANUAL: US\$ 200.

O PAPEL DA VANGUARDA

Como destruir imediatamente o sindicato unitário de Estado?

A respeito do artigo Autonomia Sindical II, de Armando Boito Jr. e Décio Saes (Mov. 271), quero dizer, em primeiro lugar, que apóio a iniciativa de combater a influência de linhas políticas conciliadoras dos interesses de classe — do PCB por exemplo — no movimento sindical, mais precisamente na Unidade Sindical. Acho também que a estrutura sindical atrelada ao Estado deve ser combatida pelas oposições sindicais, pelos dirigentes sindicais e por todos os trabalhadores interessados em fazer avançar o movimento operário. Entretanto, a fixação desse objetivo fica prejudicada, no artigo, por afirmações incorretas que levam ao encaminhamento errado da luta.

A primeira dessas afirmações é que "a estrutura sindical unitária de Estado une as diversas classes trabalhadoras em torno do interesse político da burguesia" e que é essa estrutura "que separa o movimento sindical da luta revolucionária pelo socialismo". Esta é uma constatação mecânica de que os trabalhadores estão sob a direção da ideologia burguesa e servindo aos interesses da burguesia porque estão organizados em torno de sindicatos controlados pelo Estado burguês. Não há dúvida de que era justamente esse o objetivo dos governos fascistas ao submeterem os sindicatos ao seu controle. Através das imposições da contribuição sindical e da legalização de apenas um acordo salarial entre patrões e empregados — aqueles efetuados pelos sindicatos reconhecidos por lei —, o Estado burguês impôs à classe operária nada mais do que uma instituição governamental burguesa para tratar dos problemas operários.

Essa contradição intrínseca ao sindicato de Estado não poderia deixar de gerar lutas constantes dos traba-



lhadores contra os interesses burgueses dentro dessa mesma estrutura, o que tem ocorrido desde a sua formação e com bastante frequência. É o caso das greves da década de 50 e 60 e das greves do ABC, dirigidas de dentro do sindicato. Greves que, se foram basicamente por aumento salarial, foi porque as correntes políticas que dominavam o movimento sindical naquele período eram populistas ou reformistas pseudo-revolucionárias — PTB e PCB —, não tinham interesse em elevar o nível da luta operária, nem sequer por um sindicalismo autônomo e, no caso do ABC, porque os operários estavam apenas reiniciando um processo de luta econômica, sem uma direção política revolucionária e não porque a organização dessas lutas se deu dentro do sindicato oficial.

A oposição sindical é também uma tentativa de superar a contradição inerente ao sindicato oficial, no sentido de não aceitar que uma instituição feita para os trabalhadores, com o dinheiro dos trabalhadores, seja dirigida pelos representantes dos patrões. A criação dos sindicatos rurais, tentativa mais recente do regime de controlar as lutas dos trabalhadores, trouxe no seu bojo a necessidade de oposições sindicais rurais, que concorrem em várias localidades do país, opondo os

lavradores mais combativos às diretorias pelegas.

Portanto, não é o fato de os sindicatos serem oficiais que impede a manifestação dos interesses dos trabalhadores no interior deles, assim como, não é a imposição de reconhecimento legal, que impede o surgimento de associações livres, como as associações e uniões livres de professores — concretamente as únicas organizações de classe desses trabalhadores.

Outra incorreção é afirmar que a manutenção da estrutura de Estado impede a conquista do movimento sindical pelo proletariado revolucionário. Ao contrário, quando a vanguarda do proletariado tiver forte influência sobre o movimento sindical, a estrutura sindical vigente será destruída, em virtude do avanço de quantidade e de qualidade do movimento operário, dentro ou fora do sindicato oficial. O erro contido nessa afirmação é de concepção de luta — se o processo de luta da classe operária pelo poder de Estado for encarado sob o ponto de vista dos autores do artigo, a vanguarda do proletariado teria que destruir primeiro o aparelho de Estado e assim impedir que ele transmita a ideologia burguesa, para só aí passar a ideologia proletária aos operários, numa organização democrática, conquistada sem a conscientização revolucionária de grande parte do proletariado.

Os próprios autores reconhecem o atraso do nível de luta dos trabalhadores no Brasil e que a ideologia sindical dominante é a da legalidade sindical, logo, deveriam saber que estão sendo idealistas ao proporem a destruição do sindicato unitário de Estado. Concluindo, o que se percebe ao analisar profundamente o artigo é que, mesmo dizendo dar prioridade à fixação de um objetivo claro e menosprezar a discussão das formas de luta — no caso, se a luta contra a estrutura sindical atrelada deve se dar dentro ou fora do sindicato, se deve ser levada ou não dentro da Unidade Sindical —, o que já é um erro; na verdade faz acreditar que a formação de sindicatos novos e puros, dirigidos por uma ideologia proletária, mesmo que formados só por grupos de vanguarda, são os únicos em condição de desenvolver um movimento sindical de massa. Crença que há vários anos tem prejudicado a atuação sindical de lideranças combativas.

Nadia - militante do Movimento Operário Paulista.
São Paulo - capital

"CHEGA DE INQUISICÃO"



Gostaria que Movimento publicasse meu veemente protesto contra as "teses" do Sr. José Rocha, de Porto da Folha (SE) que (na edição de 15 a 21/09/1980) afirma que Movimento não pode se tornar porta-voz dos homossexuais. Para este senhor, os homossexuais passivos são "vítimas de uma anomalia fisiológica" e os homossexuais ativos são uns "degenerados".

Pena que o senhor José Rocha entenda tão pouco da sexualidade e de liberdade. Pois, seja homem, mulher, heterossexual ou homossexual o que importa é que somos todos pessoas humanas com os mesmos

direitos. Chega de repressão, inquisição, terror!

Meu bom senso me leva a pensar que um jornal que se pretende democrático como Movimento não pode é assumir o preconceito e a repressão há longo tempo cultivados pelo que há de mais reacionário na sociedade e tão intolerantemente expressos nos pensamentos desse senhor José Rocha... Mas ao contrário, é papel de quem se coloca ao lado dos oprimidos denunciar sem receio e sem descanso toda forma de discriminação, opressão e autoritarismo.

José Souza
Belo Horizonte, MG

MORTOS E "DESAPARECIDOS"

O Comitê Brasileiro pela Anistia lembra os nomes dos mortos e "desaparecidos" em anos passados:

Em agosto

Benedito Gonçalves, Ovílio Martins Gonçalves, Benjamim de Oliveira Torres, José Raimundo da Costa, Frei Tito de Alencar Lima, Ismael de Jesus Silva, Diler-

mando Melo do Nascimento, Raul Amaro Nin Ferreira, Célio Augusto Guedes, José Júlio de Araújo, Iara Yavelberg, Amaro Luiz de Car-

valho, Luís Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, Manoel Aleixo da Silva, João Alfredo, Lucimar Brandão Guimarães.

Em setembro

Luis Eurico Tejera Lisboa, José Wilson Lessa Sabag, Roberto Cieto, Emanuel Bezerra dos Santos, Manoel Lisboa de Moura, Nelson de Souza Kohl, Carlos Lamarca, José Campos Barreto, Pedro Jerônimo de Souza, José Francisco Chaves, José Toledo de Oliveira, An-

tônio Sérgio de Matos, Eduardo Antônio da Fonseca, José Manuel Mendes Nunes de Abreu, Luiz Fogaça Baldoni, Edson Cabral Sardinha (ou José Maria Ferreira de Souza), Helenira Rezende de Souza Nazareth, José Montenegro de Lima, Virgílio Gomes da

Silva, Ciro Flávio Oliveira Salazar, João Carlos Haas Sobrinho, Manuel José Nurchis, Roberto Lanari, Guido Leão, Ishiro Nagami, Sérgio Correia, Túlio Quintiliano, Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Félix Escobar, Paulo Stuart Wright.

Comissão de Familiares de presos políticos mortos e "desaparecidos" do Comitê Brasileiro pela Anistia - São Paulo.

ESPECIAL

Economize
mais de 2 mil
e ganhe
um livro!

Assinando Movimento agora, por dois anos, você pagará menos de Cr\$ 35,00 por edição, ficará livre do aumento no preço das assinaturas por um bom tempo e ainda receberá um destes livros como brinde



Ao ser colocado em liberdade após 52 dias no Presídio Tiradentes, DOPS e Operação Bandeirantes, Fon ouviu as palavras irônicas do delegado: "Que bela reportagem, se você pudesse escrever, heim?". Nesse livro, Fon escreveu.



Uma das melhores introduções ao marxismo: em três artigos a vida e o pensamento de Marx e Engels são resumidos pelo maior de seus discípulos, o revolucionário russo Vladimir Ilitch Lenin.



Finalista do Prêmio Casa das Américas, em 1978, Crônicas da Vida Operária fala de uma gente que chega a São Paulo de pau-de-arara, viaja como pingente nos trens de subúrbio e fábrica máquinas e edifícios de que jamais desfrutará.

Você perde muito

por esperar.

Assine Movimento

hoje mesmo!

Desejo receber uma assinatura bianual de Movimento. Para isso estou enviando o cheque nº _____ no valor de Cr\$ 3.500,00

nome _____ profissão _____
endereço _____ fonte _____
end. comercial _____ fone _____
cidade _____ estado _____ CEP _____

Aproveitando a Campanha Especial, quero receber gratuitamente o livro assinalado abaixo

TORTURA AS TRÊS FONTES CRÔNICAS DA VIDA OPERÁRIA

UMA CRUZADA INCENDIÁRIA

(“mas dentro da lei
e da ordem!”)

O CCC não precisa mais ameaçar às escondidas as bancas que vendem revistas masculinas. As fogueiras vão ser feitas às claras, no maior “respeito à lei e à ordem”.

Flávio Carvalho



Ennio Brauns

Quando o general Figueiredo pediu, de maneira comovente, que desviassem para sua presidencial cabeça as bombas que a extrema direita estava lançando sobre os inocentes, no seu já famoso discurso proferido em Uberlândia (MG), é provável que já estivessem em andamento as negociações com os bandos de terroristas que assassinaram a secretária da OAB e tocaram fogo nas bancas de revistas. De fato, Figueiredo veio a São Paulo conversar com seu “velho amigo” e comandante do II Exército, Milton Tavares, e os perigosos irmãos Etchegoyen, repetindo a saga de Geisel e Ednardo, Erasmo Dias e os incendiários do Cebrap — ou seja, reincidindo no *modus operandi* do regime: a direita negocia com a extrema direita desvairada, nunca a aplastra, mesmo porque os limites entre essas duas categorias políticas são bem difusos e elas são complementares.

Em vez de punir, Figueiredo atende a reivindicação dos terroristas.

Como eles são brancos e se entendem, portanto, a reação empedernida parece ter conquistado seu direito de ser ouvida e os métodos mais trogloditas temporariamente foram postos de lado: a onda de incêndio de bancas foi aparentemente suspensa e a extrema direita resolveu mudar de tática. Em vez de bombas está atirando abacaxis sobre a cabeça presidencial.

Assim, figuras expoentes do conservadorismo levantaram suas feias cabeças nas últimas semanas acusando a abertura de ser a responsável pela “onda de licenciosidade” que varre o país. Culparam a Embrafilme, uma empresa estatal, de financiar a produção de filmes pornográficos — os conhecidos “abacaxis” da pornochanchada — e o Serviço de Censura Federal de ser muito complacente com as publicações eróticas.

Na verdade, a Embrafilme não é responsável pela produção de alguns dos abacaxis eróticos, embora tenha já eventualmente financiado algumas melancias eróticas (no caso do filme *Contos eróticos*), mas o general Figueiredo resolveu contra-atacar, se eximindo da acusação e se declarando chocado, com “as coisas” que tem visto na sala de exibição de filmes ainda não censurados, em Brasília. Sem margem de dúvida,

portanto, o general tirou a cabeça da reta não só das bombas mas também dos abacaxis, ao endossar a ampla campanha que está avançando nos centros urbanos, numa nova cruzada moralista, onde os incêndios de bancas estão sendo substituídos pelas apreensões e queima de material editorial. Ou seja, as autoridades encamparam a reivindicação feita explicitamente pelo CCC da cidade de Santos, que ameaçava há poucas semanas tocar fogo também nas bancas que vendiam revistas ditas pornográficas. Só que as labaredas ocorrerão agora no mais perfeito domínio da lei e da ordem e de respeito às autoridades constituídas, e no estrito cumprimento do dever.

O pólo irradiador dessa cruzada moralista que pretende libertar novamente a Terra de Santa Cruz das

garras da licenciosidade desagregadora da família é, ironicamente, o Rio de Janeiro — teoricamente a cidade mais libertada do país. Lá, nas últimas semanas, o curador de menores Carlos Mello, saiu de bandeira em riste em defesa da moralidade e dos bons costumes e das famílias com argumentos de triste memória de um passado ainda recente. Diz ele: “Esse mar de lama está acarretando conseqüências imprevisíveis para a segurança nacional, está solapando o próprio alicerce da pátria e diminuindo a mulher brasileira nas mãos de mercenários, ideológicos ou não”.

Quanto aos “mercenários ideológicos”, ele tem uma idéia bem precisa de quem sejam: “na última reunião da OLAS” (Organização Latino-Americana de Solidariedade),

cujo último congresso se realizou recentemente em Havana), afirma Carlos Mello, “três planos básicos foram colocados em prática: 1) disseminar o tóxico nas escolas; 2) desmoralizar moralmente as autoridades constituídas, através da própria fraqueza moral delas; 3) destruir a família através da pornografia.” E para não deixar dúvidas quanto aos ideais pelos quais luta, ele ainda advertiu os editores das revistas masculinas com um estranho paralelo: “Esses mercadores (os editores) estão sendo usados sem perceber. Os Somozas morrem. Eles (os editores) devem se lembrar que os do outro lado não brincam”.

A televisão e as novelas, próximos alvos da Cruzada antidevassidão.

Nada deve causar espanto se partido de Carlos Mello. No seu currículo consta ter ele sido assessor do Centro de Investigação e Segurança da Aeronáutica na sinistra gestão do brigadeiro Burnier, o que pretendia utilizar o Para-Sar na eliminação de líderes oposicionistas, atirando-os do avião em alto mar. Outro cruzado ardoroso é o senador Dirceu Cardoso (ainda sem partido). Instigado pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, que teria lhe mostrado cartazes indecentes de filmes nacionais, o senador passou a defender uma reformulação do Conselho Federal de Censura, com a inclusão de novos membros, e atribuiu a esse conselho a culpa da licenciosidade que campeia no país. Diz ele: “quero saber (se os integrantes do Conselho) são bons chefes de família, se vivem bem em casa. Pode ser que alguns deles vivam mal em suas famílias e, por isso, não se importem com a situação moral das famílias alheias”.

E pode não parar aí a sanha moralista do curador que pensa ser a “devassidão a ante-sala do tóxico” e que quer organizar “uma cruzada em prol de um belo futuro para nossa pátria”. A Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro reuniu 35 dos 400 promotores do Estado para aprovar uma moção de louvor ao curador Carlos Mello e já emendou uma consigna mais ampla: “estender o movimento também contra a televisão, sobretudo às novelas, que estão levando a devassidão para dentro dos lares brasileiros.”

O “apelo das mães aflitas”

A apreensão de revistas consideradas pornográficas, começada no Rio de Janeiro nas últimas semanas, chegou também na semana passada a São Paulo, onde foram recolhidas perto de dez mil revistas em 750 bancas. No Rio de Janeiro foram apreendidos 165 títulos de revistas, que vão desde a Playboy, Status e Ele e Ela (consideradas de Classe A) até títulos como A múmia erótica, Horrores sexuais, Valéria, a Freira Nua, Bernardão e sua manivela, num total de 15 mil exemplares. Para regulamentar as apreensões, que vinham sendo realizadas de forma relativamente caótica, até sem mandados, o juiz de Menores do Rio de Janeiro, Antonio Campos Neto, baixou a portaria nº 1237/80 determinando que a venda das publicações masculinas seja realizada somente em envelopes plásticos opacos, com referência explícita à proibição para menores de 18 anos. Mas o curador de menores Carlos Mello considerou a portaria demasiadamente liberal, se declarando contra a venda dessas revistas “até mesmo em caixotes lacrados”.

As revistas masculinas ligadas a grupos empresariais poderosos reagiram logo às atitudes do curador, que chegou até pedir cassação do registro da revista Ele e Ela. A Abril, editora de Playboy, distribuiu um comunicado aos jornalistas afirmando que sua revista é perfeitamente legal e “não publica fotos atentatórias

à moral”. A tática da Playboy é de se fazer passar por caso especial, “que não entrou na linha de apelação e grossura”.

As revistas apreendidas no Rio de Janeiro serão queimadas pela Secretaria da Segurança Pública, a pedido do curador de menores, o qual justifica sua ação por estar atendendo “ao apelo de mães aflitas” e para cumprir o artigo 153 da Constituição (“Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e bons costumes, quaisquer que sejam os meios de divulgação”).

Mas há uma polêmica sobre o que seja a moralidade média, os bons costumes e como eles possam ser influenciados. A sexóloga Maria Helena Matarazzo, falando no Congresso de Educação Sexual que se realizou em São Paulo na semana passada citou um estudo realizado na década de 50 pelo Congresso americano que concluiu ser muito superficial a influência dessas publicações sobre os indivíduos. “O fato de alguém folhear este tipo de revista não vai transformá-lo num tarado ou pervertido”. Com o que parece não concordar o secretário da Justiça do Estado do Rio. Ele mostrou para a imprensa um desenho de Picasso e foi categórico nos seus conceitos de moralidade e bons costumes: “Isto”, disse apontando para a gravura, “é perversão dos costumes”.